



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024



Cosan S.A.

Relatório da Administração 2024

A Cosan S.A. (“Cosan” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração referente às atividades desenvolvidas no exercício social findo em 2024. O resultado é apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o ano de 2024 x 2023, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados em seu site: www.cosan.com.br.

1. Mensagem do Presidente

O ano de 2024 iniciou com perspectivas positivas de redução de taxas de juros nos Estados Unidos e no Brasil, além de projeções de inflação sob controle e apreciação do real frente ao dólar. Entretanto, no decorrer do ano, houve deterioração das expectativas de inflação e da trajetória do endividamento do Brasil, que trouxe a necessidade de um novo ciclo de alta de juros, elevando as expectativas de taxas de juros futuras.

Mesmo diante de um cenário macro mais desafiador, tivemos resultados operacionais relevantes na maior parte das investidas do portfólio. A Rumo teve sólido desempenho no ano, com crescimento do volume transportado (incluindo alguns meses de volume mensal recorde), aumento de *market share* na exportação pelo Porto de Santos e maior tarifa média anual. A Compass registrou maiores volumes de gás natural distribuídos em todos os segmentos e o *ramp up* do TRSP na Edge, evidenciando o sucesso da estratégia de expansão no mercado livre. Na Moove, houve aumento da rentabilidade com melhoria do mix de produtos vendidos e resultado da eficiente gestão de suprimentos. O portfólio de terras da Radar registrou novamente um ano de apreciação, ainda que num ritmo inferior ao ano anterior.

A Raízen, por outro lado, teve resultados operacionais e financeiros abaixo do esperado. Contudo, os acionistas da empresa promoveram mudanças relevantes de executivos chave, na busca por uma revisão estratégica profunda e recuperação de desempenho. Nos primeiros meses, o novo time de gestão já revisou toda estrutura organizacional, diminuiu relevantemente posições de *back office* e definiu um novo foco de simplificação do portfólio, otimização de investimentos e redimensionamento das operações de *trading* visando sua redução, ou seja, focando em negócios-chave para melhorar resultados.

Na Cosan, atuamos na gestão do nosso endividamento, alongando o prazo médio de nossas dívidas e, ao mesmo tempo, aproveitando as condições favoráveis do mercado de dívida brasileiro para reduzir nosso *spread* médio com relação ao CDI.

A expectativa de níveis mais elevados de juros faz com que a disciplina na alocação de capital seja ainda mais relevante, equilibrando alavancagem e qualidade do portfólio. Nesse contexto, ocorreram movimentos importantes: (i) na Compass, a aquisição do controle da Compagás e venda das distribuidoras da Norgás; (ii) na Moove, o grupo DIPI Holdings foi adquirido, trazendo mais opcionalidade em lubrificantes; (iii) na Rumo, houve a assinatura da venda de 50% do T39 e foi firmada a parceria com a CHS para um novo terminal em Santos; (iv) na Radar, nove fazendas foram alienadas ao longo de 2024, seguindo a estratégia de reciclagem de ativos; e (v) na Raízen, ocorreram avanços através da monetização de áreas de canavial, na alienação dos projetos de geração distribuída solar e na diluição de participação em Mobilidade no Paraguai.

O cenário reforça a necessidade de tomar ações com relação à redução do nível de endividamento na holding. Portanto, para 2025, maximizar nossa disciplina e assertividade nas decisões de alocação de capital serão os temas chave. Nesse sentido, demos um primeiro passo na trajetória de mudanças alienando, em janeiro de 2025, nossa participação minoritária na Vale com o objetivo de redução do endividamento e otimização da estrutura de capital da Cosan. Os recursos da venda estão sendo utilizados para pré-pagamentos de *bonds* e debêntures. Vale destacar que o processo de desalavancagem, convergindo para um índice de cobertura sobre o serviço da dívida mais sustentável, será feito sem perder de vista a qualidade da composição de ativos do portfólio e assegurando que as empresas do portfólio sigam executando seus projetos estruturantes, que sustentam sua criação futura de valor.

Marcelo Martins

CEO Cosan

2. Resultados anuais

Cosan Consolidado

Apresentamos a seguir o resultado consolidado contábil de 2024 da Cosan e das suas unidades de negócio. Com exceção da Raízen (sociedade co-controlada pela Cosan), todas as demais informações refletem a consolidação de 100% dos resultados das subsidiárias, independentemente da participação da Cosan (para mais informações veja a nota explicativa 9 “Investimento em controladas e coligadas” das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 (“Demonstrações Financeiras”).

É importante esclarecer que a Cosan (segmento corporativo) representa a reconciliação da estrutura corporativa da Cosan, empresas financeiras *offshores* e entre outras despesas, como detalhado na nota explicativa 1 das Demonstrações Financeiras. Os quadros abaixo retratam a íntegra das informações prestadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Demonstração do resultado do exercício - R\$ MM	2024	2023	Variação
Receita operacional líquida	43.951	39.468	11%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(30.236)	(28.550)	6%
Lucro bruto	13.715	10.919	26%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(4.421)	(3.879)	14%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.550	3.924	-61%
Resultado financeiro	(8.750)	(7.897)	11%
Provisão para baixa e por redução ao valor recuperável	(3.155)	-	n/a
Perda por redução ao valor recuperável em coligada	(4.672)	-	n/a
Resultado de equivalência patrimonial em controladas e coligadas	1.719	350	n/a
Resultado de equivalência patrimonial das controladas em conjunto	(1.230)	1.696	n/a
Imposto de renda e contribuição social	(3.191)	(274)	n/a
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	(1.262)	(3.790)	-67%
Operação descontinuada	274	45	n/a
Lucro (prejuízo) líquido	(9.424)	1.094	n/a

Informações por segmento:

Demonstração do resultado do exercício - R\$ MM	Raízen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	251.199	18.383	10.248	13.936	1.442	2	(251.199)	(61)	43.951
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(237.637)	(14.707)	(7.310)	(7.534)	(747)	(0)	237.637	61	(30.236)
Lucro bruto	13.562	3.676	2.938	6.403	695	2	(13.562)	-	13.715
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(9.655)	(1.014)	(2.253)	(711)	(73)	(371)	9.655	-	(4.421)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.029	858	84	(147)	1.265	(511)	(2.029)	-	1.550
Resultado financeiro	(7.273)	(854)	(181)	(2.578)	28	(5.164)	7.273	-	(8.750)
Provisão para baixa e por redução ao valor recuperável	-	(6)	-	(3.149)	-	-	-	-	(3.155)
Perda por redução ao valor recuperável em coligada	-	-	-	-	-	(4.672)	-	-	(4.672)
Resultado de equivalência patrimonial em controladas e coligadas	(236)	154	-	40	22	3.509	236	(2.007)	1.719
Resultado de equivalência patrimonial das controladas em conjunto	-	-	-	(7)	-	(1.223)	-	-	(1.230)
Imposto de renda e contribuição social	(1.103)	(967)	(195)	(800)	(130)	(1.099)	1.103	-	(3.191)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	(57)	392	(118)	658	(1.273)	(137)	57	-	(1.262)
Operação descontinuada	-	274	-	-	-	241	-	(241)	274
Lucro (prejuízo) líquido	(2.732)	1.731	276	(292)	533	(9.424)	2.732	(2.248)	(9.424)

Notas: (1) Embora a Raízen S.A. seja uma joint venture registrada por equivalência patrimonial e não seja consolidada proporcionalmente, a Administração continua a revisar as informações por segmento. A reconciliação desses segmentos é apresentada na coluna “Desconsolidação de controlada em conjunto”.

Apresentamos abaixo as alterações significativas das demonstrações de resultado:

Receita Líquida

A receita líquida consolidada da Cosan atingiu R\$ 44,0 bilhões em 2024, superior em 11% quando comparado com 2023. A seguir as variações relevantes das receitas por segmento:

A receita líquida da Rumo somou R\$ 13,9 bilhões no ano de 2024 (+27%). O aumento da receita ocorreu devido ao crescimento de 3% do volume transportado e da elevação de 24% da tarifa média de transporte.

Na Compass, a receita líquida foi de R\$ 18,4 bilhões em 2024 (+3%). Esse acréscimo reflete a recuperação de volumes do segmento de distribuição, inflação por reajuste de tarifas e início das operações da EDGE, com o TRSP e os novos contratos de clientes do mercado livre.

A receita líquida da Moove atingiu R\$ 10,2 bilhões no ano de 2024 (+2%) em relação ao ano anterior, em função da estratégia de gestão de portfólio e mix de produtos que levaram a um crescimento da receita, mesmo em um cenário de redução de volumes.

Na Radar, a receita líquida foi de R\$ 1,4 bilhão em 2024 comparado a R\$ 743 milhões no ano anterior. A variação é explicada pelas vendas estratégicas de 9 propriedades agrícolas ocorridas durante o ano.

Custo Operacional

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados pelas controladas da Cosan totalizou R\$ 30,2 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (+6%). Esse aumento se justifica por (i) na Rumo, incremento de R\$ 6,8 bilhões em 2023 para R\$ 7,5 bilhões no ano de 2024, devido principalmente aos maiores volumes transportados, além do aumento do custo unitário de combustível e dos custos fixos para sustentar o crescimento das operações; (ii) na Radar, custo dos produtos vendidos e serviços prestados de R\$ 153 milhões para R\$ 747 milhões no ano de 2024, devido à baixa do valor contábil das vendas das fazendas; (iii) na Compass, crescimento de 3%, atingindo R\$ 14,7 bilhões no ano de 2024, impactado principalmente pelo custo do gás e transporte que totalizou R\$ 12,1 bilhões. Por fim, o resultado foi parcialmente compensado pela redução dos custos na Moove que atingiu R\$ 7,3 bilhões no ano de 2024 (-1%), em função da execução da estratégia comercial e eficiente gestão de suprimentos.

Lucro Bruto

Com estes resultados, a Cosan apresentou lucro bruto de R\$ 13,7 bilhões em 2024 (+26%), principalmente pelos segmentos da (i) Rumo, sendo o principal fator reflexo do aumento na receita operacional de transporte, (ii) Moove, devido ao maior volume vendido e margens saudáveis, e (iii) Radar, em razão da receita com vendas de propriedades agrícolas.

Despesas com Vendas, Gerais, Administrativas e Outras Receitas

As despesas com vendas, gerais, administrativas e outras receitas foram de R\$ 6,0 bilhões no exercício de 2024, apresentando um aumento justificado por:

Na Rumo, as despesas com vendas, gerais, administrativas totalizaram R\$ 711 milhões no exercício de 2024 (+18%). O avanço das despesas foi compatível com a estrutura implementada com foco em reforçar processos para suportar a estratégia de crescimento, ganho de eficiência e gestão de riscos. O resultado de outras receitas e despesas operacionais foi negativo em R\$ 3,3 bilhões, sendo que o montante de R\$ 3,1 bilhões refere-se à provisão para baixa de ativos realizada na Rumo Malha Sul.

Na Moove, as despesas com vendas, gerais, administrativas e outras receitas totalizaram R\$ 2,2 bilhões no exercício de 2024, impactadas por: i) um aumento de 88% nas despesas com depreciação e amortização em decorrência da aceleração da amortização de ágio na América do Norte; e ii) despesas não-recorrentes relacionadas ao processo de IPO de R\$ 156 milhões no ano. Excluindo as despesas com D&A e efeitos não-recorrentes, as despesas de VG&A e outras receitas aumentaram 1% em relação ao exercício anterior, menos que o crescimento da receita.

Resultado Financeiro

No ano de 2024, o resultado financeiro da Cosan totalizou despesa de R\$ 8,7 bilhões, comparado a despesa de R\$ 7,9 bilhões em 2023. O aumento se deve principalmente a:

Na Cosan Corporativo, o resultado financeiro totalizou R\$ 5,3 bilhões impactado principalmente pela: (i) variação cambial e derivativos não-dívida de R\$ 3,5 bilhões devido às alterações da moeda dólar durante o ano de 2024 e (ii) juros e variação monetária de R\$ 1,8 bilhão.

Na Rumo, o resultado financeiro totalizou R\$ 2,6 bilhões. O menor custo da dívida líquida, resultado da queda do CDI médio no ano, foi compensado pelo aumento de custo de passivos de arrendamentos em função das adições do 6º aditivo da Rumo Malha Paulista e o arrendamento de equipamentos para manutenção da via permanente.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 4,2 bilhões negativo em comparação a R\$ 2,0 bilhões positivo em 2023. Essa variação se deve: (i) ao impacto negativo do *impairment* do investimento da Vale reduzindo a equivalência patrimonial em R\$ 3,1 bilhões; (ii) ao efeito negativo nas operações de *trading*, aumento das despesas financeiras e menor volume e margem em distribuição de combustíveis, marginalmente compensadas pelo avanço nas vendas de açúcar e etanol na Raízen; e (iii) à participação positiva de R\$ 154,5 milhões na Compass e R\$ 40,3 milhões na Rumo.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 gerou uma despesa no montante de R\$ 3,2 bilhões em comparação a uma despesa no montante de R\$ 274 milhões no ano anterior. Em dezembro de 2024, a alíquota efetiva de impostos foi de 63,7%. Os principais efeitos se deram por: (i) provisão de não recuperabilidade de prejuízos fiscais e diferenças temporárias de R\$ 2,5 bilhões; e (ii) baixa de prejuízos fiscais de R\$ 325 milhões.

Lucro Líquido

A Cosan encerrou o ano de 2024 com prejuízo líquido de R\$ 9,4 bilhões, sendo o principal impacto o *impairment* do investimento em Vale devido à venda da participação totalizando R\$ 4,6 bilhões, provisão de não baixa recuperabilidade de prejuízos fiscais e diferenças temporárias de R\$ 2,5 bilhões e *impairment* de ativos da controlada Rumo no valor de R\$ 3,1 bilhões.

Proposta de destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

A Administração da Companhia propõe a seguinte amortização para o prejuízo do exercício:

(em reais)

Prejuízo Líquido do Exercício	R\$ (9.423.794.618,82)
Reserva Legal	(R\$ 58.801.619,29)
Reserva Estatutária	(R\$ 8.715.187.549,55)

O saldo remanescente de R\$ 649.805.449,98 ficará apropriado na conta de “Prejuízos Acumulados” até que seja aprovada a redução de capital da Companhia, proposta para deliberação em matéria extraordinária na Assembleia.

3. Capital Humano

A segurança e o bem-estar seguem como prioridades na Companhia e buscamos a meta de zero acidentes. No entanto, apesar dos nossos esforços, o nosso indicador de segurança (LTIF¹) ficou em 0,28 no ano de 2024. A Cosan e suas investidas seguem focadas em manter padrões elevados de segurança nas nossas operações, investindo em treinamento, tecnologia e práticas seguras. Também oferecemos benefícios abrangentes de saúde, reforçando o cuidado com o bem-estar físico e mental da nossa equipe.

Em 2024, seguimos fortalecendo nossa Cultura Empreendedora junto à liderança e aos colaboradores, explorando como nossos comportamentos e modelo de gestão são vividos na prática.

Avançamos na Equidade de Gênero com 69,4% de mulheres na liderança Cosan e 53% na alta gestão. Além disso, assinamos o compromisso com o Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+ e a Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial, fortalecendo o nosso papel no avanço da inclusão e da equidade dentro da Cosan.

Como reconhecimento, conquistamos o 1º lugar na categoria Conglomerado e o 22º no ranking geral da Merco Talento Brasil 2024, destacando nossa evolução em impulsionar pessoas e negócios ao máximo potencial.

4. Mercado de Capitais & Governança Corporativa

A Cosan tem suas ações listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código CSAN3, fazendo parte do segmento do Novo Mercado da B3, no qual as empresas se comprometem a aderir às melhores práticas de governança corporativa. Também possui um programa de Ações Depositárias Americanas (*American Depositary Shares – ADSs*) nível 2 listadas na bolsa de valores de Nova York (*New York Stock Exchange – NYSE*).

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Cosan era representado por 1.866.570.932 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal – todas com direito a voto, conforme o segmento do Novo Mercado da B3.

A Administração está comprometida com a constante evolução do ambiente de Governança. O Conselho de Administração é assistido por Comitês para tratar das pautas prioritárias da Companhia, além da presença do Conselho Fiscal. A Cosan conta com uma estrutura de gestão de riscos dedicada a identificar, avaliar e responder as demandas de cada segmento do nosso portfólio de negócios. O ambiente de controles internos é monitorado centralmente pelo time corporativo, além da manutenção de políticas que direcionam a conduta de nossos colaboradores e a manutenção de canais de ética para reporte de potenciais violações ao Código de Ética e não conformidades que são reportadas ao Comitê de Auditoria Estatutário.

Em 2024, a Cosan criou a Diretoria de Gestão de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna com o objetivo de fortalecer a governança corporativa e aprimorar a supervisão dos riscos e controles internos das empresas do portfólio. A nova estrutura é responsável por avaliar, recomendar e monitorar melhorias contínuas no ambiente de controles internos, garantindo maior eficiência e aderência às melhores práticas de governança.

¹ *Lost time injury frequency* = Número de acidentes/milhões de horas trabalhadas

Ainda neste ano, tivemos a reestruturação da Diretoria Estatutária para garantir a continuidade das estratégias e a agilidade necessária para a execução das nossas prioridades e fortalecimento da estrutura de governança com a formalização da estrutura de Relações Governamentais, desenvolvimento de projetos focados na transição de pessoas.

5. Compromisso com a sustentabilidade

Como gestora de ativos, a Cosan tem o compromisso de evoluir de maneira integrada, promovendo práticas sustentáveis que gerem impacto positivo no ambiente e na sociedade.

Desenvolvido a partir dos temas materiais, a “Visão ESG 2030” é a estratégia de sustentabilidade da Companhia, que funciona como uma referência para melhores práticas e direcionadores que consolidam a atuação nos temas que impactam transversalmente todos os negócios do portfólio.

A atuação ESG da Cosan com as investidas é dividida em três grandes frentes prioritárias: (i) direcionar a evolução dos negócios, alinhando-os aos compromissos e direcionamentos do Visão ESG 2030; (ii) engajar os negócios promovendo intercâmbios de conhecimento e práticas de sustentabilidade e (iii) consolidar e comunicar o desempenho ESG do portfólio aos stakeholders garantindo o alinhamento com os objetivos estratégicos.

Em 2024 a Cosan revisou sua materialidade para garantir que a matriz esteja alinhada aos movimentos regulatórios, reflita a visão dos stakeholders e integre a sustentabilidade às decisões estratégicas, equilibrando impacto e objetivos financeiros com responsabilidades ambientais, climáticas e sociais.

Pela primeira vez, integramos a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World), um dos índices mais prestigiados internacionalmente, que reconhece nas empresas listadas o compromisso contínuo com as práticas ESG. Além disso, permanecemos integrantes da Carteira ISE B3 pelo quinto ano consecutivo reafirmando nosso comprometimento com a sustentabilidade corporativa.

Vide mais informações na nota explicativa 3.3 – Impactos Contábeis relacionados às iniciativas ambientais, sociais e de governança (“ESG”) das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

6. Relacionamento com o auditor independente

A Cosan contratou a BDO RCS Auditores (BDO) para prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações financeiras do exercício de 2024.

A Companhia possui uma Política de Contratação de Auditor Independente e de Serviços de Não Auditoria (“Política”) com o objetivo de estabelecer as regras relativas à contratação de auditores independentes e firmas de auditoria, incluindo as diretrizes e procedimentos para garantir a independência dos auditores independentes e prestadores de serviços de consultoria da Companhia, suas controladas, subsidiárias, joint venture e coligadas relevantes. A Política está disponível em <https://www.cosan.com.br/sobre-a-cosan/governanca-corporativa/estatutos-politicas-e-codigos>.

Durante o ano de 2024, houve contratação da BDO para outros serviços de auditoria independente relacionados às coligadas e controladas em conjunto cuja soma dos honorários representa 24,4% do valor total de seus respectivos honorários para a auditoria anual das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, incluindo a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro de 2024 da Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência estabelecido na Política.

Com base em referidos princípios, a BDO RCS Auditores Independentes informou que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

Adicionalmente, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 11 de fevereiro de 2025, houve alteração no auditor independente da Cosan: a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. iniciará suas atividades a partir da revisão das informações trimestrais relativas ao primeiro trimestre de 2025 e conduzirá os trabalhos de auditoria para as controladas da Companhia, com exceção da Raízen.

7. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

CONTEÚDO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	9
Balancos patrimoniais	15
Demonstrações dos resultados.....	17
Demonstrações dos resultados abrangentes	18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstrações dos fluxos de caixa	21
Demonstrações do valor adicionado.....	24
1. CONTEXTO OPERACIONAL	25
2. EVENTOS RELEVANTES E DÍVIDAS CONTRAÍDAS NO EXERCÍCIO	26
2.1 EVENTOS RELEVANTES	26
2.2 DÍVIDAS CONTRAÍDAS.....	32
3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	32
3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE.....	32
3.2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	33
3.3. IMPACTOS CONTÁBEIS RELACIONADOS ÀS INICIATIVAS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (“ESG”)	34
4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	38
4.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA POR SEGMENTO	44
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE ÁREA GEOGRÁFICA.....	44
4.3 PRINCIPAIS CLIENTES	45
5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	45
5.1. CLÁUSULAS RESTRITIVAS	47
5.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	49
5.3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E CAIXA RESTRITO	50
5.4. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	51
5.5. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO	55
5.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	58
5.7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	64
5.8. PARTES RELACIONADAS	65
5.9. FORNECEDORES.....	69
5.10. ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL.....	69
5.11. MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO RECONHECIDO	71
5.12. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO.....	73
6. OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR.....	79
7. ESTOQUES	79
8. ATIVOS E PASSIVOS MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÃO DESCONTINUADA	80
9. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS E COLIGADAS	82
9.1. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS	82
9.2. AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS	93

9.3. PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	96
9.4. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS	101
10. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS EM CONJUNTO	103
11. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E ÁGIO, ATIVOS DE CONTRATO, DIREITO DE USO E PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS	105
11.1. IMOBILIZADO	106
11.2. INTANGÍVEL E ÁGIO	109
11.3. ATIVO DE CONTRATO	114
11.4. DIREITO DE USO	115
11.5. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS	117
12. COMPROMISSOS	118
13. CONCESSÕES A PAGAR	118
14. OUTROS TRIBUTOS A PAGAR	120
15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	121
16. PROVISÃO PARA DEMANDAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	127
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	134
18. RESULTADO POR AÇÃO	138
19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	140
20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	142
21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	143
22. RESULTADO FINANCEIRO	143
23. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO	145
24. PAGAMENTO COM BASE EM AÇÕES	150
25. EVENTOS SUBSEQUENTES	155
26. NOVAS NORMAS CONTÁBEIS	159
26.1 NORMAS CONTÁBEIS RECENTES ADOTADAS PELA COMPANHIA	159
26.2 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS	160

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cosan S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Cosan S.A. ("Companhia"), identificadas como, controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação da recuperabilidade da controlada indireta Rumo Malha Sul S.A. e da coligada Vale S.A. ("Rumo Malha Sul e Vale S.A.")

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 11.1 e 9.4 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas reconheceram perdas por redução a valor recuperável na controlada indireta Rumo Malha S.A. e na coligada Vale S.A. nos montantes de R\$2.967.203 mil e R\$4.672.396 mil, respectivamente, considerando os seguintes aspectos: (i) a Rumo Malha Sul S.A. foi significativamente afetada por condições climáticas severas no primeiro trimestre de 2024, cujo seu valor em uso foi mensurado com base na aplicação do método de fluxo de caixa descontado, projetado até fevereiro de 2027, data de vencimento da concessão, o que resultou na identificação da perda ao valor recuperável no montante supramencionado; (ii) a Companhia constatou, com base na diminuição prolongada e significativa no valor justo das ações da Vale S.A., a existência de evidência objetiva de redução ao seu valor recuperável e, desta forma, elaborou o cálculo estimado do valor justo líquido menos de despesa de vendas deste investimento em 31 de dezembro de 2024, resultando no reconhecimento da perda ao valor recuperável no montante supramencionado.

Como a Administração exerce julgamento significativo na determinação dos critérios e premissas adotados no processo de determinação do valor recuperável desses investimentos, assim como a magnitude dos valores envolvidos e os seus efeitos materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do ambiente de controles internos relevantes referentes ao processo de avaliação do teste de recuperabilidade dos ativos, quando aplicável, incluindo os controles internos sobre a identificação de indícios e de evidência objetiva de perda ao valor recuperável;
- Aplicação de procedimentos de auditoria de grupo, com avaliação de riscos envolvidos e dos procedimentos realizados pelos auditores do componente que inclui a Rumo Malha Sul S.A. referentes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, incluindo a preparação e envio de instruções de auditoria aos membros da equipe de componentes e com supervisão e monitoramento pela equipe de auditoria da Companhia;
- Revisão da razoabilidade do modelo adotado pela Administração para elaborar o cálculo de mensuração ao valor justo líquido estimado menos despesa de vendas da Vale S.A., incluindo a avaliação das principais premissas e critérios utilizados, assim como o memorando técnico elaborado pela Administração;
- Revisão dos cálculos aritméticos sobre o reconhecimento e mensuração da perda ao valor recuperável desses investimentos;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os critérios e premissas adotados pela Administração na determinação da perda ao valor recuperável desses investimentos, considerando as práticas contábeis aplicáveis e a razoabilidade da documentação suporte das projeções, mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão.

Provisão para demandas judiciais

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº16, a Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuem assuntos de natureza (i) tributária e; (ii) cíveis, ambientais e regulatórias em discussão em várias esferas processuais, classificados como perdas possíveis e prováveis, no montante total consolidado de R\$16.422.932 mil e R\$7.387.950 mil, respectivamente, sendo que R\$745.896 mil e R\$818.422 mil, respectivamente, representam os assuntos provisionados por ser considerados como provável perda, conforme avaliação realizada pela Administração a partir da opinião de seus assessores jurídicos.

A determinação dos montantes provisionados e dos valores divulgados depende de julgamentos críticos da Administração em relação à probabilidade de perda destacada nas discussões judiciais em andamento, como resultado das interpretações da legislação vigente, das decisões judiciais e da evolução da jurisprudência. Adicionalmente, considerando a relevância dos valores envolvidos e complexidade do ambiente legal e regulatório, quaisquer mudanças nas premissas adotadas na determinação do prognóstico de perda podem trazer impactos materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Devido a magnitude dos valores envolvidos nas contingências consideradas como perda possível, no alto número de processos envolvidos e na complexidade dos julgamentos realizados pela Administração da Companhia no processo de mensuração das contingências, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o abaixo.

- Reuniões com os representantes-chave do departamento jurídico interno da Companhia;
- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos que estejam relacionados ao ciclo de identificação, reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes;
- Aplicação de procedimentos de auditoria de grupo, com avaliação de riscos envolvidos e dos procedimentos realizados pelos auditores de componentes significativos sobre as informações contábeis desses componentes referentes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, incluindo a preparação e envio de instruções de auditoria aos membros da equipe de componentes significativos e com supervisão e monitoramento pela equipe de auditoria da Companhia;
- Avaliação da metodologia, premissas e critérios utilizados pela Companhia, incluindo as atualizações, para reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas;
- Obtenção de carta de confirmação externa junto aos assessores jurídicos responsáveis pelos processos, visando confirmar: (i) a existência de processos e seu estágio atual; (ii) a respectiva avaliação de perda envolvida e as fundamentações jurídicas aplicáveis;
- Envolvimento dos nossos especialistas tributários para avaliar a natureza, fundamentações e/ou teses de defesa, e eventuais alterações de prognósticos de perda para determinados processos tributários relevantes considerados como perda possível, que envolvam julgamento complexo e subjetividade nas avaliações;
- Com relação aos aspectos tributários ligados a tributos sobre o lucro, nossa avaliação contemplou: (i) reuniões com a Administração para entender os controles internos existentes na identificação e monitoramento de tratamentos fiscais incertos; (ii) critérios adotados para reconhecimento e mensuração de passivo tributário, se aplicável;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas pela Administração para mensuração das provisões para contingências e divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC/NBCTG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

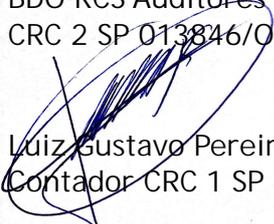
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1



Luiz Gustavo Pereira dos Santos
Contador CRC 1 SP 258849/O-9

Balancos patrimoniais

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	2.201.267	1.769.976	16.903.542	14.658.481
Caixa restrito	5.3	—	—	28.006	7.860
Títulos e valores mobiliários	5.3	805.335	705.777	3.272.941	3.407.955
Contas a receber de clientes	5.7	—	—	3.730.364	3.330.488
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	18.402	54.935	905.341	202.399
Estoques	7	—	—	2.072.905	1.792.714
Recebíveis de partes relacionadas	5.8	114.099	173.351	197.063	251.471
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		453.308	508.268	793.721	888.942
Outros tributos a recuperar	6	5.364	8.346	886.136	745.856
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	17	19.377	319.135	153.548	255.777
Redução de capital a receber	2.1	1.013.714	—	—	—
Ativos financeiros setoriais	5.10	—	—	221.947	207.005
Outros ativos financeiros		—	—	675	690
Outros ativos		50.896	177.001	629.426	722.386
Ativo circulante		4.681.762	3.716.789	29.795.615	26.472.024
Ativos circulantes mantidos para venda	8	796.211	2.998	978.788	2.138.165
		5.477.973	3.719.787	30.774.403	28.610.189
Contas a receber de clientes	5.7	—	—	265.370	114.148
Títulos e valores mobiliários	5.3	—	—	113.360	96.006
Caixa restrito	5.3	—	81.621	146.297	195.392
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	1.758.410	2.478.911	4.495.296	5.609.030
Recebíveis de partes relacionadas	5.8	292.882	174.745	202.826	88.620
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		—	—	264.308	432.360
Outros tributos a recuperar	6	35.177	33.639	1.334.553	1.132.703
Depósitos judiciais	16	416.969	403.489	1.056.690	895.901
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	1.547.093	102.881	2.893.987	2.344.400
Ativos financeiros setoriais	5.10	—	—	509.695	341.695
Outros ativos		140.594	71.250	739.386	216.694
Outros ativos financeiros		—	—	3.820	2.423
Investimentos em controladas e coligadas	9.1	31.308.696	35.741.778	10.678.566	17.611.369
Investimentos em controladas em conjunto	10	1.193.072	1.320.592	10.545.044	11.742.442
Imobilizado	11.1	39.038	39.817	23.019.016	21.239.974
Intangível	11.2	9.873	6.863	26.330.785	22.650.287
Ativos de contrato	11.3	—	—	1.114.830	1.052.105
Direito de uso	11.4	17.557	22.200	9.958.751	9.513.518
Propriedades para investimentos	11.5	—	—	16.818.919	15.976.126
Ativo não circulante		36.759.361	40.477.786	110.491.499	111.255.193
Total do ativo		42.237.334	44.197.573	141.265.902	139.865.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	347.032	800.987	4.403.148	4.882.398
Passivos de arrendamento	5.5	9.227	8.959	1.007.533	733.063
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	1.074.991	364.747	2.504.117	1.250.520
Fornecedores	5.9	2.900	2.431	5.168.593	3.920.273
Ordenados e salários a pagar		43.356	61.926	794.906	829.329
Imposto de renda e contribuição social correntes		18.514	2.716	414.823	445.934
Outros tributos a pagar	14	78.197	226.556	637.842	673.718
Dividendos a pagar	17	3.495	276.065	96.722	549.054
Redução de capital a pagar		—	—	486.285	—
Concessões a pagar	13	—	—	166.273	250.971
Pagáveis a partes relacionadas	5.8	210.620	198.899	416.410	322.160
Passivos financeiros setoriais	5.10	—	—	64.718	70.013
Outros passivos financeiros	5	—	—	770.103	476.895
Outras contas a pagar		298.534	593.643	895.223	1.516.084
Passivo circulante		2.086.866	2.536.929	17.826.696	15.920.412
Passivos não circulantes disponíveis para venda	8	—	—	86.138	238.393
		2.086.866	2.536.929	17.912.834	16.158.805
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	21.003.523	12.695.337	62.052.278	52.022.256
Passivos de arrendamento	5.5	15.232	20.584	5.502.220	4.542.731
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	29.883	281.238	966.087	2.164.625
Fornecedores	5.9	—	—	19.256	264.252
Ordenados e salários a pagar		—	—	19.101	—
Outros tributos a pagar	14	216.203	158.857	255.245	163.242
Provisão para demandas judiciais	16	308.607	401.093	2.044.633	1.714.403
Concessões a pagar	13	—	—	3.554.917	3.314.402
Investimentos com passivo a descoberto	9.1	263.722	146.276	—	—
Pagáveis a partes relacionadas	5.8	7.052.404	6.449.968	1.078	1.078
Obrigações de benefício pós-emprego	23	279	313	526.620	617.647
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	—	—	5.973.506	5.225.433
Passivos financeiros setoriais	5.10	—	—	1.975.521	1.740.685
Receitas diferidas ou antecipadas		—	—	16.589	19.129
Outros passivos financeiros	5	—	—	297.736	—
Outras contas a pagar		356.851	551.671	749.919	935.514
Passivo não circulante		29.246.704	20.705.337	83.954.706	72.725.397
Total do passivo		31.333.570	23.242.266	101.867.540	88.884.202
Patrimônio líquido					
	17				
Capital social		8.832.544	8.682.544	8.832.544	8.682.544
Ações em tesouraria		(50.708)	(93.917)	(50.708)	(93.917)
Reserva de capital		2.205.878	2.561.964	2.205.878	2.561.964
Outros componentes do patrimônio líquido		565.855	314.325	565.855	314.325
Reservas de lucros		8.773.990	9.490.391	8.773.990	9.490.391
Prejuízos acumulados		(9.423.795)	—	(9.423.795)	—
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		10.903.764	20.955.307	10.903.764	20.955.307
Acionistas não controladores	9.3	—	—	28.494.598	30.025.873
Total do patrimônio líquido		10.903.764	20.955.307	39.398.362	50.981.180
Total do passivo e patrimônio líquido		42.237.334	44.197.573	141.265.902	139.865.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	19	—	—	43.950.742	39.468.497
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	20	—	—	(30.236.061)	(28.549.896)
Lucro bruto		—	—	13.714.681	10.918.601
Despesas de vendas	20	—	—	(1.575.890)	(1.350.570)
Despesas gerais e administrativas	20	(368.154)	(437.390)	(2.845.282)	(2.527.974)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(126.151)	(69.256)	1.549.834	3.924.377
Provisão para baixa e por redução ao valor recuperável	21	—	—	(3.155.400)	—
Resultado Operacional		(494.305)	(506.646)	(6.026.738)	45.833
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido		(494.305)	(506.646)	7.687.943	10.964.434
Perda por redução ao valor recuperável em coligada	9.1	—	—	(4.672.396)	—
Equivalência patrimonial em controladas e coligadas	9.1	(2.960.668)	2.236.069	1.719.031	350.399
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	10	(142.161)	192.472	(1.229.980)	1.695.945
Resultado de equivalência patrimonial		(3.102.829)	2.428.541	(4.183.345)	2.046.344
Despesas financeiras		(2.357.419)	(1.934.520)	(7.637.116)	(11.337.430)
Receitas financeiras		291.426	829.235	2.655.899	3.028.134
Variação cambial, líquida		(3.557.941)	712.582	(5.741.359)	1.777.438
Efeito líquido dos derivativos		327.317	(1.098.745)	1.972.859	(1.365.169)
Resultado financeiro líquido	22	(5.296.617)	(1.491.448)	(8.749.717)	(7.897.027)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(8.893.751)	430.447	(5.245.119)	5.113.751
Imposto de renda e contribuição social	15				
Corrente		(48.781)	30.562	(1.952.203)	(1.645.063)
Diferido		(666.350)	617.728	(1.238.319)	1.370.637
		(715.131)	648.290	(3.190.522)	(274.426)
Resultado do exercício das operações em continuidade		(9.608.882)	1.078.737	(8.435.641)	4.839.325
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	8	185.087	15.654	273.875	45.419
Resultado líquido do exercício		(9.423.795)	1.094.391	(8.161.766)	4.884.744
Resultado do exercício atribuído aos:					
Acionistas controladores		(9.423.795)	1.094.391	(9.423.795)	1.094.391
Acionistas não controladores		—	—	1.262.029	3.790.353
		(9.423.795)	1.094.391	(8.161.766)	4.884.744
Resultado por ação das operações continuadas:	18				
Básico				(R\$5,1586)	R\$0,5778
Diluído				(R\$5,1593)	R\$0,5751
Resultado por ação das operações descontinuadas:	18				
Básico				R\$0,0994	R\$0,0084
Diluído				R\$0,0990	R\$0,0084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	(9.423.795)	1.094.391	(8.161.766)	4.884.744
Outros resultados abrangentes:				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	466.811	(109.134)	537.111	(172.501)
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	(303.494)	(92.491)	(393.651)	(125.233)
	163.317	(201.625)	143.460	(297.734)
Itens que não podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:				
Ganhos (perdas) atuariais com plano de benefício definido	88.213	(51.596)	162.598	(71.550)
Tributos diferidos	—	—	(55.283)	24.327
	88.213	(51.596)	107.315	(47.223)
Resultado abrangente das operações continuadas	(9.357.352)	825.516	(8.184.866)	4.494.368
Resultado abrangente das operações descontinuadas	185.087	15.654	273.875	45.419
Resultado abrangente do exercício	(9.172.265)	841.170	(7.910.991)	4.539.787
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(9.172.265)	841.170	(9.172.265)	841.170
Acionistas não controladores	—	—	1.261.274	3.698.617
	(9.172.265)	841.170	(7.910.991)	4.539.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Reserva de capital				Outros componentes do patrimônio líquido	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Transações societárias - Lei 6404/76	Transações de capital		Legal	Reserva estatutária	Lucros a realizar	Retenção de lucros				
Saldo em 1º de janeiro de 2023	8.402.544	(107.140)	737	2.319.191	567.546	58.802	9.240.466	171.021	—	—	20.653.167	27.516.232	48.169.399
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.094.391	1.094.391	3.790.353	4.884.744
Resultados abrangentes: (nota 17 (f))													
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	—	—	—	—	(92.491)	—	—	—	—	—	(92.491)	(32.742)	(125.233)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	—	—	—	—	(109.134)	—	—	—	—	—	(109.134)	(63.367)	(172.501)
Ganhos (perdas) atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto	—	—	—	—	(51.596)	—	—	—	—	—	(51.596)	4.373	(47.223)
Total de outros resultados abrangentes	—	—	—	—	(253.221)	—	—	—	—	1.094.391	841.170	3.698.617	4.539.787
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:													
Aumento de capital	280.000	—	—	—	—	—	(280.000)	—	—	—	—	—	—
Recurso proveniente de aumento de capital em controlada	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6.657	6.657
Ganho com aumento de capital em controlada	—	—	—	60.348	—	—	—	—	—	—	60.348	10.830	71.178
Pagamento baseado em ações	—	13.223	—	(40.113)	—	—	—	—	—	—	(26.890)	(79.565)	(106.455)
Baixa em participação em controlada	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(22.280)	(22.280)
Dividendos e destinação de resultados	—	—	—	—	—	—	(349.670)	(171.021)	820.793	(820.793)	(520.691)	(1.581.323)	(2.102.014)
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(273.598)	(273.598)	—	(273.598)
Combinação de negócios	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	237.460	237.460
Plano de remuneração dos empregados - valor dos serviços dos empregados	—	—	—	135.653	—	—	—	—	—	—	135.653	50.664	186.317
Total de contribuições e distribuições	280.000	13.223	—	155.888	—	—	(629.670)	(171.021)	820.793	(1.094.391)	(625.178)	(1.377.557)	(2.002.735)
Transações com os acionistas													
Ganho com distribuição de dividendos em controlada	—	—	—	79.825	—	—	—	—	—	—	79.825	188.581	268.406
Mudança de participação em controlada	—	—	—	6.323	—	—	—	—	—	—	6.323	—	6.323
Total de transações com os acionistas	—	—	—	86.148	—	—	—	—	—	—	86.148	188.581	274.729
Total de contribuições, distribuições e transações com acionistas da Companhia	280.000	13.223	—	242.036	—	—	(629.670)	(171.021)	820.793	(1.094.391)	(539.030)	(1.188.976)	(1.728.006)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.682.544	(93.917)	737	2.561.227	314.325	58.802	8.610.796	—	820.793	—	20.955.307	30.025.873	50.981.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

			Reserva de capital		Outros componentes do patrimônio líquido	Reserva de lucros			Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Transações societárias - Lei 6404/76	Transações de capital		Legal	Reserva estatutária	Prejuízos acumulados			
Saldo em 1º de janeiro de 2024	8.682.544	(93.917)	737	2.561.227	314.325	58.802	9.431.589	—	20.955.307	30.025.873	50.981.180
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	(9.423.795)	(9.423.795)	1.262.029	(8.161.766)
Resultados abrangentes: (nota 17 (f))											
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	—	—	—	—	(303.494)	—	—	—	(303.494)	(90.157)	(393.651)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	—	—	—	—	466.811	—	—	—	466.811	70.300	537.111
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto	—	—	—	—	88.213	—	—	—	88.213	19.102	107.315
Total de outros resultados abrangentes	—	—	—	—	251.530	—	—	(9.423.795)	(9.172.265)	1.261.274	(7.910.991)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:											
Aumento de capital (nota 17(a))	150.000	—	—	—	—	—	(150.000)	—	—	—	—
(Perda) Ganho com redução de capital em controlada	—	—	—	(60.111)	—	—	—	—	(60.111)	(634.660)	(694.771)
Ações próprias adquiridas	—	(190.593)	—	—	—	—	—	—	(190.593)	—	(190.593)
Cancelamento de ações em tesouraria	—	118.975	—	(118.975)	—	—	—	—	—	—	—
Pagamento baseado em ações	—	114.827	—	(202.625)	—	—	—	—	(87.798)	13.367	(74.431)
Perda na distribuição de dividendos para acionistas não controladores	—	—	—	(712)	—	—	—	—	(712)	1.141	429
Dividendos e destinação de resultados	—	—	—	—	—	—	(566.401)	—	(566.401)	(2.382.267)	(2.948.668)
Combinação de negócios (nota 9.2)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	574.598	574.598
Alienação de ativos mantido para venda	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(372.030)	(372.030)
Plano de remuneração dos empregados - valor dos serviços dos empregados	—	—	—	29.819	—	—	—	—	29.819	4.330	34.149
Total de contribuições e distribuições	150.000	43.209	—	(352.604)	—	—	(716.401)	—	(875.796)	(2.795.521)	(3.671.317)
Transações com os acionistas:											
Mudança de participação em controlada (nota 9.1)	—	—	—	(3.482)	—	—	—	—	(3.482)	2.972	(510)
Total de transações com os acionistas	—	—	—	(3.482)	—	—	—	—	(3.482)	2.972	(510)
Total de contribuições, distribuições e transações com acionistas da Companhia	150.000	43.209	—	(356.086)	—	—	(716.401)	—	(879.278)	(2.792.549)	(3.671.827)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.832.544	(50.708)	737	2.205.141	565.855	58.802	8.715.188	(9.423.795)	10.903.764	28.494.598	39.398.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(8.893.751)	430.447	(5.245.119)	5.113.751
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	20	15.862	14.401	3.868.583	3.364.943
Provisão para baixa e por redução ao valor recuperável	21	—	—	3.155.400	—
Perda por redução ao valor recuperável em coligada	9.1	—	—	4.672.396	—
Equivalência patrimonial em controladas e coligadas	9.1	2.960.668	(2.236.069)	(1.719.031)	(350.399)
Equivalência patrimonial em controladas em conjunto	10	142.161	(192.472)	1.229.980	(1.695.945)
Perda (ganho) nas alienações de ativo imobilizado e intangível	21	16	(13.563)	(141.863)	17.016
Transações com pagamento baseado em ações	24	42.260	109.467	65.901	207.713
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	11.5	—	—	(1.273.033)	(2.259.924)
Provisão para demandas judiciais, recobráveis e parcelamentos tributários	21	47.391	86.619	313.876	204.158
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos		5.396.731	1.589.201	10.217.952	9.379.506
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	5.10	—	—	(37.061)	(110.125)
Provisão de bônus e participação no resultado		35.759	58.522	454.930	419.241
Provisão para perdas de crédito esperadas		—	—	52.839	74.706
Resultado na venda de Investimentos	21	—	—	383.205	—
Recuperação de créditos fiscais		—	—	(6.030)	(33.384)
Receita diferida		—	—	3.318	(597.998)
Receita com dividendos de investimento financeiro		—	—	—	(1.284.647)
Outros		90.599	(49.502)	(261.305)	278.427
		(162.304)	(202.949)	15.734.938	12.727.039
Variação em:					
Contas a receber de clientes		—	—	546.218	573.737
Estoque		—	—	159.667	(83.166)
Outros tributos, líquidos		(73.093)	66.903	(354.401)	454.941
Imposto de renda e contribuição social		136.338	92.318	(1.487.693)	(1.272.145)
Partes relacionadas, líquidas		(68.543)	5.325	105.490	(188.798)
Fornecedores		972	(117.333)	(180.867)	(252.810)
Ordenados e salários a pagar		(59.409)	(45.897)	(542.241)	(356.210)
Provisão para demandas judiciais		4.638	(26.976)	(305.324)	(461.574)
Instrumentos financeiros derivativos		—	—	(9.192)	2.894
Outros passivos financeiros		—	—	(26.275)	(566.058)
Depósitos judiciais		(11.194)	(36.036)	(149.118)	(22.862)
Obrigação de benefício pós-emprego		—	—	(37.549)	(34.235)
Outros ativos e passivos, líquidos		(43.128)	(18.002)	(372.367)	(244.309)
		(113.419)	(79.698)	(2.653.652)	(2.450.595)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais					
		(275.723)	(282.647)	13.081.286	10.276.444
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aporte de capital em controladas e coligadas	9.1	(4.173.198)	(2.716.505)	(29.997)	(47.300)
Aporte de capital em controlada em conjunto	10	(12.337)	—	(12.337)	—
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido		(608.132)	(567.577)	(962.378)	(702.577)
Venda (compra) de títulos e valores mobiliários, líquido		(44.698)	72.305	551.003	(507.976)
Caixa restrito		86.562	(40.036)	42.012	(60.498)
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	17	3.138.556	855.188	1.018.794	254.905
Dividendos recebidos de controlada em conjunto	17	228.342	351.092	293.912	906.534
Dividendos recebidos de investimento financeiro		—	—	—	1.305.410
Aquisição de instrumentos designados ao valor justo		—	—	(621)	(7.485)
Caixa na operação de incorporação		352	—	—	—
Redução de capital em controlada	9.1	1.137.186	16.088	—	99.040
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato		(13.435)	(7.209)	(7.834.521)	(6.267.962)
Venda de investimentos, líquido de caixa cedido		16.847	15.000	2.725.625	645.772
Operação descontinuada		—	—	24.510	62.700
Custo de aquisição de novos negócios		—	—	(17.047)	—

Demonstrações dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Recebimento instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		—	162.114	103.147	168.308
Pagamento instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		(338.609)	(145.308)	(427.293)	(156.600)
Caixa recebido na venda de ativos imobilizado e intangível		—	—	36.934	4.637
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(582.564)	(2.004.848)	(4.488.257)	(4.303.092)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	6.911.676	8.636.528	16.983.225	12.785.628
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	(1.160.058)	(579.942)	(12.187.560)	(8.054.763)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	(1.697.950)	(973.919)	(4.759.976)	(3.552.292)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		(589.868)	(787.608)	(2.860.601)	(2.851.267)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		249.677	789.574	1.144.473	1.193.534
Custos de operações bancárias com derivativos		—	—	(29.828)	(586.855)
Amortização de principal sobre arrendamentos	5.5	(6.532)	(5.524)	(694.340)	(490.012)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	5.5	(3.015)	(3.615)	(377.269)	(236.948)
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas não controladores		—	—	—	(24.281)
Redução de capital		—	—	(204.967)	—
Partes relacionadas		(1.405.138)	(3.534.080)	—	—
Recompra de ações próprias		(192.915)	—	(192.915)	(103.283)
Dividendos pagos	17	(838.971)	(798.203)	(2.779.081)	(2.582.447)
Dividendos pagos acionistas preferencialistas	17	—	—	(668.022)	—
Ganho nas operações bancárias de derivativos		—	—	20.993	—
Pagamento de remuneração baseada em ações		—	—	—	(13.597)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		1.266.906	2.743.211	(6.605.868)	(4.516.583)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		408.619	455.716	1.987.161	1.456.769
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.769.976	1.348.461	14.658.481	13.301.716
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa		22.672	(34.201)	257.900	(100.004)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.201.267	1.769.976	16.903.542	14.658.481
Informação complementar					
Impostos de renda e contribuição social pagos		—	—	1.200.228	361.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Transações que não envolveram caixa:

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa individual e consolidado pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa da controladora e consolidado:

- (i) Registro de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no montante de R\$1.179.931 (R\$2.037.779 em 31 de dezembro de 2023), relativos à correção de índices de inflação e a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento mercantil. (Nota 11.4).
- (ii) Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis com pagamento a prazo no montante de R\$1.330.439 (R\$860.551 em 31 de dezembro de 2023).

Demonstrações dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais)

- (iii) Na controlada Compass Gás e Energia S.A. (“Compass”), há parcelas remanescentes referentes à aquisição da Companhia Paranaense de Gás (“Compagas”) no montante de R\$595.567, que serão liquidadas até setembro de 2026.
- (iv) Redução de capital a pagar no montante de R\$1.500.000 e R\$1.320.000, nas controladas Compass e Cosan Dez Participações S.A. (“Cosan Dez”), respectivamente, sem alterações nas participações societárias.

Apresentação de juros e dividendos:

A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento. Os dividendos e juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento.

Demonstrações do valor adicionado

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	—	—	49.217.999	44.290.457
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(79.955)	(23.940)	2.284.390	6.282.834
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	—	—	25.279	(74.706)
	(79.955)	(23.940)	51.527.668	50.498.585
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	—	—	26.288.059	25.155.268
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	160.083	145.668	2.324.006	3.782.239
	160.083	145.668	28.612.065	28.937.507
Valor adicionado bruto	(240.038)	(169.608)	22.915.603	21.561.078
Retenções				
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	15.862	14.401	7.023.983	3.364.943
Valor adicionado líquido produzido	(255.900)	(184.009)	15.891.620	18.196.135
Valor adicionado recebido em transferência				
Perda por redução ao valor recuperável em coligada	—	—	(4.672.396)	—
Equivalência patrimonial em controladas e coligadas	(2.960.668)	2.236.069	1.719.031	350.399
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	(142.161)	192.472	(1.229.980)	1.695.945
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	185.087	15.654	273.875	45.419
Receitas financeiras	291.426	829.235	2.655.899	3.028.134
	(2.626.316)	3.273.430	(1.253.571)	5.119.897
Valor adicionado total a distribuir	(2.882.216)	3.089.421	14.638.049	23.316.032
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	179.023	296.827	2.677.572	2.608.269
Remuneração direta	138.983	275.868	2.144.502	2.093.703
Benefícios	13.803	12.191	411.539	401.914
FGTS e outros	26.237	8.768	121.531	112.652
Impostos, taxas e contribuições	774.511	(622.481)	8.635.556	4.781.623
Federais	755.026	(627.134)	5.287.771	1.777.439
Estaduais	—	—	3.183.301	2.764.109
Municipais	19.485	4.653	164.484	240.075
Despesas financeiras e aluguéis	5.588.045	2.320.684	11.486.687	11.041.396
Juros e variação cambial	5.538.694	2.408.020	11.326.038	10.188.657
Aluguéis	—	—	154.613	141.440
Outros	49.351	(87.336)	6.036	711.299
Remuneração de capitais próprios	(9.423.795)	1.094.391	(8.161.766)	4.884.744
Participação dos acionistas não-controladores	—	—	1.262.029	3.790.353
Dividendos propostos	—	273.598	—	273.598
Resultado do exercício das operações em continuidade	(9.608.882)	805.139	(9.697.670)	775.374
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	185.087	15.654	273.875	45.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Cosan S.A. (“Cosan” ou “a Companhia”) é uma Companhia aberta na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) no segmento especial Novo Mercado sob o *ticker* “CSAN3”. As *American Depositary Shares* (“ADSs”) da Companhia, estão listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange*), ou “NYSE”, e são negociadas sob o *ticker* “CSAN”. Cosan é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan.

Em 31 de dezembro de 2024, a Cosan Corporativo (segmento corporativo) era composta pelas seguintes entidades:



- (i) Controladora com participação societária direta ou indireta nas controladas e controlada em conjunto, tendo como principais efeitos em seu resultado despesas gerais e administrativas, contingências, resultado de equivalência patrimonial e resultado financeiro atribuído a dívidas.
- (ii) O Bradesco BBI S.A. (“Bradesco”) possui ações preferenciais que correspondem a uma participação societária de 23,20% na Cosan Dez, a qual possui participação direta de 88% na Compass.
- (iii) O Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”) possui ações preferenciais que correspondem a uma participação societária de 26,91% na Cosan Nove Participações S.A. (“Cosan Nove”), a qual possui participação direta de 39,09% na Raízen S.A. (“Raízen”).
- (iv) A Cosan Oito S.A. (“Cosan Oito”), controlada da Cosan S.A. que detinha participação com influência significativa na Vale S.A. (“Vale”), foi incorporada à Cosan S.A. em 8 de janeiro de 2025, conforme detalhado na Nota 25.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

2. EVENTOS RELEVANTES E DÍVIDAS CONTRAÍDAS NO EXERCÍCIO

2.1 EVENTOS RELEVANTES

COSAN CORPORATIVO

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO DA VALE

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Vale aprovou três distribuições de remuneração aos acionistas:

- (i) 22 de fevereiro: Dividendos de R\$11.721.894, pagos em 19 de março. A controlada Cosan Oito recebeu R\$577.469.
- (ii) 25 de julho: Juros sobre capital próprio ("JCP") de R\$8.940.158, pagos em 4 de setembro. A controlada Cosan Oito recebeu R\$315.622, líquidos de impostos retidos na fonte.
- (iii) 28 de novembro: JCP de R\$2.222.163, a serem pagos em 14 de março de 2025. A Companhia receberá R\$78.465, líquidos de impostos retidos na fonte.

UNWIND OPERAÇÕES VALE

- **Collar Financing**

Nos primeiros meses de 2024, conforme demonstrado no quadro abaixo, a Companhia antecipou as dívidas atreladas à operação da Vale. Em abril de 2024, foi concluída a liquidação de 100% dessas dívidas e dos derivativos de *collar financing* vinculados à operação.

Data base	Participação Cosan			Liquidação dívidas Efeito caixa		Ganho liquidação Collar Financing (ii)
	Direta	Collarizada	Total	Principal	Juros	
Janeiro de 2024	2,62%	2,03%	4,65%	(1.698.606)	(49.773)	188.140
Fevereiro de 2024	3,91%	0,74%	4,65%	(2.067.956)	(63.689)	303.431
Abril de 2024 ⁽ⁱ⁾	3,91%	—	3,91%	(1.918.773)	(65.880)	331.116
					(179.342)	822.687

- (i) Em 19 de abril de 2024, a Companhia concluiu a alienação de 33.524.185 ações, equivalentes a 0,78% do capital social votante da Vale.
- (ii) O ganho mencionado nessa liquidação foi reconhecido no resultado financeiro do exercício.

- **Call Spread**

Em 8 de maio de 2024, a Companhia liquidou antecipadamente a primeira tranche da estrutura de derivativos Call Spread, equivalente a 10.785.830 ações, ou 0,24% do total de ações da Vale. Essa operação eliminou os vencimentos em 2024 e gerou um ingresso de caixa de R\$ 14.499, em contrapartida a um prejuízo de R\$ 82.265.

Data base	Participação econômica Cosan		Ganho/perda liquidação Call Spread	
	% Liquidado antecipado	% Remanescente	Efeito caixa	Efeito resultado financeiro
Mai de 2024	0,24%	1,34%	14.499	(82.265)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

IMPAIRMENT INVESTIMENTO VALE

Em 31 de dezembro a Companhia efetuou o teste de *impairment* da Vale e reconheceu uma provisão no montante de R\$4.672.396 conforme nota 9.4(b).

INTERNALIZAÇÃO SENIOR NOTES 2031

Em 16 de fevereiro de 2024, a Companhia internalizou os recursos remanescentes dos *Senior Notes due* 2031, por meio da emissão do *Loan* 4131 pela Cosan, no montante de U.S.\$600.000 mil, ou R\$2.982.600. O *Loan* 4131 possui cupom anual de 6,6% nos primeiros quatro semestres e taxa de juros de 7,25% a.a. nos demais períodos.

Em contrapartida, a Cosan Luxembourg S.A. (“Cosan Luxemburgo”) contratou um *Time Deposit* (“TD”) com o mesmo montante e moeda, com pagamentos semestrais e remuneração anual de 7,25%, tendo como ativo subjacente o *Loan* 4131. Para mais informações, consulte a Nota 5.4 (e).

AUMENTO E REDUÇÃO DE CAPITAL DA COSAN OITO

Em 01 de abril de 2024, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), o aumento de capital da controlada Cosan Oito no montante de R\$6.452.500. Desse montante, o valor de R\$2.382.500 foi recebido no ano de 2023 por meio de Adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”), e o saldo de R\$4.070.000 foi recebido no ano de 2024.

Em 23 de maio de 2024, foi aprovada, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), a redução de capital da controlada Cosan Oito no montante de R\$730.000, sem cancelamento de ações e sem mudança na participação societária da companhia.

Após o período de 60 dias para oposição dos credores, a transação foi concluída em 24 de julho de 2024, com a devolução integral do montante à Cosan.

ALTERAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA COSAN

A partir de 1º de novembro de 2024, Nelson Roseira Gomes Neto deixou o cargo de diretor-presidente da Cosan e assumiu a posição de diretor-presidente da Raízen. Na mesma data, Marcelo Eduardo Martins, anteriormente diretor de estratégia, tornou-se o novo diretor-presidente da Cosan.

REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL COSAN DEZ

Em 26 de junho de 2024 a Cosan Dez Participações S.A. aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social no valor de R\$1.320.000, por ser considerado excessivo conforme dispõe o artigo 173 da Lei 6.404/76. O valor da redução será restituído aos acionistas na proporção que possuem no capital social da Cosan Dez e será pago até o dia 31 de dezembro de 2025, cabendo a Companhia receber o valor de R\$1.013.760.

COMPASS

DELIBERAÇÃO DE DIVIDENDOS

Em 27 de março de 2024, o Conselho de Administração da controlada indireta Compass aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$1.500.000. O pagamento ocorreu em 12 de abril de 2024, e a controlada Cosan Dez recebeu R\$1.320.000.

INÍCIO DAS OPERAÇÕES TRSP

Em 2024, iniciaram-se as operações do TRSP - Terminal de Regaseificação de São Paulo S.A. (“TRSP”), cujo modelo inclui ativos estratégicos de infraestrutura e logística de gás natural liquefeito (“GNL”).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

O início da operação ocorreu, principalmente, devido à conclusão da obra do terminal de regaseificação de GNL, localizado em Santos/SP. Conforme apresentado na nota 11.1, esse ativo foi transferido da rubrica de “obras em andamento” para as respectivas classes de ativos.

REDUÇÃO DE CAPITAL

Em 30 de agosto de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social no valor de R\$1.500.000, por ser considerada excessiva, conforme o artigo 173 da Lei das S.A. A redução será realizada com a restituição em dinheiro aos acionistas, sem o cancelamento de ações. Em 27 de novembro de 2024, todas as condições precedentes para a efetivação e o pagamento da redução de capital foram satisfeitas. O pagamento deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2025.

AQUISIÇÃO DE AÇÕES COMPAGAS

Em 16 de setembro de 2024, a controlada indireta Compass Dois Ltda. (“Compass Dois”) concluiu a aquisição de 51% de participação societária e controle da Compagas pelo montante de R\$962.125. Para mais detalhes, consulte a Nota 9.2.

NORGÁS – CONCLUSÃO DA VENDA DOS ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Em 06 de novembro de 2024, a controlada indireta Compass concluiu a alienação integral do seu percentual de participação de 51% na Norgás S.A. (“Norgás”), no montante de R\$629.155, conforme divulgado na Nota 8.

MOOVE

DELIBERAÇÃO DE DIVIDENDOS

Em 12 de junho de 2024, o Conselho de Administração da controlada Moove Lubricants Holdings (“MLH” ou “Moove”) aprovou a distribuição de dividendos no montante de U.S.\$167.003 mil, equivalentes a R\$900.000. O pagamento ocorreu em 21 de junho de 2024, e a Companhia recebeu U.S.\$116.903 mil, equivalentes a R\$630.000

IPO MOOVE

Em 1º de outubro de 2024, a Moove anunciou sua oferta pública inicial de 25.000.000 de ações ordinárias, conforme declaração de registro no Formulário F-1 arquivado na Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos. No entanto, em 9 de outubro de 2024, devido às condições adversas do mercado de capitais e a deterioração dos indicadores de percepção de risco no cenário global, a Moove decidiu não prosseguir com a oferta pública inicial. Os custos relacionados à preparação da oferta, incluindo as despesas com o Plano de Opções de Ações (*Stock Option Plan*), totalizando R\$155.654, foram reconhecidos como despesa no resultado do exercício no quarto trimestre de 2024.

RUMO

RENOVAÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL SUDAM

Em 20 de dezembro de 2023, a Rumo Malha Norte S.A. (“Rumo Malha Norte”) apresentou à Receita Federal do Brasil (“RFB”) o laudo constitutivo de nº 143/2023, expedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (“SUDAM”) em 06 de dezembro de 2023, atestando o atendimento das condições e requisitos legais exigidos para a renovação do benefício fiscal por mais 10 anos. Diante disso, a RFB, no uso de suas atribuições, decidiu, em 13 de março de 2024, por meio do ato declaratório executivo nº 024213308, reconhecer o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais, conforme o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, calculados com base no lucro da exploração, da pessoa jurídica Rumo Malha Norte.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

ACORDO PARA CONSTRUÇÃO E JOINT VENTURE PARA UM NOVO TERMINAL PORTUÁRIO EM SANTOS

Em 25 de março de 2024, as companhias Rumo S.A. e a EMBRAPORT – Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. (“EMBRAPORT”) assinaram um acordo vinculante para a implementação de um novo terminal portuário para movimentação de grãos e fertilizantes no porto de Santos. O investimento estimado para construção do Terminal é de R\$2.500.000 e será financiado com empréstimos, além de potenciais parcerias estratégicas.

Em 07 de agosto de 2024, conforme comunicado ao mercado, a controlada Rumo firmou uma parceria estratégica para o desenvolvimento do novo terminal portuário.

A Rumo e a CHS Agronegócio – Indústria e Comércio Ltda. (“CHS”), controlada da CHS Inc., celebraram acordo vinculante para criação de uma *joint venture* que implementará o novo Terminal, localizado na área da EMBRAPORT, uma companhia parte da DP World Limited.

O Terminal terá capacidade para movimentar até 12,5 milhões de toneladas anuais, sendo 9 milhões de toneladas de grãos e 3,5 milhões de toneladas de fertilizantes. O início de construção está condicionado ao cumprimento de condições precedentes, como licenciamento ambiental e aprovações legais e regulatórias.

CONCLUSÃO AJUSTE DE PREÇO DA ALIENAÇÃO DA ELEVAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.

Em 30 de abril de 2024, a CLI SUL S.A. (“CLI SUL”) finalizou o processo de incorporação da Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”), após a obtenção das aprovações regulatórias. Em decorrência dessa reorganização societária, a Rumo recebeu da CLI SUL R\$168.855, referentes ao preço de aquisição adicional, conforme o contrato de compra e venda de ações firmado em 15 de julho de 2022. Esse valor corresponde a 20% do saldo devedor do financiamento de aquisição, acrescido de juros e encargos, deduzido do caixa incorporado.

Após a incorporação, os acionistas da CLI SUL passaram a ser a Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“CLI”) e a Rumo, mantendo a divisão acionária em 80% para a CLI e 20% para a Rumo.

ADITIVO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA RUMO MALHA PAULISTA

Em 28 de maio de 2024, a controlada Rumo celebrou com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), o 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da controlada indireta Rumo Malha Paulista S.A. (“Rumo Malha Paulista”).

Para proceder à atualização do Caderno de Obrigações, a Rumo Malha Paulista deverá recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em montante estimado em R\$1.170.000. Desse valor, R\$500.000 serão investidos na malha ferroviária, e o restante será pago em 4 parcelas anuais de R\$167.500. O valor de cada parcela será corrigido pela variação acumulada do IPCA entre junho de 2023 e dois meses anteriores à data do pagamento.

VENDA DE AÇÕES DO TERMINAL XXXIX

Em 29 de maio de 2024, a controlada Rumo alienou 50% da sua participação no capital do Terminal XXXIX de Santos S.A. (“T-XXXIX”) para um consórcio formado pela Bunge Alimentos S.A. e pela Zen-neh Grain Corporation, conforme divulgado em fato relevante.

A alienação da participação no T-XXXIX representa um movimento de disciplina financeira e reciclagem de capital, fortalecendo o caixa da empresa para concentrar esforços em projetos que sustentem o programa de aumento de capacidade e fortaleçam a competitividade estrutural do modal ferroviário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

A efetivação da operação depende do cumprimento das condições vinculantes previstas no contrato, o que não havia ocorrido em 31 de dezembro de 2024.

RESGATE ANTECIPADO DE DEBÊNTURES RUMO MALHA PAULISTA S.A.

Em 26 de junho de 2024, a controlada indireta Rumo Malha Paulista efetuou o resgate antecipado de R\$757.944, o valor total da primeira série da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações.

No resgate, os titulares das debêntures receberam: (a) o saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série; (b) a remuneração da primeira série, calculada *pro rata temporis*, desde 17 de junho de 2024; e (c) um prêmio de 0,25% sobre o valor de resgate, multiplicado pelo prazo remanescente das debêntures.

Em 29 de agosto de 2024, a Rumo Malha Paulista efetuou o resgate antecipado de R\$790.084, o valor total da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações.

No resgate, os titulares das debêntures receberam: (a) o saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série; (b) a remuneração da primeira série, calculada *pro rata temporis*, desde 15 de abril de 2024 até a data do resgate antecipado facultativo; e (c) um prêmio de 0,30% sobre o valor de resgate, multiplicado pelo prazo remanescente das debêntures.

PROVISÃO DE BAIXA DE ATIVOS E PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL RUMO MALHA SUL

No segundo trimestre de 2024, o Rio Grande do Sul foi impactado por eventos climáticos extremos, que danificaram a infraestrutura ferroviária da controlada indireta Rumo Malha Sul S.A. ("Rumo Malha Sul").

Diante desse contexto, e em conformidade com o Ofício-Circular nº 01/2024-CVM/SNC/SEP, a Administração antecipou o teste de recuperabilidade dos ativos permanentes (imobilizados, intangíveis e direitos de uso) da Rumo Malha Sul. Considerando os eventos climáticos, e seu impacto no prazo de uso dos ativos, a Rumo provisionou R\$2.967.202, conforme detalhado na Nota 11.1. Adicionalmente foi reconhecida uma provisão para baixa do valor residual dos ativos no valor de R\$ 182.041

RADAR

VENDA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

Durante o exercício de 2024 as controladas do segmento Radar realizaram as seguintes vendas de imóveis rurais:

Empresa	Data	Fazenda	Cidade/Estado	Hectares	Cultura	Valor
Jequitibá	19/07/2024	Vista Alegre	Araçatuba - SP	3.124	Cana-de-açúcar	213.000
Esus Brasil	03/10/2024	Santo Antônio	Martinópolis - SP	3.399	Cana-de-açúcar	172.000
Duguetiapar	08/10/2024	São Jorge	Paraguaçu Paulista - SP	579	Cana-de-açúcar	37.093
Duguetiapar	15/10/2024	Ipiranga	Echaporá - SP	567	Cana-de-açúcar	34.907
Tellus Bahia	29/11/2024	Grão de Ouro	Correntina - BA	6.883	Grãos	393.500
Nova Santa Bárbara	20/12/2024	Monte Belo	Monte-Mor - SP	782	Cana-de-açúcar	64.840
Nova Amaralina	20/12/2024	Santo Antônio	Monte-Mor - SP	24	Cana-de-açúcar	1.950
Nova Amaralina	20/12/2024	Capuava	Santa Bárbara D'Oeste - SP	76	Cana-de-açúcar	8.210
Terrainvest	23/12/2024	São Luiz	Dois Córregos - SP	46	Cana-de-açúcar	7.157
						932.657

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

RAÍZEN

EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS

Em 10 de abril de 2024, a controlada em conjunto Raízen, por meio da controlada Blueway Trading Importação e Exportação S.A. (“Blueway”), obteve o deferimento pela RFB para o pedido de habilitação de crédito tributário, determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo do Programa de Integração Social (“PIS”) e da contribuição para financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) no montante de R\$1.824.019. Esse fato impactou o resultado de equivalência patrimonial do exercício em R\$563.075.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS RAÍZEN

Em 30 de julho de 2024, o Conselho de Administração da Raízen aprovou a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$103.488. O montante declarado refere-se integralmente a dividendos, no valor total de R\$ 0,01001412421 por ação, desconsideradas as ações em tesouraria. Os dividendos adicionais serão pagos pela companhia em parcela única, até o final do exercício social, em 31 de março de 2025.

IMPACTO DOS CONFLITOS INTERNACIONAIS

A Companhia continua monitorando os impactos da guerra na Ucrânia, bem como os desdobramentos do conflito no oriente médio, pois constituem eventos de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das companhias.

As consequências da guerra nas Demonstrações Financeiras, considerando principalmente os impactos nos principais julgamentos e estimativas significativas, além das operações que podem ser afetadas, são:

- (i) Volume transportado de fertilizantes;
- (ii) Produção da cana-de-açúcar, devido a condições desfavoráveis para obtenção de fertilizante;
- (iii) Aumento nos preços do petróleo, como resultado de uma oferta mais limitada de petróleo russo, pode levar a uma diminuição de nossas margens e a uma pressão nos custos de aquisição de insumos básicos, como óleo diesel;
- (iv) Dívida e capital de terceiros para as nossas atividades de financiamento e investimento, impactados pelas medidas do governo brasileiro e do Banco Central do Brasil para conter a inflação, como o aumento da taxa básica de juros;
- (v) Aquisição de trilhos ferroviários pela Rumo: embora a Rumo seja capaz de obter trilhos ferroviários de outros fornecedores não-russos os preços cobrados e os prazos exigidos por esses fornecedores podem ser desfavoráveis em relação às condições comerciais praticadas no passado.

Até o momento, não houve impactos nas demonstrações financeiras anuais. O Grupo Cosan continuará monitorando os fatos sobre os conflitos, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

2.2 DÍVIDAS CONTRAÍDAS

Segmento/Modalidade	Data	Incidência de juros	Taxa	Gastos captação de recursos	Valor	Vencimento
Cosan Corporativo						
Sênior Notes	16/02/2024	Semestral	7,25% a.a.	20.408	2.982.600	27/06/2031
Loan 4131 ⁽ⁱ⁾	16/02/2024	Semestral	6,60% a.a.	—	2.982.600	27/06/2031
Debêntures	28/06/2024	Semestral	CDI + 1,00% a.a.	2.563	725.000	28/06/2029
Debêntures	28/06/2024	Semestral	CDI + 1,50% a.a.	2.706	725.000	28/06/2034
Debêntures	18/10/2024	Semestral	DI + spread 0,50% a.a.	5.554	1.500.000	08/01/2028
Debêntures	18/10/2024	Semestral	DI + spread 0,72% a.a.	1.891	500.000	08/01/2030
Debêntures	18/10/2024	Semestral	DI + spread 1,30% a.a.	1.922	500.000	08/01/2035
Compass						
Debêntures	29/02/2024	Semestral	DI + spread 0,80% a.a.	2.196	1.500.000	15/03/2029
Debêntures	15/03/2024	Semestral	CDI + 1,08% a.a.	5.173	1.500.000	15/03/2029
Loan 4131	21/03/2024	Anual	4,88% a.a.	—	423.393	31/03/2025
Debêntures	16/07/2024	Semestral	IPCA + 6,38% a.a.	25.995	750.000	15/07/2034
Debêntures	16/07/2024	Semestral	IPCA + 6,45% a.a.	35.733	750.000	15/07/2039
Debêntures	10/10/2024	Semestral	CDI + 1,20% a.a.	468	235.000	10/10/2025
Moove						
Pré-pagamento de exportação	14/06/2024	Semestral	SOFR-06 + 1,30%	—	536.240	14/06/2027
Nota de crédito	14/06/2024	Anual	SOFR + 1,30%	—	269.456	14/06/2027
Capital de Giro	14/06/2024	Trimestral	SONIA + 1,30%	—	242.396	01/06/2026
Debêntures	25/03/2024	Semestral	IPCA + 5,79% a.a.	20.739	532.243	15/03/2034
Debêntures	25/03/2024	Semestral	IPCA + 5,92% a.a.	36.552	667.757	15/03/2039
Debêntures	26/06/2024	Semestral	IPCA + 6,42% a.a.	20.869	547.950	26/06/2034
Debêntures	26/06/2024	Semestral	IPCA + 6,53% a.a.	8.218	156.050	26/06/2039
Debêntures	29/08/2024	Semestral	IPCA + 6,05% a.a.	31.837	800.000	29/08/2036

(i) Dívida compensada com ativos no balanço, vide nota explicativa 5.4 (e).

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), assim como com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards*), ou “IFRS”, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras.

As informações materiais próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

3.2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto por aquelas descritas a seguir:

MOEDA FUNCIONAL DE APRESENTAÇÃO E MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, suas controladas, coligadas e de suas controladas em conjunto localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, consomem e geram recursos. As principais moedas funcionais das controladas localizadas fora do Brasil são o dólar americano, o euro ou a libra esterlina. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Ativos e passivos monetários denominados e liquidados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio nessa data. Ativos e passivos não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

As diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão para a moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em outros componentes do patrimônio líquido. Caso a controlada não seja integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma entidade no exterior é alienada, seja total ou parcialmente, e a Companhia perde o controle, a influência significativa ou o controle conjunto sobre ela, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação. Caso a alienação seja parcial e a Companhia mantenha o controle sobre a controlada, a proporção do montante acumulado é atribuída à participação de acionistas não controladores. Caso a alienação seja parcial de uma coligada ou joint venture, e a Companhia mantenha a influência significativa ou o controle conjunto, a proporção do montante acumulado é reclassificada para o resultado.

A tabela a seguir apresenta a taxa de câmbio, expressa em reais, para os exercícios indicados, conforme informado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"):

Moeda	31/12/2024	31/12/2023
Dólar (USD)	R\$6,19	R\$4,84
Libra esterlina (£)	R\$7,76	R\$6,16
Euro (€)	R\$6,44	R\$5,35
Iene (¥)	R\$0,04	R\$0,03

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

USO DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo Cosan e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- [Nota 5 – Outros passivos financeiros](#)
- [Nota 5.5 – Passivos de arrendamentos](#)
- [Nota 5.7 – Contas a receber de clientes](#)
- [Nota 5.10 – Ativo e passivo financeiro setorial](#)
- [Nota 5.11 – Mensuração de valor justo reconhecido](#)
- [Nota 9.2 – Aquisição de controladas](#)
- [Nota 9.4 \(b\) – Impairment – Teste de recuperabilidade do investimento na Vale](#)
- [Nota 10 – Investimentos em controladas em conjunto](#)
- Notas [11.1](#) e [11.2](#) – Imobilizado, intangível e ágio
- [Notas 11.5 – Propriedades para investimento](#)
- [Nota 12 – Compromissos](#)
- [Nota 15 – Imposto de renda e contribuição social](#)
- [Nota 16 – Provisões para demandas e depósitos judiciais](#)
- [Nota 23 – Benefício pós-emprego](#)
- [Nota 24 – Pagamento com base em ações](#)

3.3. IMPACTOS CONTÁBEIS RELACIONADOS ÀS INICIATIVAS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (“ESG”)

Em junho de 2023, o *International Sustainability Standards Board* (“ISSB”) emitiu as normas IFRS S1 - *General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information* e IFRS S2 – *Climate-related Disclosures*, que fornecem novos requisitos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgações específicas relacionadas ao clima.

A Companhia está tomando as medidas necessárias para o atendimento da norma, cuja adoção é requerida para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026, conforme a Resolução 193 da CVM, emitida em outubro de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Governança

Para auxiliar a Administração da Companhia em relação aos temas socioambientais e climáticos, desde 2021, foi instituído o Comitê de Sustentabilidade, apoiado pela área de Sustentabilidade da Cosan e pela Comissão de Sustentabilidade, no âmbito tático, visando ao alinhamento da agenda e maior integração com as investidas do portfólio. Dessa forma, a gestão da agenda é supervisionada diretamente pelo Conselho de Administração (“CA”) com *reports* realizados pelo Comitê de Sustentabilidade.

O modelo de governança relacionado a esses temas está estruturado para abranger a integração dos critérios ESG (sigla em inglês para ambiental, social e governança) na estratégia do negócio, gestão de riscos e na tomada de decisão, assegurando que a geração de valor esteja alinhada às expectativas dos *stakeholders* e em atendimento às regulações aplicáveis.

Esta estrutura de governança também considera a Política de Sustentabilidade da Cosan, aprovado pelo CA, que tem como objetivo reunir diretrizes para a gestão sustentável dos negócios, abrangendo as práticas que consolidam o modelo de governança ambiental e social, como gerenciamento de riscos, impactos associados e engajamento interno e externo.

O Comitê de Sustentabilidade é o órgão responsável por acompanhar a estratégia, os compromissos e as metas ESG, bem como promover amplo debate sobre tendências relacionadas ao tema, como mudanças climáticas, diversidade e inclusão, e engajamento de *stakeholders*. O Conselho de Administração avalia os impactos da Companhia e de suas controladas na sociedade e no meio ambiente ao aprovar as estratégias de seus respectivos negócios e atua para manter o alinhamento das políticas, da gestão de riscos e das melhores práticas em todos os negócios que controla, garantindo a autonomia necessária para as empresas do portfólio. O Comitê de Sustentabilidade reporta ao Conselho de Administração os avanços da Companhia relacionados à sustentabilidade e ao cumprimento do plano Visão ESG 2030.

A Comissão de Sustentabilidade é responsável por implementar e monitorar os compromissos e as metas assumidas, acompanhar o processo de integração da agenda de riscos climáticos e promover o debate sobre tendências da agenda ESG.

Com o intuito de alinhar os interesses dos colaboradores e executivos aos objetivos e desafios socioambientais e climáticos da Companhia, a remuneração variável anual é composta por um *pool* de metas ESG que engloba o desempenho da Cosan em índices e a evolução da agenda climática do portfólio. Esse *pool* também considera a maturidade de segurança da informação do Grupo, além da maturidade de Controles Internos – a totalidade destas iniciativas representa 10% do total de painel de metas da Companhia.

Metas ESG também são consideradas nas remunerações de longo prazo, da alta liderança, com desafios atrelados ao desempenho de índices e *ratings* ao longo dos anos contratados.

Dessa forma, garantimos que a gestão dos temas socioambientais e climáticos esteja interligada à estratégia de negócios e seja trabalhada de maneira prioritária na agenda anual da Companhia.

Estratégia

A estratégia socioambiental e climática da Cosan é norteada pelo “Visão ESG 2030”, documento lançado em 2022, que reúne objetivos e direcionadores para avançar as iniciativas estratégicas, ações e o desempenho de todo o Grupo para os próximos anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

O documento está atrelado aos 5 temas materiais para a Cosan, transversais às empresas do portfólio, que passaram, em 2024, por um processo de revisão, seguindo o conceito de dupla materialidade, a fim de revisar a estratégia e garantir o atendimento às futuras demandas regulatórias.

Após o processo, que envolveu entrevistas com diversos *stakeholders* internos e externos, a materialidade consiste nos seguintes temas, que são trabalhados no âmbito de gestão de riscos e oportunidades:

- Governança e Transparência
- Mudanças Climáticas
- Diversidade, Equidade e Inclusão
- Segurança
- Impacto Social Positivo

Gestão de riscos

Nos últimos anos, temos dedicado esforços significativos ao aprimoramento da matriz de risco corporativa, identificando e detalhando os riscos e as oportunidades climáticas e compreendendo seus impactos no planejamento e na estratégia.

A resiliência da estratégia está atrelada a um conjunto de riscos que, no âmbito da Cosan, são classificados de acordo com sua natureza em (a) estratégicos, (b) financeiros, (c) de conformidade, e (d) operacionais, em função da(s) área(s) da organização afetada(s) pelos eventos; e sua origem (interna ou externa).

Com o objetivo de aprimorar a gestão de riscos climáticos, desenvolvemos uma matriz específica para cada empresa. Essas matrizes foram integradas tanto à matriz geral de riscos de cada negócio quanto, de maneira consolidada, à matriz da Cosan.

A governança do tema de mudanças climáticas da Cosan assegura que os riscos e as oportunidades climáticas identificados sejam devidamente incorporados e gerenciados em toda a estrutura organizacional.

Juntamente com as oportunidades proporcionadas pelas soluções e ações do portfólio em impulsionar a transição energética, também estamos suscetíveis a riscos provenientes das mudanças climáticas. Buscamos fortalecer medidas de mitigação das mudanças climáticas nos negócios, com o estabelecimento de metas de redução de emissões e investimentos em tecnologias mais limpas e eficientes.

Ao longo dos últimos anos, aprimoramos, em toda a Companhia, o processo de identificação, avaliação e gestão dos riscos e das oportunidades relacionadas às mudanças climáticas, seguindo as recomendações do *Task force on Climate-related Financial Disclosures* (“TCFD”). A gestão dos riscos climáticos em cada negócio está alinhada às diretrizes de gestão de riscos da Cosan, abrangendo etapas que incluem a identificação de riscos e oportunidades, a priorização dos riscos identificados, a implementação de medidas de mitigação e o monitoramento contínuo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Métricas e metas

A seleção de indicadores e o estabelecimento de compromissos, com o acompanhamento das respectivas instâncias de governança, são fundamentais para a gestão e o monitoramento dos riscos e das oportunidades relacionados aos temas materiais da Cosan. Esses indicadores e compromissos são definidos para mitigar os riscos identificados e aproveitar as oportunidades alinhadas à estratégia da Companhia, abrangendo áreas como segurança (física e cibernética), Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), Governança Corporativa e Transparência.

Contratos de dívidas com cláusulas de ESG

O *Senior Notes due 2028* foi a primeira emissão *Green* do setor de ferrovias de carga na América Latina. A controlada Rumo tem o compromisso de utilizar os recursos no financiamento, total ou parcial, de projetos em andamento e futuros que contribuam para a promoção de um setor de transporte de baixo carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de: (i) aquisição, substituição e atualização de material rodante; (ii) infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios; e (iii) modernização da ferrovia. A Rumo emite, anualmente, um relatório demonstrando o andamento dos projetos, disponível na página de relações com investidores.

O *Senior Notes due 2032* foi uma emissão em *Sustainability-Linked Bonds* (SLBs) com a meta sustentável de redução de 17,6%, até 2026, das emissões de gases de efeito estufa por tonelada de quilômetro útil (*Ton per useful kilometer*, ou “TKU”), tendo como ponto de partida dezembro de 2020. A Rumo está sujeita a um *step-up* de 25 *basis points* a partir de julho de 2027, caso não atinja essa meta, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a.

A 2ª Debênture da controlada indireta Malha Paulista está atrelada a meta sustentável da redução de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU) em 15% até 2023, tendo como ponto de partida a data base de dezembro de 2019. O cumprimento da condição para *step-down* de taxa foi verificado a partir do Relatório Anual de Sustentabilidade da Rumo (“RAS”), assim sendo, a Companhia foi beneficiada com *step-down* de 25 *basis points*, tornando o custo da 2ª série em IPCA + 4,52%.

A 17ª Debênture da controlada Rumo está atrelada a meta sustentável da redução de (i) 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026; e (ii) 21,6% até 2030, tendo como referência o ano de 2020. A companhia está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* na 1ª série e 20 *basis points* na 2ª série caso não seja atingido o SKPI em 2026 e acréscimo de 5 *basis points* na 2ª série caso não seja atingido o SKPI em 2030.

Em 1º de novembro de 2023, a Compass, controlada da Cosan, emitiu debêntures simples, não conversíveis e quirografárias, no montante de R\$1.736.385. A remuneração semestral dessas debêntures é equivalente a CDI + 1,55% a.a., com vencimentos em 1º de novembro de 2029 (50%) e 1º de novembro de 2030. Os recursos obtidos com a emissão serão destinados a investimentos e reforço de capital de giro da Compass.

Esta 2ª emissão de debêntures está atrelada a metas ESG de:

- **Volume distribuído de Biometano (milhares de m³):** Aumentar em 250 vezes o volume diário distribuído em 2022 até 2027, alcançando 0,25 milhões de m³ por dia.
- **Diversidade em Cargos de Liderança:** Alcançar 47% de pessoas em cargos de liderança compostas por Grupos de Diversidade até 2027.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Caso uma ou ambas as metas não sejam atingidas, a Compass sofrerá um *step-up* de 12,5 *basis points* para cada meta não atingida, o que aumentaria a taxa a partir de abril de 2028 (data de verificação) para até CDI + 1,80% a.a. A companhia efetuou avaliação em 31 de dezembro de 2024 e não identificou indícios sobre esse aspecto, pois as metas foram atingidas.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento são utilizadas pela alta administração da Companhia (o *Chief Operating Decision Maker*) para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no lucro antes dos juros, depreciação e amortização (*“EBITDA - Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization”*).

Segmentos reportados:

- (i) Raízen: atua na (i) produção, comercialização, originação e trading de etanol, (ii) produção e comercialização de bioenergia, (iii) revenda e trading de energia elétrica, (iv) produção e comercialização de outros produtos renováveis (energia solar e biogás), (v) produção, comercialização, originação e trading de açúcar e (vi) distribuição e comercialização de combustíveis e lubrificantes e operações relacionadas ao negócio de lojas de conveniências Shell Select e proximidade OXXO do Grupo Nós, uma joint venture com a FEMSA Comércio.
- (ii) Compass: tem como atividades principais: (i) distribuição de gás natural canalizado em todo o Brasil para clientes dos segmentos industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; (ii) comercialização de gás natural; (iii) desenvolvimento de projetos de infraestrutura em terminal de regaseificação e gasoduto de escoamento offshore; e (iv) desenvolvimento de projetos de geração térmica por meio do gás natural.
- (iii) Moove: atua na produção, formulação e distribuição de lubrificantes de alta performance, óleos básicos e especialidades, com sede no Brasil e operação em 11 países da América do Sul, América do Norte e Europa. Distribui e vende produtos sob a marca Mobil e de diversas marcas próprias para diferentes mercados finais, incluindo segmento industrial, comercial e de veículos de passageiros e de carga.
- (iv) Rumo: presta serviços de logística para transporte ferroviário, armazenamento e carregamento portuário de mercadorias, principalmente grãos e açúcar, locação de locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários, além da operação de contêineres.
- (v) Radar: Referência em gestão de propriedades agrícolas, a Radar investe em um portfólio diversificado e com alto potencial de valorização, por meio de participação nas empresas Radar, Tellus e Janus.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Reconciliação:

- (i) Cosan Corporativo: representa a reconciliação da estrutura corporativa da Cosan, que é composta por: (i) alta administração e equipes corporativas, que incorrem em despesas gerais e administrativas e outras despesas (receitas) operacionais, incluindo investimentos pré-operacionais; (ii) resultado de equivalência patrimonial dos investimentos; e (iii) resultado financeiro atribuído a caixa e dívidas da controladora, *holdings* intermediárias (Cosan Oito, Cosan Nove e Cosan Dez), empresas financeiras *offshore* e investimento no *Climate Tech Fund*, fundo administrado pela *Fifth Wall*, especializado em inovação tecnológica.

Embora a Raízen seja uma *joint venture* registrada por equivalência patrimonial e não seja consolidada proporcionalmente, a Administração continua a revisar as informações por segmento. A reconciliação desses segmentos é apresentada na coluna “Desconsolidação de controlada em conjunto”.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Segmentos reportados					Reconciliação			31/12/2024
	Raizen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Resultado									
Receita operacional líquida	251.198.776	18.383.448	10.248.369	13.936.389	1.441.809	2.160	(251.198.776)	(61.433)	43.950.742
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(237.636.637)	(14.706.965)	(7.309.994)	(7.533.536)	(746.956)	(43)	237.636.637	61.433	(30.236.061)
Lucro bruto	13.562.139	3.676.483	2.938.375	6.402.853	694.853	2.117	(13.562.139)	—	13.714.681
Despesas de vendas	(6.634.623)	(195.472)	(1.331.412)	(49.006)	—	—	6.634.623	—	(1.575.890)
Despesas gerais e administrativas	(3.020.473)	(818.420)	(921.196)	(661.678)	(73.201)	(370.787)	3.020.473	—	(2.845.282)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.029.354	858.402	84.081	(146.740)	1.265.098	(511.007)	(2.029.354)	—	1.549.834
Provisão para baixa e por redução ao valor recuperável	—	(6.155)	—	(3.149.245)	—	—	—	—	(3.155.400)
Perda por redução ao valor recuperável em coligada	—	—	—	—	—	(4.672.396)	—	—	(4.672.396)
Resultado de equivalência patrimonial em controladas e coligadas	(235.631)	154.487	—	40.348	21.531	3.509.443	235.631	(2.006.778)	1.719.031
Resultado de equivalência patrimonial das controladas em conjunto	—	—	—	(7.445)	—	(1.222.535)	—	—	(1.229.980)
Resultado financeiro líquido	(7.273.308)	(854.169)	(181.139)	(2.577.844)	27.756	(5.164.321)	7.273.308	—	(8.749.717)
Despesas financeiras	(4.741.898)	(1.587.619)	(182.407)	(3.242.246)	(27.130)	(2.597.714)	4.741.898	—	(7.637.116)
Receitas financeiras	995.444	977.905	129.175	1.102.136	54.886	391.797	(995.444)	—	2.655.899
Variação cambial, líquida	(4.974.022)	(578.412)	(212.224)	(1.455.848)	—	(3.494.875)	4.974.022	—	(5.741.359)
Efeito líquido dos derivativos	1.447.168	333.957	84.317	1.018.114	—	536.471	(1.447.168)	—	1.972.859
Imposto de renda e contribuição social	(1.102.531)	(966.578)	(194.579)	(800.485)	(130.285)	(1.098.595)	1.102.531	—	(3.190.522)
Resultado do exercício das operações em continuidade	(2.675.073)	1.848.578	394.130	(949.242)	1.805.752	(9.528.081)	2.675.073	(2.006.778)	(8.435.641)
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	—	273.875	—	—	—	241.010	—	(241.010)	273.875
Resultado líquido do exercício	(2.675.073)	2.122.453	394.130	(949.242)	1.805.752	(9.287.071)	2.675.073	(2.247.788)	(8.161.766)
Resultado do exercício atribuído aos:									
Acionistas controladores	(2.732.286)	1.730.597	275.921	(291.680)	532.950	(9.423.795)	2.732.286	(2.247.788)	(9.423.795)
Acionistas não controladores	57.213	391.856	118.209	(657.562)	1.272.802	136.724	(57.213)	—	1.262.029
	(2.675.073)	2.122.453	394.130	(949.242)	1.805.752	(9.287.071)	2.675.073	(2.247.788)	(8.161.766)
Outras informações selecionadas									
Depreciação, amortização e impairment	10.036.600	1.088.610	460.391	2.303.380	273	15.929	(10.036.600)	—	3.868.583
EBITDA	15.737.366	5.031.810	1.230.239	4.732.467	1.908.554	(3.008.226)	(15.737.366)	(2.247.788)	7.647.056
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	12.349.347	2.135.908	186.040	5.492.724	6.414	13.435	(12.349.347)	—	7.834.521
Reconciliação EBITDA									
Resultado líquido do exercício	(2.675.073)	2.122.453	394.130	(949.242)	1.805.752	(9.287.071)	2.675.073	(2.247.788)	(8.161.766)
Impostos de renda e contribuição social	1.102.531	966.578	194.579	800.485	130.285	1.098.595	(1.102.531)	—	3.190.522
Resultado financeiro	7.273.308	854.169	181.139	2.577.844	(27.756)	5.164.321	(7.273.308)	—	8.749.717
Depreciação e amortização	10.036.600	1.088.610	460.391	2.303.380	273	15.929	(10.036.600)	—	3.868.583
EBITDA	15.737.366	5.031.810	1.230.239	4.732.467	1.908.554	(3.008.226)	(15.737.366)	(2.247.788)	7.647.056

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

31/12/2023

	Segmentos reportados					Reconciliação			Consolidado
	Raizen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	
Resultado									
Receita operacional líquida	221.693.298	17.767.327	10.078.626	10.937.716	743.411	2.709	(221.693.298)	(61.292)	39.468.497
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(202.926.764)	(14.256.031)	(7.359.606)	(6.838.433)	(153.470)	(3.648)	202.926.764	61.292	(28.549.896)
Lucro bruto	18.766.534	3.511.296	2.719.020	4.099.283	589.941	(939)	(18.766.534)	—	10.918.601
Despesas de vendas	(5.773.538)	(164.399)	(1.144.957)	(40.658)	—	(556)	5.773.538	—	(1.350.570)
Despesas gerais e administrativas	(2.815.532)	(788.015)	(645.634)	(559.973)	(74.355)	(459.997)	2.815.532	—	(2.527.974)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.968.248	607.226	(336)	(100.780)	2.253.803	1.164.464	(1.968.248)	—	3.924.377
Resultado de equivalência patrimonial em controladas e coligadas	(219.896)	178.978	—	75.333	20.015	2.647.255	219.896	(2.571.182)	350.399
Resultado de equivalência patrimonial das controladas em conjunto	—	—	—	1.266	—	1.694.679	—	—	1.695.945
Resultado financeiro líquido	(5.962.849)	(730.954)	(319.136)	(2.555.382)	30.798	(4.322.353)	5.962.849	—	(7.897.027)
Despesas financeiras	(6.241.261)	(1.658.582)	(242.751)	(3.621.093)	(6.776)	(5.808.228)	6.241.261	—	(11.337.430)
Receitas financeiras	797.560	1.283.024	116.408	1.190.685	37.577	400.440	(797.560)	—	3.028.134
Variação cambial, líquida	1.240.924	152.592	(155.618)	368.259	(3)	1.412.208	(1.240.924)	—	1.777.438
Efeito líquido dos derivativos	(1.760.072)	(507.988)	(37.175)	(493.233)	—	(326.773)	1.760.072	—	(1.365.169)
Imposto de renda e contribuição social	(1.936.598)	(859.311)	(332.090)	(197.174)	(147.636)	1.261.785	1.936.598	—	(274.426)
Resultado do exercício das operações em continuidade	4.026.369	1.754.821	276.867	721.915	2.672.566	1.984.338	(4.026.369)	(2.571.182)	4.839.325
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	—	45.419	—	—	—	20.384	—	(20.384)	45.419
Resultado líquido do exercício	4.026.369	1.800.240	276.867	721.915	2.672.566	2.004.722	(4.026.369)	(2.591.566)	4.884.744
Resultado do exercício atribuído aos:									
Acionistas controladores	3.863.605	1.410.630	193.888	218.886	768.162	1.094.391	(3.863.605)	(2.591.566)	1.094.391
Acionistas não controladores	162.764	389.610	82.979	503.029	1.904.404	910.331	(162.764)	—	3.790.353
	4.026.369	1.800.240	276.867	721.915	2.672.566	2.004.722	(4.026.369)	(2.591.566)	4.884.744
Outras informações selecionadas									
Depreciação e amortização	8.071.288	899.635	273.772	2.175.834	275	15.427	(8.071.288)	—	3.364.943
EBITDA	19.997.104	4.290.140	1.201.865	5.650.305	2.789.679	5.080.717	(19.997.104)	(2.591.566)	16.421.140
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	11.396.056	2.317.889	177.971	3.689.877	39.892	42.333	(11.396.056)	—	6.267.962
Reconciliação EBITDA									
Resultado líquido do exercício	4.026.369	1.800.240	276.867	721.915	2.672.566	2.004.722	(4.026.369)	(2.591.566)	4.884.744
Impostos de renda e contribuição social	1.936.598	859.311	332.090	197.174	147.636	(1.261.785)	(1.936.598)	—	274.426
Resultado financeiro	5.962.849	730.954	319.136	2.555.382	(30.798)	4.322.353	(5.962.849)	—	7.897.027
Depreciação e amortização	8.071.288	899.635	273.772	2.175.834	275	15.427	(8.071.288)	—	3.364.943
EBITDA	19.997.104	4.290.140	1.201.865	5.650.305	2.789.679	5.080.717	(19.997.104)	(2.591.566)	16.421.140

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

31/12/2024

	Segmentos reportados					Reconciliação			Consolidado
	Raízen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	
Itens do balanço patrimonial:									
Caixa e equivalentes de caixa	9.962.864	5.271.256	753.347	7.461.618	33.041	3.384.280	(9.962.864)	—	16.903.542
Títulos e valores mobiliários	1.337.706	1.074.806	303.492	812.795	251.267	943.941	(1.337.706)	—	3.386.301
Contas a receber de clientes	11.053.414	1.804.823	1.164.422	583.349	443.140	—	(11.053.414)	—	3.995.734
Instrumentos financeiros derivativos	17.070.322	356.589	151.926	1.647.977	—	1.642.836	(17.070.322)	—	3.799.328
Estoques	17.435.862	252.220	1.538.105	282.580	—	—	(17.435.862)	—	2.072.905
Ativos financeiros setoriais	—	731.642	—	—	—	—	—	—	731.642
Outros ativos financeiros	87.966	3.820	675	—	—	—	(87.966)	—	4.495
Outros ativos circulantes	10.611.882	592.317	288.376	1.040.439	72.089	3.786.460	(10.611.882)	(2.112.993)	3.666.688
Outros ativos não circulantes	15.784.732	1.810.491	241.816	3.421.143	24.870	2.901.292	(15.784.732)	(160.256)	8.239.356
Investimentos em controladas e coligadas	—	1.277.955	—	280.865	92.166	24.235.118	—	(15.207.538)	10.678.566
Investimentos em controladas em conjunto	2.012.536	—	—	41.121	—	10.503.923	(2.012.536)	—	10.545.044
Ativos biológicos	3.596.878	—	—	—	—	—	(3.596.878)	—	—
Propriedades para investimentos	—	—	—	—	16.818.919	—	—	—	16.818.919
Ativo de contrato	2.806.284	1.110.463	4.367	—	—	—	(2.806.284)	—	1.114.830
Direito de uso	9.549.136	1.581.601	316.762	8.039.779	3.053	17.556	(9.549.136)	—	9.958.751
Imobilizado	37.503.618	1.620.505	911.277	20.435.467	17	51.750	(37.503.618)	—	23.019.016
Intangível	9.472.002	16.761.631	3.013.392	6.545.890	—	9.872	(9.472.002)	—	26.330.785
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(52.781.598)	(14.449.033)	(3.558.575)	(19.123.218)	—	(29.324.600)	52.781.598	—	(66.455.426)
Passivos financeiros derivativos	(14.464.530)	(389.778)	(57.347)	(1.918.204)	—	(1.104.875)	14.464.530	—	(3.470.204)
Fornecedores	(20.042.646)	(1.650.748)	(1.735.704)	(1.777.918)	(20.549)	(2.930)	20.042.646	—	(5.187.849)
Ordenados e salários a pagar	(1.096.336)	(253.655)	(140.553)	(376.475)	—	(43.324)	1.096.336	—	(814.007)
Passivos financeiros setoriais	—	(2.040.239)	—	—	—	—	—	—	(2.040.239)
Outras contas a pagar circulantes	(9.327.070)	(2.876.023)	(428.437)	(1.252.805)	(135.410)	(905.820)	9.327.070	1.628.676	(3.969.819)
Passivos de arrendamento	(11.988.100)	(2.122.306)	(327.517)	(4.032.188)	(3.281)	(24.461)	11.988.100	—	(6.509.753)
Outras contas a pagar não circulantes	(14.143.270)	(3.735.956)	(548.995)	(7.177.061)	(580.129)	(2.022.675)	14.143.270	644.573	(13.420.243)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	24.441.652	6.732.381	1.890.829	14.935.154	16.999.193	14.048.343	(24.441.652)	(15.207.538)	39.398.362
Ativo total	148.285.202	34.250.119	8.687.957	50.593.023	17.738.562	47.477.028	(148.285.202)	(17.480.787)	141.265.902
Patrimônio líquido atribuível aos:									
Acionistas controladores	23.864.556	4.091.601	1.326.385	4.477.643	5.311.909	10.903.764	(23.864.556)	(15.207.538)	10.903.764
Acionistas não controladores	577.096	2.640.780	564.444	10.457.511	11.687.284	3.144.579	(577.096)	—	28.494.598
Total do patrimônio líquido	24.441.652	6.732.381	1.890.829	14.935.154	16.999.193	14.048.343	(24.441.652)	(15.207.538)	39.398.362

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

31/12/2023

	Segmentos reportados					Cosan Corporativo	Reconciliação		Consolidado
	Raizen	Compass	Moove	Rumo	Radar		Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	
Itens do balanço patrimonial:									
Caixa e equivalentes de caixa	7.915.876	3.931.532	773.552	7.233.993	39.946	2.679.458	(7.915.876)	—	14.658.481
Títulos e valores mobiliários	349.584	800.267	77.814	1.396.107	239.361	990.412	(349.584)	—	3.503.961
Contas a receber de clientes	13.438.430	1.550.973	1.101.854	556.298	234.801	710	(13.438.430)	—	3.444.636
Instrumentos financeiros derivativos	10.888.050	175.655	—	1.561.493	—	809.651	(10.888.050)	—	2.546.799
Estoques	17.310.692	292.335	1.284.773	215.605	—	1	(17.310.692)	—	1.792.714
Ativos financeiros setoriais	—	548.700	—	—	—	—	—	—	548.700
Outros ativos financeiros	103.774	2.423	690	—	—	—	(103.774)	—	3.113
Outros ativos circulantes	8.478.292	1.553.524	193.836	841.417	375.716	3.152.651	(8.478.292)	(1.106.687)	5.010.457
Outros ativos não circulantes	13.957.596	1.166.991	209.823	3.528.375	14.378	3.832.013	(13.957.596)	(180.880)	8.570.700
Investimentos em controladas e coligadas	—	1.630.124	2	312.302	88.656	32.792.891	—	(17.212.606)	17.611.369
Investimentos em controladas em conjunto	1.321.982	—	—	48.566	—	11.693.876	(1.321.982)	—	11.742.442
Ativos biológicos	3.818.316	—	—	—	—	—	(3.818.316)	—	—
Propriedades para investimentos	—	—	—	—	15.976.126	—	—	—	15.976.126
Ativos de contrato	3.108.696	1.041.421	10.684	—	—	—	(3.108.696)	—	1.052.105
Direito de uso	9.645.522	1.588.292	195.953	7.703.754	3.319	22.200	(9.645.522)	—	9.513.518
Imobilizado	30.144.420	1.255.012	755.955	19.176.386	24	52.597	(30.144.420)	—	21.239.974
Intangível	9.677.254	13.299.255	2.679.983	6.664.143	—	6.906	(9.677.254)	—	22.650.287
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(39.634.986)	(10.017.150)	(2.207.028)	(18.964.841)	—	(25.715.635)	39.634.986	—	(56.904.654)
Passivos financeiros derivativos	(7.870.706)	(360.784)	(742)	(1.471.795)	—	(1.581.824)	7.870.706	—	(3.415.145)
Fornecedores	(20.150.654)	(1.534.041)	(1.494.568)	(1.084.931)	(68.422)	(2.563)	20.150.654	—	(4.184.525)
Ordenados e salários a pagar	(966.452)	(301.560)	(147.313)	(318.550)	—	(61.906)	966.452	—	(829.329)
Passivos financeiros setoriais	—	(1.810.698)	—	—	—	—	—	—	(1.810.698)
Outras contas a pagar circulantes	(10.642.734)	(1.703.128)	(336.080)	(1.583.216)	(182.298)	(1.239.688)	10.642.734	571.201	(4.473.209)
Passivos de arrendamento	(11.304.874)	(1.636.943)	(198.964)	(3.406.843)	(3.502)	(29.542)	11.304.874	—	(5.275.794)
Outras contas a pagar não circulantes	(12.284.662)	(2.678.578)	(580.103)	(6.537.271)	(543.490)	(2.367.850)	12.284.662	716.444	(11.990.848)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	27.303.416	8.793.622	2.320.121	15.870.992	16.174.615	25.034.358	(27.303.416)	(17.212.528)	50.981.180
Ativo total	130.158.484	28.836.504	7.284.919	49.238.439	16.972.327	56.033.366	(130.158.484)	(18.500.173)	139.865.382
Patrimônio líquido atribuível aos:									
Acionistas controladores	26.561.384	5.798.294	1.624.273	4.766.403	5.023.574	20.955.291	(26.561.384)	(17.212.528)	20.955.307
Acionistas não controladores	742.032	2.995.328	695.848	11.104.589	11.151.041	4.079.067	(742.032)	—	30.025.873
Total do patrimônio líquido	27.303.416	8.793.622	2.320.121	15.870.992	16.174.615	25.034.358	(27.303.416)	(17.212.528)	50.981.180

4.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA POR SEGMENTO

Segmentos reportados	31/12/2024	31/12/2023
Raízen		
Etanol	25.567.836	23.312.258
Açúcar	38.019.072	29.070.524
Gasolina	67.097.828	66.267.702
Diesel	102.834.016	90.281.586
Cogeração	7.271.246	3.724.090
Outros	10.408.778	9.037.138
	251.198.776	221.693.298
Compass		
Distribuição de gás natural		
Industrial	11.984.101	11.411.212
Residencial	2.331.262	2.202.348
Cogeração	511.997	710.288
Automotivo	485.947	592.917
Comercial	873.384	820.685
Receita de construção	1.602.284	1.494.142
Outros	594.473	535.735
	18.383.448	17.767.327
Moove		
Produto acabado	8.794.520	8.520.267
Óleo básico	630.349	765.408
Serviços	823.500	792.951
	10.248.369	10.078.626
Rumo		
Operações norte	11.096.559	8.346.314
Operações sul	2.154.493	2.032.703
Operações de contêineres	685.337	558.699
	13.936.389	10.937.716
Radar		
Arrendamento e venda de propriedades	1.441.809	743.411
	1.441.809	743.411
Reconciliação		
Cosan Corporativo	2.160	2.709
Desconsolidação controladas em conjunto, ajustes e eliminações	(251.260.209)	(221.754.590)
Total	43.950.742	39.468.497

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE ÁREA GEOGRÁFICA

	Receita líquida		Outros ativos não circulantes	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Brasil	38.185.302	33.816.723	8.218.106	12.584.481
Europa ⁽ⁱ⁾	3.100.762	3.050.235	—	8.969
América Latina ⁽ⁱⁱ⁾	304.074	144.853	6.448	3.275
Estados Unidos da América	2.360.604	2.456.686	14.802	10.087
Total	43.950.742	39.468.497	8.239.356	12.606.812

Principais países:

- (i) Inglaterra, França, Espanha e Portugal;

(ii) Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai;

4.3 PRINCIPAIS CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2024, a controlada Rumo possuía um cliente que representou 12,10% da sua receita operacional líquida, com um montante de R\$1.763.541. Em 2023, esse mesmo cliente representou 10,42% da receita operacional líquida da Rumo, com um montante aproximado de R\$1.213.263, o que corresponde a 4% da receita operacional líquida consolidada do Grupo.

5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Política contábil:

Mensuração dos ativos e passivos financeiros

A Companhia mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

Os instrumentos financeiros de dívida são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia reconhece seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, caixa restrito, ativos financeiros setoriais e os dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos expiram ou quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencidas, ou quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	986.278	1.667.155	2.122.442	3.298.142
Títulos e valores mobiliários	5.3	805.335	705.777	3.386.301	3.503.961
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	1.565.495	157.816	3.799.328	2.546.799
Outros ativos financeiros		—	—	4.495	3.113
		3.357.108	2.530.748	9.312.566	9.352.015
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	1.214.989	102.821	14.781.100	11.360.339
Contas a receber de clientes	5.7	—	—	3.995.734	3.444.636
Caixa restrito	5.3	—	81.621	174.303	203.252
Recebíveis de partes relacionadas	5.8	406.981	348.096	399.889	340.091
Ativos financeiros setoriais	5.10	—	—	731.642	548.700
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	17	19.377	319.135	153.548	255.777
Redução de capital a receber		1.013.714	—	—	—
		2.655.061	851.673	20.236.216	16.152.795
Total		6.012.169	3.382.421	29.548.782	25.504.810
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		(21.350.555)	(13.496.324)	(38.161.392)	(33.952.162)
Fornecedores	5.9	(2.900)	(2.431)	(5.187.849)	(4.184.525)
Contraprestação a pagar		—	—	(246.256)	(203.094)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾		—	—	(1.067.839)	(476.895)
Passivos de arrendamento	5.5	(24.459)	(29.543)	(6.509.753)	(5.275.794)
Concessões a pagar	13	—	—	(3.721.190)	(3.565.373)
Pagáveis a partes relacionadas	5.8	(7.263.024)	(6.648.867)	(417.488)	(323.238)
Dividendos a pagar	17	(3.495)	(276.065)	(96.722)	(549.054)
Redução de capital a pagar		—	—	(486.285)	—
Passivos financeiros setoriais	5.10	—	—	(2.040.239)	(1.810.698)
Parcelamento de débitos tributários	14	(219.429)	(211.226)	(254.302)	(217.348)
		(28.863.862)	(20.664.456)	(58.189.315)	(50.558.181)
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		—	—	(28.294.034)	(22.952.492)
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	(1.104.874)	(645.985)	(3.470.204)	(3.415.145)
		(1.104.874)	(645.985)	(31.764.238)	(26.367.637)
Total		(29.968.736)	(21.310.441)	(89.953.553)	(76.925.818)

- (i) As controladas da Companhia adotam estratégias para otimizar a eficiência do capital de giro, incluindo o alongamento dos prazos de pagamento com seus fornecedores e a celebração de acordos de pagamento estruturados (também conhecidos como *reverse factoring* ou risco sacado) com instituições financeiras.

Na Rumo essas operações contaram com fundos e bancos de primeira linha como contrapartes, a uma taxa média de 11,05% a.a. (12,42% a.a. em 31 de dezembro de 2023). O prazo médio dessas operações é de aproximadamente 35 dias (111 dias em 31 de dezembro de 2023). A transferência contábil dos valores da conta de fornecedores para esta rubrica é uma transação que não envolve caixa e, portanto, não é apresentada na Demonstração de Fluxos de Caixa. O fluxo de liquidação do saldo, por sua vez, é classificado em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra. Os encargos financeiros embutidos na transação são registrados em “Juros sobre Contratos Comerciais” do resultado financeiro, totalizando R\$48.275 no exercício findo em 31 de dezembro 2024 (R\$91.597 em 31 de dezembro de 2023).

O fluxo de liquidação do saldo de créditos cedidos por fornecedores a agentes financeiros é classificado na Demonstração de Fluxos de Caixa em atividades operacionais, por melhor representar o dispêndio de caixa sob a ótica da operação da Companhia.

Na Comgás, em 31 de dezembro de 2024, o saldo de recebíveis antecipados por fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$132.999 (R\$133.937 em 31 de dezembro de 2023). O prazo de pagamento dessas operações é de até 90 dias.

A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais estabelecidas entre as partes (prazo e valor do serviço). A antecipação de recebíveis pelos fornecedores ocorre mediante a aceitação dos termos, incluindo as taxas de antecipação dessas operações. A Companhia não exerce influência sobre a decisão do fornecedor, tampouco recebe qualquer benefício do banco nessa operação.

5.1. CLÁUSULAS RESTRITIVAS

Sob os termos das principais linhas de empréstimos, a Companhia e suas controladas são obrigadas a cumprir as seguintes cláusulas financeiras:

Companhia	Dívida	Meta	Índice
Cosan Corporativo			
Cosan Luxembourg S.A.	* <i>Senior Notes due 2027</i> * <i>Senior Notes due 2029</i> * <i>Senior Notes due 2030</i> * <i>Senior Notes due 2031</i>	Dívida líquida <i>pro forma</i> ^(iv) / EBITDA <i>pro forma</i> ^(iv) não poderá ser superior a 3,5x	2,57
Compass			
Comgás S.A.	* Debênture 4ª emissão	Endividamento de curto prazo/ Endividamento total ⁽ⁱⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 0,6x	0,16
Comgás S.A.	* Debênture 4ª a 12ª emissões * BNDES * <i>Loan 4131</i>	Dívida líquida ^(ix) / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,0x	1,80
Compagas	* Debênture 4ª emissão	Dívida Líquida / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior à 3,5x	2,50
Sulgás	* BNDES	Dívida Líquida ^(x) / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior à 3,5x	0,35
		Índice de endividamento geral (Exigível total ^(xi) / Passivo total ^(xii)) anual não poderá ser superior a 0,8	0,73
Necta	* Debênture 1ª emissão	Dívida líquida ^(x) / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,0x	(1,48)
Moove			
MLH	* <i>Syndicated Loan</i>	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ /EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 3,5x ao fim de cada trimestre	1,73
		ICSD ^(viii) não poderá ser inferior a 2,5x ao fim de cada trimestre	5,78

Companhia	Dívida	Meta	Índice
Rumo			
Rumo S.A.	* Debênture (11ª, 12ª, 13ª e 14ª) ^(vi) * ECA	ICJ ^(vii) = EBITDA ⁽ⁱⁱⁱ⁾ /Resultado financeiro ^(v) não poderá ser inferior a 2,0x	5,74
Rumo S.A.	* NCE * ECA * Senior Notes due 2028 * Senior Notes due 2032 * Debêntures ^(vi)	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ /EBITDA ⁽ⁱⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 3,5x	1,43
Brado	* NCE	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ /EBITDA ⁽ⁱⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 3,3x	0,72

- (i) A dívida líquida consiste no saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (“Dívida Bruta”), líquida de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos sobre dívida.
- (ii) Corresponde ao EBITDA acumulado dos últimos doze meses.
- (iii) Endividamento total significa a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures circulantes e não circulantes, e instrumentos financeiros derivativos circulantes e não circulantes.
- (iv) Dívida líquida e EBITDA *pro forma*, incluindo o equivalente a 50% das informações financeiras de joint venture conforme determinado nos contratos. O EBITDA *pro forma* corresponde ao período acumulado dos últimos 12 meses. Para os *covenants* dos *Senior Notes*, são excluídos os valores das controladas irrestritas.
- (v) O resultado financeiro da dívida líquida é representado pelo custo da dívida líquida.
- (vi) As debêntures 11ª, 12ª, 13ª e 14ª emissões possuem *covenant* contratual de alavancagem limitada a 3,0x. Contudo, elas possuem um consentimento prévio (*waiver*) que permite à emissora extrapolar esse índice até o limite de 3,5x até 31 de dezembro de 2027.
- (vii) Índice de Cobertura de Juros (“ICJ”).
- (viii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”).
- (ix) A dívida líquida consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- (x) A dívida líquida consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, incluindo o saldo líquido de operações de derivativos, líquido de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- (xi) Exigível total corresponde ao somatório de passivo circulante e passivo não circulante.
- (xii) Passivo total corresponde ao somatório de passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras. Os termos dos empréstimos incluem previsões para *cross-default*.

5.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil:

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à vista e investimentos de alta liquidez com vencimento de até três meses a partir da data de aquisição, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor e que são utilizados para gestão de caixa da Companhia. Os valores referentes às aplicações em fundo de investimentos são classificados como ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, e os demais valores de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	414	251	958.738	209.479
Conta remunerada	48.831	102.400	485.393	431.011
Aplicações financeiras	2.152.022	1.667.325	15.459.411	14.017.991
	2.201.267	1.769.976	16.903.542	14.658.481

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações em fundos de investimento				
Operações compromissadas ⁽ⁱ⁾	400.251	1.667.155	1.493.278	3.259.210
Certificado de depósitos bancários – CDB	586.027	—	604.398	—
Outras aplicações	—	—	24.766	38.932
	986.278	1.667.155	2.122.442	3.298.142
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	—	—	236.101	616.633
Certificado de depósitos bancários – CDB	1.165.549	—	12.102.078	9.807.983
Outras	195	170	998.790	295.233
	1.165.744	170	13.336.969	10.719.849
	2.152.022	1.667.325	15.459.411	14.017.991

- (i) As operações compromissadas da Controladora estão alocadas no fundo WG Renda Fixo Crédito Privado Fundo de Investimento (“WG”), o qual foi constituído sob a forma de condomínio aberto e é gerido pelo Itaú Unibanco Asset Management Ltda. (“Itaú Asset”). A carteira do fundo é composta majoritariamente por aplicações em títulos públicos e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras *onshore* da Controladora são remuneradas a taxas próximas de 100% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário, ou “CDI”), em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As aplicações financeiras *offshore* são remuneradas em taxas de mercado em Instituições Bancárias. Apresentamos a análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros na Nota 5.12.

5.3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E CAIXA RESTRITO

Política contábil:

Os títulos e valores mobiliários são mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos incluem todos os instrumentos patrimoniais com valor justo prontamente determinável. Os valores justos dos instrumentos patrimoniais são considerados prontamente determináveis se os títulos estiverem listados ou se um valor atual de mercado ou valor justo estiver disponível, mesmo sem uma listagem direta (por exemplo, preços de ações em fundos de investimento).

O caixa restrito é mensurado e classificado ao custo amortizado.

Ambos os ativos têm vencimento médio dos títulos do governo entre dois e cinco anos, porém podem ser resgatados prontamente e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e valores mobiliários				
Ativos financeiros patrimoniais ⁽ⁱ⁾	805.335	705.777	3.114.578	3.107.813
Certificado de depósitos bancários – CDB	—	—	158.363	300.142
Fundos ESG	—	—	113.360	96.006
	805.335	705.777	3.386.301	3.503.961
Circulante	805.335	705.777	3.272.941	3.407.955
Não circulante	—	—	113.360	96.006
Total	805.335	705.777	3.386.301	3.503.961
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa restrito				
Valores mobiliários dados em garantia	—	81.621	174.303	203.252
	—	81.621	174.303	203.252
Circulante	—	—	28.006	7.860
Não circulante	—	81.621	146.297	195.392
Total	—	81.621	174.303	203.252

- (i) Os títulos de dívida soberana declararam juros ligados ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou “SELIC”, com a rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI.

5.4. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil:

Os empréstimos, financiamentos e debêntures (“dívidas”) são inicialmente são mensurados pelo valor justo, líquido dos custos de transação, e subsequentemente ao custo amortizado.

As dívidas são desreconhecidas quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada ou expira. A diferença entre o valor contábil de um passivo financeiro extinto ou transferido para outra parte e a contraprestação paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado financeiro.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, no mínimo, 12 meses após a data do balanço.

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelo valor justo e, se não designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados pelo maior valor entre:

- i. o valor da obrigação nos termos do contrato; e
- ii. o valor inicialmente reconhecido, deduzido da amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita, quando aplicável.

Os contratos de garantia financeira são designados ao valor justo por meio do resultado de forma irrevogável, conforme análise da Companhia, para evitar *mismatch* contábil. O valor justo dos empréstimos é determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando sua taxa de desconto implícita, e é classificado na hierarquia de valor justo como nível 2.

a) Composição

Descrição	Encargos financeiros			Controladora		Vencimento	Objetivo
	Indexador	Taxa anual de juros	Moeda	31/12/2024	31/12/2023		
Sem garantia							
Debêntures	CDI + 2,65%	13,33%	Real	—	1.208.141	ago-25	Investimentos
	CDI + 1,65%	14,00%	Real	781.715	784.475	ago-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 1,50%	13,83%	Real	406.429	406.471	mai-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 1,50%	13,83%	Real	722.667	—	jun-34	Gerenciamento de capital
	CDI + 1,90%	14,28%	Real	1.117.561	1.117.966	mai-32	Gerenciamento de capital
	CDI + 2,00%	14,39%	Real	938.451	942.010	ago-31	Gerenciamento de capital
	CDI + 2,40%	14,84%	Real	1.020.963	1.020.673	abr-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 2,40%	14,84%	Real	999.683	998.542	jun-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 1,80%	14,17%	Real	1.314.009	1.260.684	jan-31	Gerenciamento de capital
	CDI + 1,00%	13,27%	Real	722.795	—	jun-29	Gerenciamento de capital
	CDI + 0,50%	12,71%	Real	1.517.667	—	jan-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 0,72%	12,96%	Real	505.999	—	jan-30	Gerenciamento de capital
	CDI + 1,30%	13,61%	Real	506.361	—	jan-35	Gerenciamento de capital
	IPCA + 5,75%	10,88%	Real	433.499	412.478	ago-31	Gerenciamento de capital
	Pré-fixado	8,02%	Dólar	1.857.808	1.451.867	jun-30	Gerenciamento de capital
	Pré-fixado	7,52%	Dólar	3.778.776	2.897.097	set-29	Gerenciamento de capital
Notas Comerciais	CDI + 1,75%	14,11%	Real	548.335	547.755	dez-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 1,80%	14,17%	Real	471.702	448.165	jan-31	Gerenciamento de capital
Loan 4131	Pré-fixado	6,60%	Dólar	3.706.135	—	jun-31	Gerenciamento de capital
Total				21.350.555	13.496.324		
Circulante				347.032	800.987		
Não circulante				21.003.523	12.695.337		

Encargos financeiros				Consolidado				
Descrição	Indexador	Taxa anual de juros	Moeda	31/12/2024	31/12/2023	Vencimento	Objetivo	Modalidade
Cosan Corporativo								
Loan 4131	Pré-fixado	3,20%	Euro	—	860.658	out-25	Investimentos	Com garantia
	Pré-fixado	0,25%	Iene	—	602.487	out-25	Investimentos	Com garantia
	Pré-fixado	3,40%	Euro	—	1.954.022	out-26	Investimentos	Com garantia
	Pré-fixado	0,25%	Iene	—	1.135.226	out-26	Investimentos	Com garantia
	Pré-fixado	3,56%	Euro	—	812.496	out-27	Investimentos	Com garantia
	Pré-fixado	0,25%	Iene	—	470.951	out-27	Investimentos	Com garantia
Perpetual Notes	Pré-fixado	8,25%	Dólar	3.135.174	2.451.160	nov-40	Aquisição	Sem garantia
Senior Notes Due 2027	Pré-fixado	7,00%	Dólar	2.475.674	2.016.330	jan-27	Aquisição	Sem garantia
Senior Notes Due 2029	Pré-fixado	5,50%	Dólar	4.638.597	3.622.922	set-29	Aquisição	Sem garantia
Senior Notes Due 2030	Pré-fixado	7,50%	Dólar	3.384.127	2.642.023	jun-30	Gerenciamento de capital	Sem garantia
Senior Notes Due 2031	Pré-fixado	7,25%	Dólar	3.683.191	—	jun-31	Gerenciamento de capital	Sem garantia
Debêntures	CDI + 2,65%	13,33%	Real	—	1.208.141	ago-25	Investimentos	Sem garantia
	CDI + 1,65%	14,00%	Real	781.715	784.475	ago-28	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	CDI + 1,50%	13,83%	Real	406.429	406.471	mai-28	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	CDI + 1,50%	13,83%	Real	722.667	—	jun-34	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	CDI + 1,90%	14,28%	Real	1.117.561	1.117.966	mai-32	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	CDI + 2,00%	14,39%	Real	938.451	942.011	ago-31	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	CDI + 2,40%	14,84%	Real	1.020.963	1.020.673	abr-28	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	CDI + 2,40%	14,84%	Real	999.683	998.542	jun-28	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	CDI + 1,80%	14,17%	Real	1.314.009	1.260.684	jan-31	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	CDI + 1,00%	13,27%	Real	722.795	—	jun-29	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	CDI + 0,50%	12,71%	Real	1.517.668	—	jan-28	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	CDI + 0,72%	12,96%	Real	505.999	—	jan-30	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	CDI + 1,30%	13,61%	Real	506.361	—	jan-35	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	IPCA + 5,75%	10,88%	Real	433.499	412.478	ago-31	Gerenciamento de capital	Sem garantia
Notas Comerciais	CDI + 1,75%	14,11%	Real	548.335	547.755	dez-28	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	CDI + 1,80%	14,17%	Real	471.702	448.165	jan-31	Gerenciamento de capital	Sem garantia
				29.324.600	25.715.636			
Compass								
BNDES	IPCA + 4,10%	9,15%	Real	88.477	112.946	abr-29	Investimentos	Com garantia
	IPCA + 4,10%	9,15%	Real	194.797	140.016	jan-30	Investimentos	Com garantia
	IPCA + 3,25%	8,26%	Real	1.318.111	1.547.664	jun-34	Investimentos	Com garantia
	IPCA + 5,74%	10,87%	Real	1.027.665	893.810	dez-36	Investimentos	Com garantia
	IPCA + 6,01%	11,15%	Real	295.695	304.276	dez-36	Investimentos	Com garantia
	CDI + 1,36%	13,68%	Real	60.000	—	jan-25	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	CDI + 0,50%	12,71%	Real	50.000	—	jan-25	Gerenciamento de capital	Sem garantia
Loan 4131	Pré-fixado	1,36%	Dólar	—	362.774	fev-24	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	Pré-fixado	2,13%	Dólar	1.245.670	943.486	fev-25	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	Pré-fixado	5,74%	Euro	523.634	—	mar-25	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	Pré-fixado	4,04%	Dólar	926.262	734.191	mai-26	Gerenciamento de capital	Sem garantia
Debêntures	CDI + 1,95%	12,55%	Real	—	735.566	ago-24	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 4,33%	8,95%	Real	—	554.147	out-24	Investimentos	Sem garantia
	CDI + 1,20%	13,50%	Real	240.120	—	out-25	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 7,36%	12,57%	Real	41.436	80.960	dez-25	Investimentos	Sem garantia
	CDI + 2,24%	14,66%	Real	208.465	—	dez-26	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	CDI + 1,45%	13,27%	Real	—	399.457	dez-26	Investimentos	Sem garantia
	CDI + 1,55%	13,89%	Real	73.480	—	jan-27	Investimentos	Sem garantia
	IGPM + 6,10%	13,04%	Real	382.837	359.639	mai-28	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	CDI + 1,08%	13,36%	Real	1.545.857	—	mar-29	Investimentos	Sem garantia
	CDI + 0,80%	13,05%	Real	1.547.588	—	mar-29	Gerenciamento de capital	Sem garantia
	CDI + 1,55%	13,89%	Real	1.763.476	1.764.022	nov-30	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 5,12%	10,22%	Real	512.946	550.342	ago-31	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 6,38%	11,54%	Real	685.420	—	jul-34	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 5,22%	10,32%	Real	466.173	533.854	ago-36	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 7,17%	12,37%	Real	588.142	—	dez-36	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 6,45%	11,61%	Real	662.782	—	jul-39	Investimentos	Sem garantia
				14.449.033	10.017.150			

Descrição	Encargos financeiros			Consolidado		Vencimento	Objetivo	Modalidade
	Indexador	Taxa anual de juros	Moeda	31/12/2024	31/12/2023			
Moove								
Loan 4131	Pré-fixado	5,50%	Dólar	15.729	31.920	mar-25	Investimentos	Sem garantia
Capital de giro	SOFR + 1,50%	1,50%	Dólar	2.346.950	2.175.107	mai-27	Aquisição	Sem garantia
Capital de giro	SONIA + 1,30%	1,30%	GBP	272.318	—	jun-26	Aquisição	Sem garantia
Nota de Crédito de Exportação	SOFR+ 1,30%	5,83%	Dólar	316.442	—	jun-27	Aquisição	Sem garantia
Pré-Pagamento de Exportação	SOFR-06 + 1,30%	5,66%	Dólar	607.136	—	jun-27	Aquisição	Sem garantia
				3.558.575	2.207.027			
Rumo								
BNDES	Pré-fixado	6,00%	Real	—	128.494	dez-24	Investimentos	Com garantia
	Pré-fixado	3,50%	Real	—	29	jan-24	Investimentos	Com garantia
	URTJLP	9,53%	Real	1.861.658	2.210.390	jul-31	Investimentos	Com garantia
	CDI + 2,07%	13,45%	Real	40.530	52.101	mar-25	Gerenciamento de capital	Com garantia
	CDI + 2,25%	13,65%	Real	51.968	60.774	mai-26	Gerenciamento de capital	Com garantia
	CDI + 2,25%	13,65%	Real	50.663	78.965	fev-26	Gerenciamento de capital	Com garantia
	CDI + 2,20%	13,60%	Real	77.856	30.252	mar-26	Gerenciamento de capital	Com garantia
	SOFR + 1,30%	5,83%	Dólar	25.341	487.544	jan-25	Gerenciamento de capital	Com garantia
	CDI + 1,29%	13,65%	Dólar	30.302	—	mai-29	Gerenciamento de capital	Com garantia
Senior Notes Due 2028	Pré-fixado	5,25%	Dólar	2.631.834	2.178.449	jan-28	Investimentos	Com garantia
Senior Notes Due 2032	Pré-fixado	4,20%	Dólar	2.418.140	2.066.885	jan-32	Investimentos	Com garantia
Export Credit Agency ("ECA")	Euribor + 0,58%	3,94%	Euro	38.525	48.849	set-26	Investimentos	Com garantia
Cédula de Crédito Bancário	IPCA	5,84%	Real	874.513	954.205	jan-48	Investimentos	Com garantia
ACF	IPCA + 6,48%	11,64%	Real	299.706	—	ago-42	Investimentos	Com garantia
Debêntures	IPCA + 3,60%	8,62%	Real	393.127	413.881	dez-30	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 3,90%	8,94%	Real	1.078.794	1.113.820	out-29	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 4,00%	9,04%	Real	957.843	1.077.140	dez-35	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 4,50%	9,57%	Real	1.520.069	1.596.910	jun-31	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 4,54%	9,61%	Real	218.865	254.232	jun-36	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 4,68%	9,76%	Real	248.085	396.201	fev-26	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 4,52%	11,33%	Real	711.764	773.556	jun-31	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 5,73%	10,86%	Real	480.383	551.709	out-33	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 5,99%	11,13%	Real	452.451	470.177	jun-32	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 6,80%	11,98%	Real	938.970	1.004.762	abr-30	Investimentos	Sem garantia
	CDI + 1,30%	11,84%	Real	—	759.390	ago-24	Investimentos	Sem garantia
	CDI + 1,79%	13,65%	Real	—	753.435	jun-24	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 5,76%	10,89%	Real	714.229	753.439	ago-29	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 6,18%	10,91%	Real	655.641	749.252	mai-33	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 5,80%	10,93%	Real	469.906	—	mar-34	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 5,93%	11,07%	Real	565.235	—	mar-39	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 6,42%	11,33%	Real	489.270	—	jun-34	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 6,53%	11,33%	Real	133.846	—	jun-39	Investimentos	Sem garantia
	IPCA + 6,05%	11,19%	Real	693.704	—	ago-36	Investimentos	Sem garantia
				19.123.218	18.964.841			
Total				66.455.426	56.904.654			
Circulante				4.403.148	4.882.398			
Não circulante				62.052.278	52.022.256			

Para as dívidas que possuem derivativos atrelados, as taxas efetivas estão apresentadas na nota explicativa 5.6.

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, as curvas de juros de mercado em 31 de dezembro de 2024.

Todas as dívidas com data de vencimento denominadas em moeda estrangeira, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 5.6), exceto para principal do bônus perpétuos.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures que estão classificados como não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora			Consolidado		
	Gastos captação de recursos	31/12/2024	31/12/2023	Gastos captação de recursos	31/12/2024	31/12/2023
1 a 2 anos	—	—	569.067	(43.154)	2.552.535	4.800.498
2 a 3 anos	(24.538)	350.462	—	(128.908)	7.551.156	6.255.752
3 a 4 anos	(8.824)	5.178.676	360.698	(85.987)	10.000.615	6.626.698
4 a 5 anos	(6.148)	4.501.383	3.319.442	(89.779)	12.429.311	7.554.468
5 a 6 anos	(4.975)	4.011.417	3.327.245	(53.072)	7.948.395	8.143.128
6 a 7 anos	(2.730)	5.371.352	3.101.714	(41.538)	6.100.666	6.777.099
7 a 8 anos	(621)	607.712	1.650.648	(44.524)	6.421.275	2.599.593
Acima de 8 anos	(812)	982.521	366.523	(120.306)	9.048.325	9.265.020
	(48.648)	21.003.523	12.695.337	(607.268)	62.052.278	52.022.256

b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	5.475.628	52.987.216
Captação	8.636.528	12.785.628
Amortização de principal	(579.942)	(8.054.763)
Pagamento de juros	(973.919)	(3.552.292)
Pagamento de juros sobre obras em andamento	—	(288.569)
Juros, variação cambial e valor justo	938.029	3.027.434
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.496.324	56.904.654
Captação	6.911.676	16.983.225
Amortização de principal	(1.160.058)	(12.187.560)
Pagamento de juros	(1.697.950)	(4.759.976)
Pagamento de juros sobre obras em andamento	—	(128.520)
Combinação de negócio	—	285.033
Juros, variação cambial e valor justo	3.800.563	9.358.570
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.350.555	66.455.426

c) Garantias

A controlada Rumo possui alguns contratos de financiamento com bancos de fomento destinados a investimentos que são garantidos por fiança bancária com um custo médio de 0,67% a.a., ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$2.655.231 (R\$3.120.034 em 31 de dezembro de 2023).

A controlada MLH possui garantia bancária para um empréstimo da Cosan Lubrificantes S.R.L. (“Moove Argentina”), com custo médio anual de 0,18%, e garantia com bancos de primeira linha para pagamento a terceiros, com custo médio anual de 3,90%. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de fianças contratadas era de R\$16.061 (R\$31.931 em 31 de dezembro de 2023).

d) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas dispunham de linhas de crédito em bancos que não foram utilizadas, no valor de R\$1.510.231 (R\$2.102.756 em 31 de dezembro de 2023). O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

e) Compensação de ativos e passivos

Considerando que a Companhia possui o direito legalmente executável de compensar os valores e a intenção de liquidá-los simultaneamente, para fins de consolidação, a Companhia compensou no balanço patrimonial os ativos referentes à contratação do *Total Return Swap* (“TRS”) com o passivo da dívida oriunda das debêntures, dos *Time Deposits com os Loans 4131* e dos *Credit Linked Notes* (“CLNs”) com as Notas de Crédito de Exportações (“NCEs”) no Brasil, apresentando-os pelos seus valores líquidos, assim como seus respectivos impactos na demonstração do resultado. Desta forma, também não é efetuada análise de sensibilidade, pois ambas as transações não apresentam riscos para a Companhia.

	Segmento	31/12/2024	31/12/2023
Ativos			
<i>Credit Linked Notes</i>	<i>Rumo</i>	6.334.168	4.952.781
<i>Time deposit</i>	<i>Cosan Corporativo</i>	3.718.105	—
TRS	<i>Cosan Corporativo</i>	5.640.466	4.354.191
Total		15.692.739	9.306.972
Passivos			
NCEs	<i>Rumo</i>	(6.334.168)	(4.952.781)
<i>Loan 4131</i>	<i>Cosan Corporativo</i>	(3.718.105)	—
Debêntures	<i>Cosan Corporativo</i>	(5.640.466)	(4.354.191)
Total		(15.692.739)	(9.306.972)
Saldo líquido		—	—

Os valores brutos dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores compensados.

5.5. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Política contábil:

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo do arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são realizados nessa data, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia geralmente utiliza sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

Os pagamentos do arrendamento incluídos na mensuração do passivo do arrendamento compreendem o seguinte:

- (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência;
- (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início;
- (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo locatário, de acordo com as garantias do valor residual; e
- (iv) o preço de exercício da opção de compra, se o locatário estiver razoavelmente certo de que exercerá essa opção, e o pagamento de multas pela rescisão do

arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção de rescisão pelo locatário.

- (v) Para determinar a taxa de empréstimo incremental, a Companhia:
- (vi) quando possível, utiliza o financiamento de terceiros recente obtido pelo locatário como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde a obtenção do financiamento de terceiros;
- (vii) utiliza uma abordagem de acumulação que se inicia com uma taxa de juros livre de risco ajustada pelo risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia que não possuem financiamento recente de terceiros; e
- (viii) realiza ajustes específicos ao arrendamento, como prazo, país, moeda e garantia.

A taxa de juros incremental (nominal) utilizada pela Companhia e suas controladas foi determinada com base nas taxas de juros, ajustada à moeda funcional e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 4,25% e 13,73%, de acordo com o prazo e a moeda de cada contrato.

Adicionalmente, para a mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia pode contabilizar dois ou mais contratos em conjunto, desde que:

- (i) tenham sido firmados com a mesma contraparte ou parte relacionada da contraparte; e
- (ii) tenham sido celebrados em datas próximas; ou
- (iii) os contratos possam ser compreendidos sem serem considerados em conjunto; ou
- (iv) tenham obrigações de performance/contraprestações inter-relacionadas nos contratos; ou
- (v) os direitos de usar os ativos subjacentes transferidos nos contratos constituam um único componente do arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem o evento ou condição que gera esses pagamentos.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos variáveis do arrendamento com base em um índice ou taxa, que não são incluídos no passivo do arrendamento até que entrem em vigor. Quando os ajustes aos pagamentos do arrendamento com base em um índice ou taxa entram em vigor, o passivo do arrendamento é reavaliado e ajustado contra o ativo de direito de uso.

Os pagamentos do arrendamento são alocados entre o principal e o custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido no resultado ao longo do período do arrendamento, de forma a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa

no resultado utilizando o método linear. Os arrendamentos de curto prazo são aqueles com prazo de arrendamento de até 12 meses. Ativos de baixo valor compreendem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

Na determinação do prazo do arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação ou não exercer a opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento apenas se houver certeza razoável de que será prorrogado (ou não rescindido).

Para locações de armazéns e equipamentos, os seguintes fatores são normalmente os mais relevantes:

Se houver penalidades significativas para encerrar (ou não prorrogar) o contrato, a Companhia geralmente têm certeza razoável de que irá estender (ou não encerrar) o contrato.

Se for esperado que quaisquer melhorias em propriedades arrendadas tenham um valor residual significativo, a Companhia normalmente tem certeza razoável de estender (ou não rescindir) o contrato.

Caso contrário, a Companhia considera outros fatores, incluindo durações históricas de arrendamento e os custos de interrupção dos negócios necessários para substituir o ativo arrendado.

A maioria das opções de extensão em locações de escritórios e veículos não foi incluída no passivo de arrendamento, porque a Companhia pode substituir os ativos sem custo significativo ou interrupção das operações.

A avaliação subsequente do passivo do arrendamento é realizada pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. O passivo é reavaliado quando há uma alteração nos pagamentos futuros do arrendamento, resultante de uma mudança no índice ou taxa, se houver uma mudança nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia do valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação, se uma opção for exercida na compra, extensão ou rescisão, ou se houver um pagamento do arrendamento revisado essencialmente fixo.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	30.365	3.532.158
Adições	—	1.923.138
Baixas	—	(15.329)
Apropriação de juros e variação cambial	7.566	458.507
Amortização de principal	(5.524)	(490.012)
Pagamento de juros	(3.615)	(236.948)
Reajuste contratual	751	104.280
Saldo em 31 de dezembro de 2023	29.543	5.275.794
Adições	1.414	999.553
Baixas	—	(9.933)
Apropriação de juros e variação cambial	3.005	1.120.882
Amortização de principal	(6.532)	(694.340)
Pagamento de juros	(3.015)	(377.269)
Reajuste contratual	44	174.662
Combinação de negócios ⁽ⁱ⁾	—	20.404
Saldo em 31 de dezembro de 2024	24.459	6.509.753
Circulante	9.227	1.007.533
Não circulante	15.232	5.502.220
	24.459	6.509.753

(i) Passivos de arrendamento identificados na aquisição da Compagas, vide nota 9.2.

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento em dezembro de 2058. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como Índice Geral de Preços – Mercado (“IGP-M”) e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) ou CDI, de acordo com os contratos. Alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra, que foram consideradas na determinação do prazo e na classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização, da apropriação de juros e da variação cambial destacados nos quadros anteriores, foram registrados os seguintes impactos no resultado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos:

	31/12/2024	31/12/2023
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	71.932	43.115
Despesas relativas à arrendamentos de curto prazo	27.664	37.739
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	10.005	5.376
	109.601	86.230

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos futuros, incluindo os créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O crédito potencial de PIS e COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$30.814 (R\$32.244 em 31 de dezembro de 2023).

5.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Política contábil:

Os derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data de celebração do contrato e, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização das variações subsequentes no valor justo depende da designação do derivativo como instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

- (i) *hedge* de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou
- (ii) *hedge* de um risco específico associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo as variações nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. A variações no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outras receitas (despesas) financeiras.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de hedge são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não circulante quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de hedge for menor que 12 meses.

A Companhia avalia, tanto no início do relacionamento de hedge quanto continuamente, se os instrumentos de hedge são altamente eficazes na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, os resultados reais de cada hedge estão dentro de uma faixa de 60% a 140%.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente a eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, quando disponíveis, e, em parte, por meio de técnicas de avaliação que consideram: (i) preços estabelecidos em operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial desses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo ou é reconhecido na data-base.

Um ativo financeiro anteriormente contabilizado de acordo com a IFRS 9/CPC 48 pode tornar-se uma investida contabilizada por equivalência patrimonial quando:

- investidor adquire uma participação adicional; ou
- ocorre uma mudança nas circunstâncias que resulte na obtenção de influência significativa ou controle conjunto.

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados consolidados são apresentados abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Nocional		Valor justo		Nocional		Valor justo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Derivativos de taxa de câmbio								
Contratos a termo ⁽ⁱ⁾	942.987	—	18.402	—	1.042.896	6.716	28.392	(147)
Contratos de opções cambiais	—	—	—	—	411.000	363.098	3.096	30.677
	942.987	—	18.402	—	1.453.896	369.814	31.488	30.530
Derivativos de commodity								
Contrato a termo - NDF	—	—	—	—	21.174	28.494	(7.158)	4.333
	—	—	—	—	21.174	28.494	(7.158)	4.333

	Controladora				Consolidado			
	Nocional		Valor justo		Nocional		Valor justo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Risco de taxa de câmbio e juros								
Contratos de <i>Swap</i> (juros) ⁽ⁱⁱ⁾	350.000	7.038.443	(4.705)	(9.945)	6.453.930	7.209.400	(364.783)	(10.686)
Contratos de <i>Swap</i> (juros e câmbio) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	13.686.022	10.434.580	1.520.581	(562.802)	20.195.459	18.260.969	1.912.553	(1.546.736)
Contratos a termo (juros e câmbio) ^(iv)	—	126.472	—	(3.720)	—	8.985.594	—	(939.559)
Contratos de <i>Swap</i> (juros e inflação) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	—	—	—	—	12.247.351	14.307.844	(246.660)	853.639
	14.036.022	17.599.495	1.515.876	(576.467)	38.896.740	48.763.807	1.301.110	(1.643.342)
Risco de preço da ação								
Contratos de <i>Swap</i> - (TRS) ^(v)								
	1.817.821	1.775.341	(1.073.657)	88.298	1.817.821	1.775.341	(1.073.657)	88.297
<i>Call Spread</i> ^(iv)	—	—	—	—	4.667.709	5.594.212	77.341	366.296
<i>Collar</i> (Ações Vale)	—	—	—	—	—	13.114.720	—	285.540
	1.817.821	1.775.341	(1.073.657)	88.298	6.485.530	20.484.273	(996.316)	740.133
Total dos instrumentos financeiros			460.621	(488.169)			329.124	(868.346)
Ativo circulante			18.402	54.935			905.341	202.399
Ativo não circulante			1.547.093	102.881			2.893.987	2.344.400
Passivo circulante			(1.074.991)	(364.747)			(2.504.117)	(1.250.520)
Passivo não circulante			(29.883)	(281.238)			(966.087)	(2.164.625)
Total			460.621	(488.169)			329.124	(868.346)

(i) A Companhia e suas controladas mantêm contratos a termo de câmbio e/ou opções indexadas a câmbio para proteger suas exposições e despesas em moeda estrangeira.

A Companhia contratou derivativos para proteger-se da exposição a juros pré-fixados em reais, convertendo tal dívida em pós-fixada.

(ii) Nas operações de swap de juros e inflação, a Companhia se posiciona como ativa em Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) mais juros fixos e passiva em um percentual do CDI.

(iii) A Companhia e a controlada Rumo realizam operações de *swap* de juros e câmbio, nas quais as companhias se posicionam como ativas em dólar americano mais juros fixos e passivas em um percentual do CDI.

(iv) A Companhia contratou derivativos para proteger-se da exposição às variações do preço das ações da Vale.

(v) A Companhia celebrou contratos de derivativos TRS com bancos comerciais. Por meio do TRS, com liquidação financeira, a Cosan receberá o retorno sobre a variação do preço das ações CSAN3, ajustado pelos dividendos do período, e pagará juros anuais referenciados em CDI mais spread. O valor contratado equivalente de ações CSAN3 com TRS foi de 110.995.312 ações, e o valor total inicial foi de R\$1.817.821. Em 31 de dezembro de 2024, o resultado da marcação a mercado, registrado na despesa financeira da Companhia foi de R\$1.073.657 (ante uma receita financeira de R\$83.390 em 31 de dezembro de 2023).

A seguir, apresentamos a abertura do valor de registro dos instrumentos financeiros derivativos de dívida e não dívida:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos financeiros de dívidas	1.534.278	(576.467)	1.319.512	(990.764)
Instrumentos financeiros não dívida	(1.073.657)	88.298	(990.388)	122.418
	460.621	(488.169)	329.124	(868.346)

Os instrumentos financeiros derivativos de dívidas, são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

a) Hedge de valor justo

A Companhia, por meio de suas controladas, adota a contabilidade de *hedge* de valor justo para algumas de suas operações. Tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são mensurados e reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, uma vez que os termos do *swap* de taxa de juros e câmbio correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa, ou seja, montante nominal, prazo e pagamento. A Companhia estabeleceu o índice de cobertura próximo a 1:1 para as relações de *hedge*, uma vez que o risco subjacente do *swap* de taxa de juros e câmbio é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia usa o método de fluxo de caixa descontado e compara as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto. As fontes de inefetividade de *hedge* que se espera que afetem a relação de proteção durante o seu prazo, avaliadas pela Companhia, são principalmente: (i) redução ou modificação no item coberto; e (ii) uma mudança no risco de crédito da Companhia ou da contraparte dos *swaps* contratados. Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* foram os seguintes:

	Nocional	Valor contábil		Valor justo acumulado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Hedge risco de câmbio					
Objetos					
PPE - (Moove)	(536.300)	(620.690)	—	(13.554)	—
NCE - (Moove)	(269.870)	(320.606)	—	(4.164)	—
Senior Notes 2028 (Rumo Luxembourg)	(2.791.600)	(2.631.834)	(2.178.449)	(254.278)	167.874
Senior Notes 2032 (Rumo Luxembourg)	(2.259.375)	(2.418.140)	(2.066.885)	(213.825)	126.408
NCE USD (Rumo Malha Norte)	(120.850)	(25.341)	(487.544)	(134.810)	3.147
Total débito	(5.977.995)	(6.016.611)	(4.732.878)	(620.631)	297.429
Instrumentos financeiros derivativos					
PPE - (Moove)	536.300	66.126	—	66.126	—
NCE - (Moove)	269.870	28.452	—	28.452	—
Swaps Senior Notes 2028 (Rumo Luxembourg)	2.791.600	(50.047)	(460.939)	(410.893)	42.265
Swaps Senior Notes 2032 (Rumo Luxembourg)	2.259.375	112.984	(239.630)	(352.614)	110.644
Swap de câmbio e juros (Rumo Malha Norte)	120.850	(98.758)	5.293	104.049	(5.293)
Total derivativos	5.977.995	58.757	(695.276)	(564.880)	147.616
Total	—	(5.957.854)	(5.428.154)	(1.185.511)	445.045

	Nocional	Valor contábil		Valor justo acumulado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Hedge risco de juros					
Objetos					
BNDES Projeto VIII (Comgás)	(791.665)	(678.785)	(803.990)	100.511	54.807
Debêntures (Rumo)	(10.189.275)	(9.719.039)	(7.973.671)	(1.375.324)	397.073
ACF (Rumo)	(312.528)	(299.706)	—	(13.635)	—
Finem (Rumo)	(22.516)	(25.764)	(36.301)	(40.521)	971
CCB (Rumo)	(943.032)	(874.513)	(954.205)	(49.978)	(10.088)
Total débito	(12.259.016)	(11.597.807)	(9.768.167)	(1.378.947)	442.763
Instrumentos financeiros derivativos					
Swaps 5ª emissão - série única (Comgás)	—	—	—	—	(221.000)
BNDES Projeto VIII (Comgás)	791.665	(101.565)	(56.085)	(45.480)	34.108
Swaps Debêntures (Rumo)	10.189.275	(360.998)	559.964	920.964	(708.626)
ACF (Rumo)	312.528	(13.864)	—	13.864	—
Finem (Rumo)	22.516	938	1.600	662	(2.158)
CCB (Rumo)	943.032	(63.659)	(15.221)	48.438	8.245
Total derivativos	12.259.016	(539.148)	490.258	938.448	(889.431)
Total	—	(12.136.955)	(9.277.909)	(440.499)	(446.668)

b) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram designados a estruturas de *hedge* documentadas.

A Companhia optou por designar de forma irrevogável os passivos protegidos (objetos de *hedge*) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são semelhantes aos que seriam obtidos através de uma documentação de *hedge*:

	Nocional	Valor contábil		Ajuste de valor acumulado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Risco de câmbio					
Objetos					
Senior Notes 2027 (Cosan Luxembourg) USD + 7,00%	(2.427.382)	2.475.674	(2.016.330)	3.411.031	528.855
Export Credit Agreement (Rumo) EUR + 0,58%	(25.369)	(38.525)	(48.849)	(713)	(1.444)
Scotiabank 2021 USD + 1,60%	—	—	(362.774)	—	2.106
Scotiabank 2022 USD + 2,51%	(1.097.400)	(1.245.669)	(943.486)	3.580	33.324
Scotiabank 2023 USD + 4,76%	(749.310)	(926.262)	(734.191)	5.920	(5.468)
BNP Paribas 2024 EUR + 5,74%	504.226	(523.634)	—	(19.408)	—
Total	(3.795.235)	(258.416)	(4.105.630)	3.400.410	557.373
Instrumentos derivativos					
Swap Senior Notes 2027 (Cosan Luxembourg) BRL + 114,66% CDI	2.427.382	217.523	(46.214)	1.494.564	(379.397)
Swap de câmbio e juros (Rumo) BRL + 108,00% CDI	25.369	12.253	9.316	(2.937)	6.153
Scotiabank 2021 CDI + 1,25%	—	—	(63.184)	—	(12.939)
Scotiabank 2022 CDI + 1,20%	1.097.400	95.971	(212.180)	308.150	(51.811)
BNP Paribas 2024 CDI + 1,35%	(504.226)	55.805	—	347.714	—
Scotiabank 2018 107,90% CDI	—	—	—	—	(123.760)
Scotiabank 2023 CDI + 1,30%	749.310	169.185	(22.611)	191.795	(22.611)
Total derivativos	3.795.235	550.737	(334.873)	2.339.286	(584.365)
Total	—	292.321	(4.440.503)	5.739.696	(26.992)

			Valor contábil		Ajuste de valor acumulado	
			Nocional	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Risco de juros						
Objetos						
BNDES Projetos VI e VII (Comgás)	IPCA + 4,10%	(101.543)	(88.477)	(112.946)	3.288	(150)
BNDES Projeto VIII (Comgás)	IPCA + 3,25%	(688.876)	(639.325)	(743.674)	39.439	5.967
BNDES Projeto IX (Comgás)	IPCA + 5,74%	(565.582)	(554.820)	(598.752)	54.110	(19.875)
BNDES Projeto IX - Sub A (Comgás)	IPCA + 5,74%	(306.207)	(287.962)	—	22.242	—
BNDES Projeto IX - Sub A (Comgás)	IPCA + 5,74%	(196.598)	(184.883)	—	10.864	—
BNDES Projeto IX - Sub B (Comgás)	IPCA + 6,01%	(315.186)	(295.695)	—	23.999	—
6ª emissão - série única (Comgás)	IPCA + 4,33%	—	—	(554.148)	—	3.509
4ª emissão - 3ª série (Comgás)	IPCA + 7,36%	(38.273)	(41.436)	(80.960)	718	(708)
9ª emissão - 1ª série (Comgás)	IPCA + 5,12%	(500.000)	(512.946)	(550.342)	88.728	19.868
11ª emissão - 1ª Série (Comgás)	IPCA + 6,38%	(750.000)	(685.420)	—	72.780	—
9ª emissão - 2ª série (Comgás)	IPCA + 5,22%	(500.000)	(466.173)	(533.854)	133.379	34.919
12ª emissão - série única (Comgás)	IPCA + 7,17%	(600.000)	(588.142)	—	(10.096)	—
11ª emissão - 2ª Série	IPCA + 6,45%	(750.000)	(662.782)	—	85.912	—
Debêntures (Rumo)	IPCA + 4,68%	(180.000)	(248.085)	(396.201)	(59.916)	13.474
Debêntures (Rumo)	IPCA + 4,50%	(600.000)	(755.061)	(774.939)	(96.457)	34.721
Total		(6.092.265)	(6.011.207)	(4.345.816)	368.990	91.725
Instrumentos derivativos						
BNDES Projetos VI e VII (Comgás)	87,50% CDI	101.543	(3.332)	64	(3.396)	2.110
BNDES Projeto VIII (Comgás)	91,90% CDI	688.876	(39.834)	(6.578)	(33.256)	14.461
BNDES Projeto IX (Comgás)	98,90% CDI	565.582	1.394	46.904	(45.510)	53.536
BNDES Projeto IX - Sub A (Comgás)	98,49% CDI	306.207	(14.383)	—	(14.383)	—
BNDES Projeto IX - Sub A (Comgás)	92,35% CDI	196.598	(8.929)	—	(8.929)	—
BNDES Projeto IX - Sub B (Comgás)	95,55% CDI	315.186	(15.994)	—	(15.994)	—
6ª emissão - série única (Comgás)	89,90% CDI	—	—	20.116	—	30.535
4ª emissão - 3ª série (Comgás)	112,49% CDI	38.273	3.203	4.567	(1.364)	5.345
9ª emissão - 1ª série (Comgás)	109,20% CDI	500.000	5.192	42.093	(36.901)	59.798
11ª emissão - 1ª Série (Comgás)	100,45% CDI	750.000	(71.755)	—	(71.755)	—
9ª emissão - 2ª série (Comgás)	110,60% CDI	500.000	(39.535)	26.901	(66.436)	67.342
12ª emissão - série única (Comgás)	95,66% CDI	600.000	10.424	—	10.424	—
11ª emissão - 2ª Série (Comgás)	99,70% CDI	750.000	(84.963)	—	(84.963)	—
Debêntures (Rumo)	107,00% CDI	180.000	60.419	81.885	21.466	(5.691)
Debêntures (Rumo)	103,00% CDI	600.000	130.505	147.429	16.924	(73.337)
Total derivativos		6.092.265	(67.588)	363.381	(334.073)	154.099
Total		—	(6.078.795)	(3.982.435)	34.917	245.824

c) Hedge de fluxo de caixa

A controlada indireta Edge Comercialização S.A. (“Edge”) celebrou contrato de venda de gás natural (risco *Brent*) com uma entidade terceira e parte relacionada. Com o intuito de proteger e mitigar os riscos decorrentes das oscilações nos indexadores de gás natural, a Edge designou essa operação sujeita a *hedge accounting* para a respectiva proteção de fluxos de caixa.

Os benefícios esperados dessa contratação são: reduzir o risco financeiro associado a flutuações nos preços do gás natural, evitar oscilações no resultado financeiro dos instrumentos de *hedge*, proteger as margens da controlada, manter a previsibilidade em seus custos ou receitas e garantir maior estabilidade nos resultados operacionais.

A controlada indireta TRSP adotou uma estratégia de *hedge accounting* para proteger seus resultados da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa decorrente dos efeitos cambiais das receitas altamente prováveis em dólares norte-americanos projetados para um período de 20 anos, através de instrumentos de proteção não derivativos – passivo de arrendamento em dólares norte-americanos já contratado.

Em 31 de dezembro de 2024, houve uma parcela inefetiva reclassificada para o resultado financeiro, conforme demonstrado no item (b). Os impactos reconhecidos no patrimônio líquido da controlada e a estimativa de realização no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

a) Composição

Instrumentos financeiros	Controlada	Risco	Unidade	Nocional	Valor justo 31/12/2024	Valor contábil em 31/12/2024	(-) Tributos diferidos	Efeito no patrimônio líquido 31/12/2024
Passivo de arrendamento	Compass	Câmbio	BRL	(1.783.341)	446.224	446.224	(151.716)	294.508
Efeito no balanço				(1.783.341)	446.224	446.224	(151.716)	294.508

b) Movimentação

Instrumentos financeiros	Receita operacional líquida	Resultado financeiro líquido	Resultado abrangente do exercício	Ganhos realizados
Futuro (BRENT)	(5.149)	(17.880)	—	23.029
Passivo de arrendamento	(6.937)	(486)	446.224	—
Em 31 de dezembro de 2024	(12.086)	(18.366)	446.224	23.029

5.7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, caso em que são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias de atraso. A provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesa de vendas.

As taxas de perdas esperadas são baseadas nas perdas históricas de crédito correspondentes incorridas neste exercício. As taxas de perdas históricas podem ser ajustadas para refletir informações atuais e futuras sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. A Companhia identificou a taxa de juros implícita no contrato como o fator mais relevante e, conseqüentemente, ajusta as taxas de perdas históricas com base nas variações esperadas nesse fator.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Mercado interno	3.220.315	2.790.623
Receita não-faturada ⁽ⁱ⁾	853.993	782.813
Mercado externo - moeda estrangeira	134.127	32.308
	4.208.435	3.605.744
Provisão para perdas de crédito esperadas	(212.701)	(161.108)
	3.995.734	3.444.636
Circulante	3.730.364	3.330.488
Não circulante	265.370	114.148
	3.995.734	3.444.636

- (i) A receita não faturada refere-se à parte estimada do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo já registrado no balanço conforme política contábil da Companhia.

O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	3.615.094	3.181.795
Vencidas		
Até 30 dias	280.392	203.143
De 31 a 60 dias	74.817	48.968
De 61 a 90 dias	27.198	18.146
Mais de 90 dias	210.934	153.692
Provisão para perdas de crédito esperadas	(212.701)	(161.108)
	3.995.734	3.444.636

As alterações nas perdas de crédito esperadas são as seguintes:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(154.618)
Adições/reversões	(31.053)
Variação cambial	1.353
Baixas	23.210
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(161.108)
Combinação de negócios (Nota 9.2)	(17.606)
Adições/reversões	(54.882)
Baixas	20.895
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(212.701)

5.8. PARTES RELACIONADAS

Política contábil:

As operações envolvendo partes relacionadas foram realizadas em condições contratuais previamente acordadas. Os saldos pendentes ao final do exercício não são garantidos, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas em nenhuma conta a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período, é realizada uma análise da recuperabilidade dos valores e contas a receber e, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, nenhuma provisão foi reconhecida.

A Companhia mantém um Acordo de Compartilhamento de Custos que disciplina o compartilhamento de atividades e despesas, juntamente com as diretrizes de reembolso e outros termos comerciais para a alocação de despesas do grupo. Essas despesas são classificadas como transações *intercompany*.

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota

a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	5.241	7.798	72.518	63.004
Rumo S.A.	25.706	6.214	—	—
CLI Sul S.A.	10	10	19.458	21.633
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	14.164	5.722	—	—
Aguassanta Participações S.A.	—	88	—	88
Compass Gás e Energia S.A.	18.561	4.253	—	—
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	—	—	14.286	9.286
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)	—	—	36.985	—
Vale S.A.	—	—	3.321	5.000
Radar Gestão de Investimentos S.A.	564	—	565	—
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	1.885	—	—	—
Norgás S.A.	—	—	—	8.976
Outros	239	121	3.052	452
	66.370	24.206	150.185	108.439
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	45.173	36.020	45.173	36.032
Cosan Dez Participações S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	—	111.659	—	—
Ligga S.A. ^(iv)	—	—	—	107.000
Cosan Luxembourg S.A.	2.556	1.466	—	—
Outros	—	—	1.705	—
	47.729	149.145	46.878	143.032
Total do ativo circulante	114.099	173.351	197.063	251.471
Ativo não circulante				
Operações comerciais				
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	—	—	21.438	36.952
	—	—	21.438	36.952
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	28.864	46.911	26.920	46.935
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	109.550	127.834	—	—
Ligga S.A. ^(iv)	154.468	—	154.468	—
Outros	—	—	—	4.733
	292.882	174.745	181.388	51.668
Total do ativo não circulante	292.882	174.745	202.826	88.620
Recebíveis de partes relacionadas	406.981	348.096	399.889	340.091

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	8.176	4.099	303.656	232.713
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	—	—	8.149	10.500
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)	—	—	45.119	—
Aguassanta Participações S.A.	—	—	—	984
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	6	1.065	—	—
Vale S.A.	—	—	—	4.000
Outros	58	6.065	1.932	39.542
	8.240	11.229	358.856	287.739
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	56.478	32.405	57.554	34.421
Cosan Overseas Limited ^(v)	40.012	31.282	—	—
Cosan Luxembourg S.A. ^(v)	105.890	123.983	—	—
	202.380	187.670	57.554	34.421
Total do passivo circulante	210.620	198.899	416.410	322.160
Passivo não circulante				
Operações financeiras e societárias				
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	591.491	655.683	—	—
Cosan Luxembourg S.A. ^(v)	3.342.012	3.355.612	—	—
Cosan Overseas Limited ^(v)	3.117.823	2.437.595	—	—
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	1.078	1.078	1.078	1.078
Total do passivo não circulante	7.052.404	6.449.968	1.078	1.078
Pagáveis a partes relacionadas	7.263.024	6.648.867	417.488	323.238

- (i) Os ativos circulantes e não circulantes a receber da Raízen S.A e suas controladas são, substancialmente, créditos tributários que serão reembolsados à Companhia quando realizados. As ações preferenciais são utilizadas para que a Raízen reembolse a Cosan, por meio de dividendos preferenciais, quando o prejuízo operacional líquido for consumido na Raízen.

O passivo circulante representa reembolso à Raízen S.A. e suas controladas, referente a despesas relacionadas a disputas judiciais e outras responsabilidades, geradas antes da formação da joint venture, e que são de responsabilidade da Cosan S.A.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2018, foi celebrado um contrato de assunção de direitos e obrigações, e foram transferidos ativos e passivos referentes ao negócio de combustíveis, oriundos da aquisição da Esso Brasileira de Petróleo Ltda. (“Esso”) em 2008, que não foram aportados na formação da Raízen.
- (iii) Os montantes em destaque referem-se aos gastos incorridos pela Cosan S.A. no processo de emissão de ações preferenciais da Cosan Dez, enquanto estavam em processo de constituição, e que serão reembolsados por essas entidades.
- (iv) Saldo de operação financeira entre a Companhia e Ligga S.A., atualizado a 120% do CDI.

- (v) Essas operações servem como meio de transferência de recursos da Companhia para as controladas, que são as titulares dos Senior Notes e responsáveis por honrar suas obrigações. Os acréscimos observados nesses saldos passivos referem-se à constituição de mútuo decorrente da transferência da dívida do *Senior Notes due 2029* e à variação cambial, que incidiu sobre as operações de Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) existentes entre a Companhia e as controladas Cosan Luxemburgo e Cosan Overseas Limited (“Cosan Overseas”).

b) Transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	—	—	1.294.971	974.612
Elevações Portuárias S.A.	—	—	12.375	15.434
Vale S.A.	—	—	46.350	56.000
	—	—	1.353.696	1.046.046
Compra de produtos / insumos / serviços				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	(45)	—	(3.129.874)	(2.251.896)
Vale S.A.	—	—	(4.544)	(52.000)
Elevações Portuárias S.A.	—	—	—	(16.536)
Outros	—	—	—	(74.785)
	(45)	—	(3.134.418)	(2.395.217)
Receitas (despesas)				
Compass Gás e Energia S.A.	102.044	10.908	—	—
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	(12)	(176)	—	—
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	1.881	—	—	—
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	6.576	5.275	—	—
Elevações Portuárias S.A.	—	—	—	(753)
Raízen S.A.	(5.352)	(4.887)	(30.156)	(83.054)
Rumo S.A.	26.497	6.195	—	—
Trizy - Sinlog Tec. Em Logística S.A.	—	129	—	—
Outros	(8)	56	(22)	(2)
	131.626	17.500	(30.178)	(83.809)
Resultado financeiro				
Cosan Luxembourg S.A.	(1.139.998)	(269.661)	—	—
Cosan Overseas Limited	(912.722)	(14.199)	—	—
Aldwych Temple Venture Capital Limited	—	46.191	—	—
Outros	4.818	—	4.808	—
	(2.047.902)	(237.669)	4.808	—
Total	(1.916.321)	(220.169)	(1.806.092)	(1.432.980)

- (i) O montante refere-se à compra de combustíveis e à prestação de serviços de transporte logístico pela controlada Rumo.

c) Remuneração dos administradores e diretores:

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários, contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego e remuneração baseada em ações. Em 29 de maio de 2024, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2024. A seguir, apresentamos o resultado da Controladora e o consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo à empregados e administradores	52.437	44.465	175.487	207.026
Transações com pagamentos baseados em ações	51.587	73.513	67.569	97.510
Benefícios pós-emprego	534	532	2.369	2.888
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	1.645	—	1.645	60.781
Outros benefícios de longo prazo	—	—	5.981	—
	106.203	118.510	253.051	368.205

5.9. FORNECEDORES

Política contábil:

Os saldos de fornecedores correspondem aos seus valores justos, em virtude da sua natureza de curto prazo, e são geralmente pagos entre 30 e 45 dias do reconhecimento.

A seguir, são apresentados os saldos de fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de materiais e serviços	2.744	2.431	4.205.516	3.110.114
Fornecedores de gás ⁽ⁱ⁾ /transportes e logística	156	—	982.333	1.074.411
	2.900	2.431	5.187.849	4.184.525
Circulante	2.900	2.431	5.168.593	3.920.273
Não circulante	—	—	19.256	264.252
Total	2.900	2.431	5.187.849	4.184.525

- (i) O saldo em aberto de fornecimento de gás natural refere-se, principalmente, aos contratos de suprimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”).

5.10. ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

Política contábil:

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado das distribuidoras, em decorrência da diferença entre custo do gás e as alíquotas de tributos estabelecidas nas deliberações/resoluções emitidas pelas agências reguladoras, e os efetivamente considerados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

As agências reguladoras das controladas indiretas:

Comgás e Necta Gás Natural S.A. (“Necta”), reguladas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (“ARSESP”) por meio da Deliberação nº 1.010.

Compagas, regulada pela Agência Reguladora do Paraná (“AGEPAR”) por meio da Resolução 028/2022.

Com base nas deliberações/resoluções mencionadas, a controlada Compass concluiu que não há incerteza quanto ao reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar.

Desta forma, as controladas reconhecem os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras, calculados pela diferença entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários, gerando um direito quando o custo realizado for superior ao considerado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos forem inferiores aos considerados na tarifa. As diferenças são consideradas no reajuste tarifário subsequente e passam a compor o índice de reajuste tarifário das distribuidoras.

Para a controlada indireta Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (“Sulgás”), o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais somente será registrado após a regulamentação da respectiva agência reguladora, a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (“AGERGS”).

A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido foi a seguinte:

	Ativo setorial	Passivo setorial ^(iv)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	342.333	(1.616.616)	(1.274.283)
Custo do gás ⁽ⁱ⁾	27.954	—	27.954
Créditos tributários	12.425	(47.144)	(34.719)
Juros e atualização monetária ⁽ⁱⁱ⁾	49.098	(146.938)	(97.840)
Diferimento do IGP-M ⁽ⁱⁱⁱ⁾	116.890	—	116.890
Saldo em 31 de dezembro de 2023	548.700	(1.810.698)	(1.261.998)
Custo do gás ⁽ⁱ⁾	(12.437)	(2.210)	(14.647)
Créditos tributários	—	(65.710)	(65.710)
Juros e atualização monetária ⁽ⁱⁱ⁾	71.981	(161.621)	(89.640)
Diferimento do IGP-M ⁽ⁱⁱⁱ⁾	117.418	—	117.418
Combinação de negócios	5.980	—	5.980
Saldo em 31 de dezembro de 2024	731.642	(2.040.239)	(1.308.597)
Circulante	221.947	(64.718)	157.229
Não circulante	509.695	(1.975.521)	(1.465.826)
Total	731.642	(2.040.239)	(1.308.597)

- (i) Refere-se ao custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas, integralmente classificado no ativo circulante, uma vez que a deliberação do regulador prevê recuperação tarifária em bases anuais para as categorias de clientes residencial e comercial e trimestrais para as demais categorias de clientes.
- (ii) Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC.
- (iii) Apropriação do diferimento do IGP-M para as categorias de clientes residencial e comercial.

- (iv) A conclusão da ARSESP sobre a devolução aos consumidores dos créditos de PIS e COFINS, provenientes da exclusão do ICMS da base de cálculo, foi prorrogada para 20 de maio de 2025, de acordo com a deliberação nº 1.573, de 23 de setembro de 2024. Até que a ARSESP defina os próximos passos e o cronograma da restituição, a Companhia mantém os valores provisionados como passivo setorial não circulante.

5.11. MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO RECONHECIDO

Política contábil:

O valor justo é o preço que seria obtido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A avaliação do valor justo pressupõe que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. A Companhia deve ter acesso ao mercado principal ou mais vantajoso.

A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo baseia-se nas premissas que os participantes do mercado utilizariam para definir o preço, presumindo que atuam em seu melhor interesse econômico.

Para ativos não financeiros, a mensuração do valor justo considera a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante que o utilizaria para o mesmo fim.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é, geralmente, o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Caso a Companhia determine que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, nem baseado em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis sejam considerados insignificantes, o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo ajustado para refletir a diferença entre o valor justo inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado de forma adequada ao longo da vida do instrumento, ou até que a avaliação seja totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação seja encerrada, o que ocorrer primeiro.

Todos os ativos e passivos mensurados ou divulgados pelo valor justo nas demonstrações financeiras são classificados dentro da hierarquia de valor justo, conforme descrito a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais as informações não sejam os preços cotados incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (como preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: técnicas de avaliação que incluem informações do ativo ou passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia utiliza dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- (i) Uso de preços de mercado cotados;
- (ii) Valor justo calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de *swap* cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva de juros construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante utilizada pelos participantes do mercado para essa finalidade ao precificar *swaps* de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito da Companhia e de sua contraparte; este é calculado com base nos spreads de crédito derivados do *swap* de inadimplência de crédito atual; e
- (iii) Para outros instrumentos financeiros, análise do fluxo de caixa descontado.

Avaliadores externos podem ser envolvidos na avaliação de ativos e passivos significativos, como propriedades para investimento, ativos financeiros não cotados e contraprestação contingente.

Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia define classes de ativos e passivos com base em sua natureza, características e riscos envolvidos, bem como no nível da hierarquia do valor justo, conforme explicado anteriormente.

Todas as estimativas de valor justo resultantes são incluídas no nível 2, exceto para uma contraprestação contingente a pagar, cujos valores justos foram determinados com base nos valores presentes e as taxas de desconto utilizadas foram ajustadas para o risco de contraparte ou de crédito próprio.

Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos consolidados são os seguintes:

	Nota	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo					
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024			31/12/2023		
				Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos									
Aplicações em fundos de investimento	5.2	2.122.442	3.298.142	—	2.122.442	—	—	3.298.142	—
Títulos e valores mobiliários	5.3	3.386.301	3.503.961	—	3.386.301	—	—	3.503.961	—
Outros ativos financeiros		4.495	3.113	4.495	—	—	3.113	—	—
Propriedades para investimentos ⁽ⁱ⁾	11.5	16.818.919	15.976.126	—	—	16.818.919	—	—	15.976.126
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	3.799.328	2.546.799	—	3.799.328	—	—	2.546.799	—
Total		26.131.485	25.328.141	4.495	9.308.071	16.818.919	3.113	9.348.902	15.976.126
Passivos									
Empréstimos, financiamentos e debêntures ⁽ⁱⁱ⁾	5.4	(66.455.426)	(56.904.654)	—	(28.294.034)	—	—	(22.952.492)	—
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	(3.470.204)	(3.415.145)	—	(3.470.204)	—	—	(3.415.145)	—
Total		(69.925.630)	(60.319.799)	—	(31.764.238)	—	—	(26.367.637)	—

- (i) O valor justo das propriedades para investimento foi determinado com base no método comparativo direto de dados de mercado aplicado a transações com propriedades semelhantes (tipo, localização e qualidade da propriedade) e, em certa medida, baseado em cotações de venda para potenciais transações com ativos comparáveis (nível 3). A metodologia utilizada na determinação do valor justo leva em consideração comparações diretas de informações de mercado, tais como pesquisas de mercado, homogeneização de valores, preços no mercado à vista, vendas, distâncias, instalações, acesso à terra, topografia e solo, uso da terra (tipo de cultura) e nível pluviométrico, entre outros dados, em consonância com as normas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (“ABNT”). As taxas de desconto utilizadas variam entre 6,06% a.a. e 10,40% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (11,12% a.a. e 11,20% a.a. em 31 de dezembro de 2023).
- (ii) O valor justo dos empréstimos da Companhia não difere significativamente do seu valor contábil, exceto pelas dívidas que estão designadas ao valor justo por meio do resultado.

Para as dívidas que possuem valor de mercado cotado na Bolsa de Valores de Luxemburgo (*Luxembourg Stock Exchange*, ou “LuxSE”), a mensuração do valor justo se baseia no preço de mercado cotado da seguinte forma:

Dívida	Empresa	31/12/2024	31/12/2023
Senior Notes 2028	Rumo Luxembourg S.à r.l.	97,32%	96,41%
Senior Notes 2032	Rumo Luxembourg S.à r.l.	84,30%	85,65%
Senior Notes 2027	Cosan Luxembourg S.A.	99,63%	100,92%

5.12. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Esta nota explana a exposição a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

Risco	Exposição	Mensuração	Gestão
Risco de mercado – câmbio	i. Transações comerciais futuras. ii. Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	i. Fluxo de caixa futuro. ii. Análise de sensibilidade.	Moeda estrangeira.
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	Análise de sensibilidade	Swap de taxa de juros.
Risco de mercado – preço	i. Transações comerciais futuras. ii. Investimento em valores mobiliários.	i. Fluxo de caixa projetado ii. Análise de sensibilidade	i. Preço futuro de energia elétrica (compra e venda). ii. Derivativo de proteção para valorização e desvalorização das ações.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas, dividendos e propriedades para investimentos.	i. Análise por vencimento. ii. <i>Ratings</i> de crédito.	Disponibilidades e linhas de crédito.
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, REFIS, arrendamentos, derivativos, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	Fluxo de caixa futuro.	Disponibilidades e linhas de crédito.

A Administração da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excesso de liquidez.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto. Isso resulta no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos e estoques com taxa de juros flutuante protegidos, e à taxa de câmbio fixa para as compras protegidas.

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("*Fair Value Option*") tem o intuito de eliminar as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensurados ao valor justo. Tal opção é irrevogável e deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital para cada um de seus negócios. A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Gestão de Riscos.

i. Risco cambial

A Companhia apresenta a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos, euros, iene e libra esterlina:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.861.070	284.956
Contas a receber	35.807	7.678
Fornecedores	(691.312)	(441.768)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(24.263.167)	(24.861.084)
Passivos de arrendamentos	(2.121.304)	(1.627.104)
Contraprestação a pagar	(246.256)	(203.094)
Instrumentos financeiros derivativos	22.576.441	14.182.102
Exposição cambial, líquida	(2.848.721)	(12.658.314)

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, elaboradas por um terceiro especializado, para o vencimento das transações das empresas com moeda funcional real (ganhos e perdas, antes dos efeitos fiscais), conforme apresentado a seguir:

Instrumento	Risco	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa cambial	698.880	1.177.371	1.651.797	228.521	(245.903)
Fornecedores	Alta cambial	1.467	(16.731)	(34.929)	19.664	37.862
Instrumentos financeiros derivativos	Baixa cambial	4.243.995	5.859.780	9.412.121	(1.244.902)	(4.797.244)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta cambial	(2.397.999)	(6.074.195)	(9.522.767)	827.081	4.277.031
Passivos de arrendamentos	Alta cambial	(1.977.043)	(2.496.896)	(3.016.748)	(1.457.192)	(937.340)
Contraprestação a pagar	Alta cambial	4.864	12.244	19.625	(2.517)	(9.898)
Impactos no resultado antes dos impostos		574.164	(1.538.427)	(1.490.901)	(1.629.345)	(1.675.492)

	31/12/2024	Análise de sensibilidade das taxas de câmbio				
		Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	6,1923	6,0700	7,5875	9,1050	4,5525	3,0350
Euro	6,4363	6,2521	7,8151	9,3782	4,6891	3,1261
GBP	7,5268	7,7620	9,7025	11,6430	5,8215	3,8810

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía exposição líquida à variação cambial de passivos denominados em ienes.

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas a seus empréstimos e utilizam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis.

A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos, com contrapartida aos investimentos em CDI, com aumentos e reduções de 25% e 50%, antes dos impostos:

Exposição taxa de juros	Provável	Cenários			
		25%	50%	(25%)	(50%)
Caixa e equivalentes de caixa	6.883.120	7.428.009	7.972.899	6.338.230	5.793.340
Títulos e valores mobiliários	1.505.149	1.612.733	1.720.320	1.397.562	1.289.977
Caixa restrito	70.762	76.708	82.653	64.816	58.870
Arrendamento e concessão parcelados	(173.652)	(214.221)	(254.790)	(133.084)	(92.515)
Passivos de arrendamento	(1.030.002)	(1.183.797)	(1.335.820)	(877.983)	(724.191)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.211.573)	(2.519.072)	(3.238.465)	(742.121)	350.501
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(19.620.497)	(21.374.512)	(22.586.330)	(18.950.875)	(17.739.057)
Outros passivos financeiros	(736.049)	(769.441)	(802.834)	(702.657)	(669.264)
Impactos no resultado antes dos impostos	(14.312.742)	(16.943.593)	(18.442.367)	(13.606.112)	(11.732.339)

Parte do valor apresentado nos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao TRS:

Exposição taxa de juros	Provável	Cenários			
		25%	50%	(25%)	(50%)
Instrumentos financeiros derivativos	(153)	(192)	(230)	(115)	(77)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada e o BACEN, conforme apresentado a seguir:

	Provável	Cenários			
		25%	50%	(25%)	(50%)
SELIC	14,40%	17,99%	21,59%	10,80%	7,20%
CDI	14,30%	17,87%	21,44%	10,72%	7,15%
TJLP462 (TJLP + 1% a.a.)	9,20%	11,25%	13,30%	7,15%	5,10%
TJLP	8,20%	10,25%	12,30%	6,15%	4,10%
IPCA	4,74%	5,93%	7,11%	3,56%	2,37%
IGPM	4,11%	5,14%	6,16%	3,08%	2,05%
<i>Fed Funds</i>	4,00%	5,00%	6,00%	3,00%	2,00%
SOFR	3,94%	4,92%	5,91%	2,95%	1,97%

iii. Risco de preço

• Opções

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, denominados opções, para limitar sua exposição às variações no valor das ações de Vale, objeto de opção de compra. A metodologia empregada, e amplamente aceita, para calcular o valor justo das opções é baseada no modelo de precificação de *Black & Scholes*. Os valores calculados na análise de sensibilidade da estrutura mencionada refletem os impactos dos valores intrínsecos das opções, conforme a valorização ou desvalorização das ações.

Instrumento	Participação	Cenários				
		Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
VALE3 (<i>Call Spread</i>)	1,34%	77.341	260.420	470.001	27.308	811

Opção de compra (“Call”)

A Companhia possui uma opção de compra que lhe confere o direito de recomprar a totalidade das ações preferenciais da Cosan Nove e da Cosan Dez, podendo ser exercida a partir do terceiro ano após a celebração dos respectivos acordos, em dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mensurou o valor justo da opção de compra e concluiu que não atingiu o preço de exercício.

Opção de venda contingente

Nos acordos de acionistas celebrados entre a Companhia e os bancos Itaú e Bradesco, referentes à emissão de ações preferenciais, foi definido que ambas as instituições financeiras possuem uma opção de venda contingente, exercível somente quando ocorrerem os efeitos materiais adversos específicos previstos em contrato. Esses efeitos estão sob o controle da Companhia e, portanto, não constituem uma obrigação financeira.

Os preços de exercício das opções são calculados com base nos valores iniciais de R\$4.115.000 e R\$4.000.000, corrigidos por uma taxa média ponderada de CDI + 1,25%, deduzidos os dividendos recebidos pelos acionistas não controladores nesse período. Em 31 de dezembro de 2024, esses valores são de R\$4.596.631 e R\$3.943.883, respectivamente.

Total Return Swap

A Companhia está exposta a riscos atrelados aos preços das ações da Cosan - ticker CSAN3. Com o objetivo de mitigar tais exposições, foram contratados derivativos de swap de retorno total de 110.995.312 ações, nos quais a Companhia recebe a variação do preço da ação e os proventos na ponta ativa e paga CDI + 1,31% na ponta passiva.

A análise de sensibilidade considera o preço de fechamento das ações, conforme demonstrado abaixo:

Instrumento	Provável	Cenários			
		25%	50%	(25%)	(50%)
Exposição líquida	(1.166)	226	453	(226)	(453)
Valor da ação (CSAN3)	8,16	10,20	12,24	6,12	4,08

b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia a expõem a potenciais inadimplências quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia permanece sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	16.903.542	14.658.481
Contas a receber de clientes	3.995.734	3.444.636
Títulos e valores mobiliários	3.386.301	3.503.961
Caixa restrito	174.303	203.252
Instrumentos financeiros derivativos	3.799.328	2.546.799
Recebíveis de partes relacionadas	399.889	340.091
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	153.548	255.777
Outros ativos financeiros	4.495	3.113
	28.817.140	24.956.110

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos, principalmente, em títulos públicos e outros investimentos bancários. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, em conformidade com a política da Companhia.

O risco de crédito de arrendamentos a receber é classificado em duas categorias: Nível 1 e Nível 2. A maioria das propriedades para investimento das controladas é arrendada a clientes classificados no Nível 1, que não possuem histórico de atrasos no pagamento ou inadimplência e apresentam uma situação financeira sólida. Para mitigar o risco de crédito relacionado aos recebíveis de arrendamentos, a política da Companhia limita ao mínimo sua exposição a clientes do Nível 2.

No caso das contas a receber relacionadas à venda de propriedades para investimento, o risco é mitigado pela concessão da posse dos terrenos ao cliente somente após o recebimento do pagamento de um sinal pela transação. Adicionalmente, o título de propriedade é transferido somente após o recebimento integral dos pagamentos em aberto.

Os investimentos de fundos excedentes são realizados apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada uma. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, conseqüentemente, mitigar a perda financeira decorrente da falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
AAA	22.706.407	20.475.536
AA	803.935	172.871
A	571.942	124.932
Not rated	181.190	139.154
	24.263.474	20.912.493

c) Risco de liquidez

A abordagem da Companhia para administrar a liquidez consiste em assegurar, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir seus passivos nos respectivos vencimentos, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou comprometer a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia, classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados), são os seguintes:

	31/12/2024				31/12/2023	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.040.150)	(2.788.533)	(23.755.704)	(35.985.958)	(64.570.345)	(67.935.471)
Fornecedores	(5.168.593)	(5.502.220)	—	—	(10.670.813)	(4.184.525)
Outros passivos financeiros	(770.103)	—	—	—	(770.103)	(476.895)
Parcelamento de débitos tributários	(238.151)	(531)	—	(216.203)	(454.885)	(217.267)
Passivos de arrendamento	(774.671)	(861.654)	(1.391.789)	(17.920.222)	(20.948.336)	(20.874.841)
Arrendamento e concessão parcelados	(274.703)	(271.839)	(533.640)	(200.926)	(1.281.108)	(1.137.295)
Pagáveis a partes relacionadas	(416.410)	—	—	—	(416.410)	(322.160)
Dividendos a pagar	(96.722)	—	—	—	(96.722)	(549.054)
Contraprestação a pagar	(10.837)	(10.837)	(21.673)	(142.275)	(185.622)	(153.595)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.548.753)	(2.377.825)	3.533.512	7.921.505	6.528.439	(4.917.895)
	(12.339.093)	(11.813.439)	(22.169.294)	(46.544.079)	(92.865.905)	(100.768.998)

d) Risco de gestão de capital

A Companhia administra a estrutura de capital, ajustando-a de acordo com as mudanças nas condições econômicas e os requerimentos dos *covenants* financeiros. Para manter ou ajustar essa estrutura, a Companhia pode modificar o pagamento de dividendos aos acionistas, reduzir o capital social ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital, principalmente, por meio dos índices de cobertura de serviço da dívida, bem como da alavancagem, calculada como a relação entre a dívida líquida sobre EBITDA.

A política da Companhia é manter uma base de capital sólida para promover a confiança de suas controladoras, credores e do mercado, e assegurar o desenvolvimento futuro do negócio.

Para atingir esse objetivo geral, a gestão de capital do Grupo busca, entre outros aspectos, assegurar o cumprimento dos compromissos financeiros associados aos empréstimos e financiamentos que definem os requisitos de estrutura de capital.

6. OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem, principalmente: (i) efeitos fiscais reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) valores a receber de impostos, os quais se espera que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	3.699	3.699	551.156	487.160
PIS	1	—	114.956	110.904
Créditos tributários	35.177	33.639	35.177	33.639
ICMS	—	—	1.105.839	924.180
ICMS CIAP	—	—	289.615	189.813
Outros	1.664	4.647	123.946	132.863
	40.541	41.985	2.220.689	1.878.559
Circulante	5.364	8.346	886.136	745.856
Não circulante	35.177	33.639	1.334.553	1.132.703
Total	40.541	41.985	2.220.689	1.878.559

7. ESTOQUES

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (entendido como o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda). O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende materiais diretos, a mão-de-obra direta e uma proporção adequada das despesas gerais variáveis e fixas, sendo estas últimas alocadas com base na capacidade operacional normal. Os custos são atribuídos a itens individuais do estoque, utilizando-se o método do custo médio ponderado.

A provisão para estoques obsoletos é constituída para cobrir os riscos associados à realização e à venda de estoques devido à obsolescência, e é mensurada pelo menor valor entre o valor realizável líquido e o custo.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Produtos acabados	1.664.235	1.254.818
Peças e acessórios	207.794	178.260
Materiais para construção	193.450	316.370
Almoxarifado e outros	7.426	43.266
	2.072.905	1.792.714

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 38.449 em 31 de dezembro 2024 (R\$ 78.709 em 31 de dezembro de 2023).

8. ATIVOS E PASSIVOS MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Política contábil:

A Companhia classifica os ativos não circulantes e os grupos para alienação como mantidos para venda quando seus valores contábeis são recuperados, principalmente, por meio de uma transação de venda, e não por seu uso contínuo. Os ativos não circulantes e os grupos para alienação classificados como mantidos para venda (exceto propriedades para investimento mensuradas ao valor justo) são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos os custos de venda. Os custos de venda correspondem aos custos incrementais diretamente atribuíveis à alienação de um ativo (ou grupo de alienação), excluindo despesas financeiras e despesas de imposto de renda.

O critério para classificação como mantidos para venda é considerado satisfeito somente quando a venda for altamente provável e o ativo ou grupo para alienação estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. As ações necessárias para concluir a venda devem indicar que é improvável que ocorram mudanças significativas na venda ou que a decisão de venda seja revogada. Para que um ativo seja classificado como disponível para venda, a administração deve estar comprometida com o plano de venda.

Os ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente no balanço patrimonial.

a) Composição e movimentação dos ativos mantidos para venda:

• Movimento de ativos mantidos para venda

	Controladora		Total
	Recebíveis de partes relacionadas	Investimentos em controladas e coligadas	
Saldo em 1º de janeiro de 2023	—	—	—
Adições	2.998	—	2.998
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.998	—	2.998
Adições	3.138	—	3.138
Baixas	(5.172)	—	(5.172)
Transferências ⁽ⁱ⁾	—	795.247	795.247
Saldo em 31 de dezembro de 2024	964	795.247	796.211

	Consolidado		Total
	Propriedades mantidas para venda	Outros ativos mantidos para venda	
Saldo em 1º de janeiro de 2023	40.383	—	40.383
Adições	—	1.795.773	1.795.773
Transferências	444.782	—	444.782
Venda de propriedades agrícolas destinadas a venda	(142.773)	—	(142.773)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	342.392	1.795.773	2.138.165
Adições ⁽ⁱⁱ⁾	280	60.792	61.072
Transferências ⁽ⁱⁱⁱ⁾	437.080	745	437.825
Venda de propriedades agrícolas destinadas a venda	(746.774)	—	(746.774)
Venda de investimento ^(iv)	—	(911.500)	(911.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	32.978	945.810	978.788

- (i) Em 26 de setembro de 2024, a Companhia aprovou e concluiu a dissolução da controlada Atlântico Participações S.A.. Todos os ativos, direitos e obrigações dessa controlada foram transferidos para a Companhia, conforme detalhado na Nota 9.1.
- (ii) Conforme mencionado na Nota 2.1, o saldo de R\$60.792, correspondente ao investimento na coligada Terminal XXXIX de Santos S.A., foi classificado como ativo mantido para venda.
- (iii) Foram realizadas transferências no montante de R\$437.080, provenientes do grupo de propriedades para investimento, conforme detalhado na Nota 11.5.
- (iv) A Compass alienou integralmente sua participação de 51% na Norgás, conforme detalhado na Nota 2.1.

b) Composição de ativos mantidos para venda

	Consolidado			Total
	TUP Porto São Luis S.A	Radar	Rumo	
Caixa e equivalentes de caixa	48.231	—	—	48.231
Outros tributos a recuperar	3.030	—	—	3.030
Investimentos em controladas e coligadas	—	—	60.792	60.792
Imobilizado	395.757	—	—	395.757
Intangível	437.965	—	—	437.965
Outros ativos	35	—	—	35
Propriedades mantidas para venda	—	32.978	—	32.978
Total	885.018	32.978	60.792	978.788

c) Composição de passivos mantidos para venda:

	Consolidado
	TUP Porto São Luis S.A
Fornecedores	17.248
Ordenados e salários a pagar	1.828
Outras contas a pagar	456
Imposto de renda e contribuição social diferidos	66.606
Total	86.138

d) Resultado de operação descontinuada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Equivalência patrimonial	185.087	15.654	273.875	45.419
Acionistas controladores	185.087	15.654	185.087	15.654
Acionistas não controladores	—	—	88.788	29.765

O resultado de operação descontinuada consolidado em 31 de dezembro de 2024 é composto por dividendos recebidos da coligada Norgás no valor de R\$31.925 e ao ganho na alienação no montante de R\$241.940 correspondente a diferença entre o valor de venda de R\$629.155 e seu valor de custo de R\$387.215.

9. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS E COLIGADAS

9.1. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

Política contábil:

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio do exercício de seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que o controle é descontinuado.

A Companhia avalia se mantém o controle sobre uma investida caso fatos e circunstâncias indiquem que ocorreram alterações em um ou mais dos três elementos de controle mencionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela detém o controle sobre a investida quando os direitos de voto são suficientes para lhe permitir, na prática, dirigir unilateralmente as atividades relevantes da investida. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir controle, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- Direitos de voto potenciais detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de dirigir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo a votação em assembleias.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas, despesas e fluxos de caixa intragrupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As alterações nas participações em controladas que não resultam na perda do controle são contabilizadas como transações de capital. O valor contábil das participações da Companhia e das participações de não controladores é ajustado para refletir as alterações em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor pelo qual as participações de não controladores são ajustadas e o valor justo da contraprestação paga ou recebida é reconhecida diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação reconhecido no resultado é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo da contraprestação recebida e o valor justo de qualquer participação retida na ex-controlada e (ii) o valor contábil anterior dos ativos (incluindo o ágio) e passivos da controlada e a participação de não controladores. Quaisquer valores previamente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” relacionados à controlada são tratados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos e passivos relacionados da controlada (ou seja, são reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido). O valor justo de qualquer investimento mantido na ex-controlada na data em que o controle é perdido é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para fins de contabilização subsequente, quando aplicável, ou como o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou *joint venture*.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras das controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

As controladas da Companhia estão listadas abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Participação direta e indireta em controladas, excluindo ações em tesouraria		
Corporativo		
Cosan Corretora de Seguros Ltda	100,00%	100,00%
Cosan Nove Participações S.A.	73,09%	73,09%
Cosan Luxembourg S.A. ⁽ⁱ⁾	100,00%	100,00%
Cosan Overseas Limited	100,00%	100,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	98,13%	97,50%
Barrapar Participações Ltda.	100,00%	100,00%
Aldwych Temple	100,00%	100,00%
Cosan Oito S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Global Limited	100,00%	100,00%
Cosan Dez Participações S.A.	76,80%	76,80%
Radar		
Radar Propriedades Agrícolas S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas ⁽ⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Terras da Ponta Alta S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Manacá Propriedades Agrícolas S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Paineira Propriedades Agrícolas S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Tellus Brasil Participações S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	20,00%	20,00%
Janus Brasil Participações S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	20,00%	20,00%
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	20,00%	20,00%
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	20,00%	20,00%
Moove		
Moove Lubricants Holdings	70,00%	70,00%
Rumo		
Rumo S.A. ^(iv)	30,40%	30,42%

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um passivo a descoberto de R\$39.310, conforme demonstrado a seguir. No entanto, não foram identificados outros eventos ou condições que, individualmente ou em conjunto, possam levantar dúvidas significativas sobre a capacidade de manutenção de sua continuidade operacional. As controladas contam com o apoio financeiro da Companhia.
- (ii) A Companhia é acionista majoritária, detendo 50% do capital social mais uma ação.
- (iii) A Companhia detém mais de 60% das ações com direito a voto de cada entidade, tem poder de decisão sobre as atividades relevantes de cada entidade e tem o direito de nomear a maioria dos membros do conselho de administração de cada entidade, nos termos a um acordo celebrado com outros acionistas destas entidades.
- (iv) A Companhia é a maior acionista. Adicionalmente, a Companhia tem poder de decisão sobre as atividades relevantes dessa entidade e tem o direito de nomear a maioria dos membros do conselho de administração, conforme o acordo de acionistas celebrado com outros acionistas da entidade.

A seguir, são apresentados os investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2024, que são relevantes para a Companhia:

a) Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%)
Corporativo				
Cosan Corretora de Seguros Ltda	5.000	4.999	100,00%	100,00%
Cosan Nove Participações S.A. ⁽ⁱ⁾	7.663.761.736	5.601.178.096	73,09%	66,16%
Cosan Luxembourg S.A.	500.010	500.010	100,00%	100,00%
Cosan Overseas Limited	4.850.000	4.850.000	100,00%	100,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	41.481.296	41.481.046	100,00%	100,00%
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda	160.000	157.000	98,13%	98,13%
Cosan Oito S.A.	14.646.505.000	14.646.504.999	100,00%	100,00%
Cosan Global Limited	300	300	100,00%	100,00%
Cosan Dez Participações S.A. ⁽ⁱ⁾	3.473.458.688	2.667.494.859	76,80%	72,00%
Radar				
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	737.500	305.694	41,45%	41,45%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	81.440.221	40.720.111	50,00%	50,00%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	160.693.378	66.607.405	41,45%	41,45%
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	30.603.159	12.685.010	41,45%	41,45%
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	32.336.994	13.403.684	41,45%	41,45%
Terras da Ponte Alta S.A.	16.066.329	6.659.494	41,45%	41,45%
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	83.850.938	34.756.214	41,45%	41,45%
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	128.977.921	53.461.349	41,45%	41,45%
Paineira Propriedade Agrícolas S.A.	132.667.061	54.990.497	41,45%	41,45%
Tellus Brasil Participações S.A.	119.063.044	71.609.945	61,14%	19,57%
Janus Brasil Participações S.A.	286.370.051	173.464.883	60,57%	19,57%
Duquetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	3.573.842	2.163.979	60,55%	19,57%
Gamioapar Empreendimentos e Participações S.A.	12.912.970	7.819.194	60,55%	19,57%
Moove				
Moove Lubricants Holdings	34.963.764	24.474.635	70,00%	70,00%
Rumo				
Rumo S.A.	1.854.868.949	562.529.490	30,40%	30,40%

(i) A participação relacionada ao benefício econômico se diferencia da participação societária exclusivamente em relação à distribuição de dividendos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Rumo	Saldo em 1º de janeiro de 2024	Resultado de equivalência patrimonial	Operação descontinuada	Mudança de participação em controladas	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento (redução) de capital ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Ganho (perda) com aumento de capital em controlada	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Dividendos a receber ⁽ⁱ⁾
Rumo S.A.	4.766.466	(291.668)	—	(3.482)	1.096	—	—	—	5.232	4.477.644	—
Corporativo											
Cosan Corretora de Seguros Ltda	1.257	2.076	—	—	—	—	—	—	—	3.333	—
Cosan Nove Participações S.A.	7.810.778	(713.895)	—	—	70.053	(127.080)	92.879	—	20.574	7.153.309	—
Cosan Dez Participações S.A.	5.179.164	1.094.942	185.087	—	(113.713)	(1.667.187)	(1.397.714)	85.669	—	3.366.248	11.717
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	1.452	(1.703)	—	—	—	—	—	—	—	(251)	—
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda	278	(60)	—	—	—	—	—	—	—	218	—
Cosan Oito S.A.	10.376.283	(3.630.024)	—	—	128.299	(546.000)	3.340.000	—	(67.299)	9.601.259	—
Atlântico Participações S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	902.421	(84)	—	—	—	—	—	—	(902.337)	—	—
Cosan Global	119.355	10.409	—	—	—	—	—	—	—	129.764	—
Outros	25.112	2.705	—	—	3.596	—	—	—	—	31.413	—
Radar											
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.153.530	113.818	—	—	—	(25.518)	(584)	—	—	1.241.246	—
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	215.346	67.872	—	—	—	(16.968)	—	—	—	266.250	—
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	441.821	21.574	—	—	—	(7.988)	—	—	—	455.407	—
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	27.948	8.239	—	—	—	(245)	—	—	—	35.942	1.958
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	220.184	12.140	—	—	—	(3.035)	—	—	—	229.289	134
Terras da Ponte Alta S.A.	92.122	(4.238)	—	—	—	10.237	—	—	—	98.121	—
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	210.735	24.339	—	—	—	(3.235)	—	—	—	231.839	—
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	209.644	23.397	—	—	—	(6.503)	—	—	—	226.538	—
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	331.453	(4.050)	—	—	—	(2.183)	—	—	—	325.220	—
Tellus Brasil Participações S.A.	774.837	88.508	—	—	—	(77.864)	(18.385)	—	—	767.096	5
Janus Brasil Participações S.A.	1.122.692	126.164	—	—	—	(50.493)	—	—	—	1.198.363	2
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	17.721	1.946	—	—	—	(14.715)	(4.217)	—	—	735	—
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	114.336	31.710	—	—	—	(2.349)	—	—	—	143.697	1
Moove											
Moove Lubricants Holdings	1.626.216	275.821	—	—	60.733	(630.000)	—	—	(7.214)	1.325.556	368
Outros	627	38	—	—	(205)	—	—	—	—	460	—
Total investimento em controladas	35.741.778	(2.740.024)	185.087	(3.482)	149.859	(3.171.126)	2.011.979	85.669	(951.044)	31.308.696	14.185
Corporativo											
Cosan Luxembourg S.A.	(146.276)	(220.644)	—	—	—	—	103.198	—	—	(263.722)	—
Total investimento passivo descoberto	(146.276)	(220.644)	—	—	—	—	103.198	—	—	(263.722)	—
Total	35.595.502	(2.960.668)	185.087	(3.482)	149.859	(3.171.126)	2.115.177	85.669	(951.044)	31.044.974	14.185

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

- (i) Dividendos a receber pela Cosan S.A. de suas controladas.
- (ii) Dissolução da controlada Atlântico Participações S.A., conforme detalhado na Nota 8.
- (iii) O saldo líquido de aumento ou redução de capital, no valor de R\$2.115.177, é composto pela redução de capital da controlada Cosan Dez, no valor de R\$1.013.714, e pelo aumento de capital na controlada Cosan Nove, no valor de R\$92.879. Ambas as operações não tiveram efeito caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 1º de janeiro de 2023	Resultado de equivalência patrimonial	Operação descontinuada	Mudança de participação em controlada	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento (redução) de capital	Ganho (perda) com aumento de capital em controlada	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Dividendos a receber
Rumo											
Rumo S.A.	4.613.248	218.623	—	6.323	(391)	(51.986)	3.984	—	(23.335)	4.766.466	51.986
Corporativo											
Cosan Corretora de Seguros Ltda	244	1.013	—	—	—	—	—	—	—	1.257	—
Cosan Nove Participações S.A.	7.153.764	661.434	—	—	(39.996)	(88.496)	121.621	(32.732)	35.183	7.810.778	—
Cosan Dez Participações S.A.	4.311.213	825.074	15.654	—	1.502	33.456	5	—	(7.740)	5.179.164	11.717
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	1.486	(34)	—	—	—	—	—	—	—	1.452	—
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda	346	(68)	—	—	—	—	—	—	—	278	—
Outros	73.565	(45.030)	—	—	(1.055)	—	—	—	(2.368)	25.112	—
Cosan Oito S.A.	8.258.622	(346.359)	—	—	11.230	(246.384)	2.716.500	—	(17.326)	10.376.283	—
Atlântico Participações S.A.	911.342	(8.921)	—	—	—	—	—	—	—	902.421	190
Cosan Global	128.868	(9.513)	—	—	—	—	—	—	—	119.355	—
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	20.155	(2.661)	—	—	—	—	—	12.622	(30.116)	—	—
Radar											
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	943.255	174.346	—	—	—	37.831	(1.902)	—	—	1.153.530	8.199
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	222.967	4.331	—	—	—	(4.677)	(7.275)	—	—	215.346	—
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	390.615	35.196	—	—	—	16.010	—	—	—	441.821	1.960
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	31.504	(3.141)	—	—	—	(415)	—	—	—	27.948	1.712
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	192.332	12.971	—	—	—	14.881	—	—	—	220.184	—
Terras da Ponte Alta S.A.	81.292	14.440	—	—	—	(3.610)	—	—	—	92.122	11.072
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	169.216	40.115	—	—	—	1.404	—	—	—	210.735	4.433
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	170.613	40.163	—	—	—	19	(1.151)	—	—	209.644	2.694
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	251.370	52.944	—	—	—	27.139	—	—	—	331.453	4.863
Tellus Brasil Participações S.A.	634.068	138.418	—	—	—	(9.970)	(4.526)	—	16.847	774.837	—
Janus Brasil Participações S.A.	884.053	227.451	—	—	—	(18.407)	—	—	29.595	1.122.692	—
Duquetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	18.740	6.441	—	—	—	(7.458)	—	—	(2)	17.721	—
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	122.561	4.731	—	—	—	(11.654)	(1.231)	—	(71)	114.336	—
Moove											
Moove Lubricants Holdings	1.644.170	193.618	—	—	(183.732)	(35.808)	—	—	7.968	1.626.216	368
Outros	762	290	—	—	(57)	(368)	—	—	—	627	—
Total investimento em controladas	31.230.371	2.235.872	15.654	6.323	(212.499)	(348.493)	2.826.025	(20.110)	8.635	35.741.778	99.194
Corporativo											
Cosan Luxembourg S.A.	(146.473)	197	—	—	—	—	—	—	—	(146.276)	—
Total investimento passivo descoberto	(146.473)	197	—	—	—	—	—	—	—	(146.276)	—
Total	31.083.898	2.236.069	15.654	6.323	(212.499)	(348.493)	2.826.025	(20.110)	8.635	35.595.502	99.194

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras de controladas:

	Saldo em 31 de dezembro de 2024				Saldo em 31 de dezembro de 2023			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Resultado do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Resultado do exercício
Rumo								
Rumo S.A.	50.593.026	(35.657.871)	14.935.155	(949.241)	49.238.439	(33.367.447)	15.870.992	721.915
Corporativo								
Cosan Corretora de Seguros Ltda	3.340	(6)	3.334	2.077	1.475	(218)	1.257	1.013
Cosan Nove Participações S.A.	9.357.768	(40.018)	9.317.750	(1.079.044)	10.378.188	(393)	10.377.795	999.748
Cosan Dez Participações S.A.	34.288.919	(27.301.766)	6.987.153	1.899.890	29.394.361	(19.707.828)	9.686.533	1.804.326
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	493	(744)	(251)	(1.703)	2.013	(561)	1.452	(33)
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda	270	(46)	224	(63)	287	—	287	(69)
Cosan Luxembourg S.A.	13.936.969	(14.200.691)	(263.722)	(220.644)	8.141.418	(8.287.693)	(146.275)	198
Cosan Oito S.A.	9.601.314	(49)	9.601.265	(3.630.024)	17.148.403	(6.772.114)	10.376.289	(346.359)
Atlântico Participações S.A.	—	—	—	—	992.412	(89.991)	902.421	(8.921)
Cosan Global	129.764	—	129.764	10.409	119.355	—	119.355	(9.513)
Radar								
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	2.538.744	(77.782)	2.460.962	216.787	2.378.123	(91.077)	2.287.046	332.222
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	672.546	(30.208)	642.338	163.743	549.223	(29.692)	519.531	10.448
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	1.135.683	(36.994)	1.098.689	52.048	1.108.509	(42.596)	1.065.913	84.912
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	101.749	(15.034)	86.715	19.878	78.808	(11.380)	67.428	(7.577)
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	586.164	(32.993)	553.171	29.287	563.096	(31.890)	531.206	31.292
Terras da Ponte Alta S.A.	248.938	(12.213)	236.725	(10.224)	259.687	(37.436)	222.251	34.838
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	578.372	(19.051)	559.321	58.717	537.119	(28.711)	508.408	96.780
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	565.305	(18.776)	546.529	56.445	530.358	(24.585)	505.773	96.894
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	811.527	(26.920)	784.607	(9.772)	840.064	(40.418)	799.646	127.731
Tellus Brasil Participações Ltda	4.103.826	(184.744)	3.919.082	452.174	4.129.945	(171.300)	3.958.645	707.176
Janus Brasil Participações S.A.	6.394.239	(271.665)	6.122.574	644.711	6.017.992	(282.158)	5.735.834	1.162.047
Duquetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	97.542	(7.008)	90.534	32.906	97.542	(7.008)	90.534	32.906
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	617.029	(32.890)	584.139	24.170	617.029	(32.890)	584.139	24.170
Moove								
Moove Lubricants Holdings	9.301.161	(7.410.359)	1.890.802	394.122	7.969.260	(5.649.161)	2.320.099	276.938

A seguir estão os investimentos em coligadas em 31 de dezembro de 2024, que são relevantes para a Companhia

b) Consolidado

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária
Rumo			
Rhall Terminais Ltda	28.580	8.574	30,00%
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	500.000	99.250	19,85%
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	500.000	50.000	10,00%
CLI Sul S.A.	543.750.625	108.750.125	20,00%
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	60.005.000	30.002.500	50,00%
Compass			
CEG Rio S.A.	1.995.022.625	746.251.086	37,41%
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	61.610.000	30.188.900	49,00%
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	10.749.497	4.407.293	41,00%
Corporativo			
Vale S.A. ⁽ⁱ⁾	4.539.007.580	177.342.515	4,15%

- (i) Em abril de 2024, a Cosan alienou 33.524.185 ações da Vale, reduzindo sua participação em 0,78%. O percentual de 4,15% corresponde à participação da Cosan na Vale, excluindo as ações em tesouraria, para fins de cálculo da equivalência patrimonial e do recebimento de dividendos

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 1º de janeiro de 2024	Resultado de equivalência patrimonial	Perda por redução ao valor recuperável em coligada	Dividendos declarados	Reclassificação para ativos mantidos para venda	Baixa referente venda de participação	Combinação de negócios (ii)	Aumento de capital / AFAC	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Dividendos a receber (i)
Rumo											
Rhall Terminais Ltda	6.170	2.335	—	(1.208)	—	—	—	—	—	7.297	—
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	6.018	(1.721)	—	—	—	—	—	—	—	4.297	—
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	15.960	7.463	—	(7.000)	—	—	—	—	—	16.423	—
CLI Sul S.A.	217.738	17.953	—	(12.900)	—	—	—	—	—	222.791	—
Terminal XXXIX S.A.	66.415	14.247	—	(19.870)	(60.792)	—	—	—	—	—	—
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	—	78	—	(20)	—	—	—	30.000	—	30.058	17
Compass											
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	403.532	27.656	—	(18.209)	—	—	(413.271)	—	292	—	—
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	640.332	46.179	—	(32.824)	—	—	—	—	—	653.687	5.495
CEG Rio S.A.	288.386	66.796	—	(18.390)	—	—	—	—	—	336.792	16.426
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	297.874	13.856	—	(24.254)	—	—	—	—	—	287.476	—
Norgás S.A.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7.425
Corporativo											
Vale S.A.	15.662.485	1.524.327	(4.672.396)	(1.041.100)	—	(2.462.833)	—	—	101.653	9.112.136	78.509
Outros	6.459	(138)	—	—	—	—	—	—	1.288	7.609	—
	17.611.369	1.719.031	(4.672.396)	(1.175.775)	(60.792)	(2.462.833)	(413.271)	30.000	103.233	10.678.566	107.872

- (i) Dividendos a receber pelas controladoras das companhias listadas no quadro, as quais são consolidadas na Cosan S.A.
- (ii) Conforme divulgado na Nota Explicativa 9.2, a controlada Compass adquiriu 51% do capital social e o controle da Compagas, que, conseqüentemente, deixou de ser considerada uma coligada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 1º de janeiro de 2023	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada	Dividendos declarados	Redução de capital	Reclassificação para mantidos para venda	Reclassificação de ativo financeiro	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Dividendos a receber ⁽ⁱ⁾
Rumo										
Rhall Terminais Ltda	5.654	1.716	—	(1.200)	—	—	—	—	6.170	—
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	8.464	(2.446)	—	—	—	—	—	—	6.018	—
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	17.468	8.826	—	(10.334)	—	—	—	—	15.960	—
Elevações Portuárias S.A.	296.746	38.992	—	(18.960)	(99.040)	—	—	—	217.738	—
Terminal XXXIX S.A.	53.136	28.247	—	(14.968)	—	—	—	—	66.415	—
Compass										
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	424.837	36.300	—	(57.956)	—	—	—	351	403.532	5.636
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	415.301	—	5.921	(19.238)	—	(401.984)	—	—	—	—
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	627.829	37.028	—	(24.525)	—	—	—	—	640.332	6.957
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	69.430	—	3.230	(5.466)	—	(67.194)	—	—	—	—
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	184.537	—	11.573	(13.676)	—	(183.880)	—	1.446	—	—
CEG Rio S.A.	274.480	84.822	—	(70.916)	—	—	—	—	288.386	20.708
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	291.543	20.828	—	(14.497)	—	—	—	—	297.874	2.496
Companhia Potiguar de Gás - Potigás	168.887	—	14.371	(13.118)	—	(170.140)	—	—	—	—
Gás de Alagoas S.A. - Algás	68.448	—	10.324	(8.492)	—	(69.656)	—	(624)	—	—
Corporativo										
Vale S.A.	—	96.075	—	—	—	—	16.274.081	(707.671)	15.662.485	—
Outros	7.183	11	—	—	—	—	—	(735)	6.459	39
	2.913.943	350.399	45.419	(273.346)	(99.040)	(892.854)	16.274.081	(707.233)	17.611.369	35.836

- (i) Dividendos a receber pelas companhias das controladas listadas no quadro, as quais são consolidadas na Cosan S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras das coligadas:

	Saldo em 31 de dezembro de 2024				Saldo em 31 de dezembro de 2023			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Resultado do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Resultado do exercício
Rumo								
Rhall Terminais Ltda.	26.500	(10.150)	16.350	7.987	33.060	(12.491)	20.569	5.983
Elevações Portuárias S.A.	2.183.550	(1.390.465)	793.085	66.042	1.251.643	(444.748)	806.895	194.954
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	280.950	(259.472)	21.478	(13.329)	298.815	(268.730)	30.085	4.721
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	233.962	(69.789)	164.173	68.477	242.779	(73.216)	169.563	88.867
Terminal XXXIX S.A.	—	—	—	—	481.569	(326.731)	154.838	53.986
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	61.002	(1.032)	59.970	146	—	—	—	—
Compass								
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	—	—	—	—	1.208.959	(685.288)	523.671	96.866
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	1.127.032	(328.564)	798.468	162.847	1.118.237	(399.252)	718.985	153.217
CEG Rio S.A.	1.695.573	(953.322)	742.251	184.905	1.944.385	(1.326.484)	617.901	233.099
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	378.691	(197.859)	180.832	37.640	390.976	(193.298)	197.678	56.649
Corporativo								
Vale S.A.	455.316.000	(248.544.000)	206.772.000	31.592.000	423.626.000	(232.661.000)	190.965.000	39.940.000

9.2. AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS

Política contábil:

As combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida na aquisição é mensurada pelo valor justo, calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia na data da aquisição, dos passivos incorridos pela Companhia em relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos configura um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo nessa data, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados, que são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12/CPC 32 e IAS 19/CPC 33;
- Planos de pagamento baseados em ações detidos pelos funcionários da adquirida que precisam ser substituídos (substituição de planos). Todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pela Companhia é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação; e
- Ativos classificados como mantidos para venda, conforme a IFRS 5/CPC 31, que são mensurados conforme essa norma.

Na mensuração dos valores justos, são utilizadas técnicas de avaliação que consideram preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros.

Inicialmente, o ágio é mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos). Se a contraprestação for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deve ser reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Para fins de teste de *impairment*, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Quando a contraprestação transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contraprestação transferida na combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com ajustes correspondentes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" (que não pode ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contraprestação contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contraprestação contingente. A contraprestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurada nas datas de divulgação subsequentes, e sua liquidação é contabilizada no patrimônio líquido.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada ao seu valor justo na data de aquisição, e o ganho ou a perda correspondente, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na entidade adquirida antes da data de aquisição, anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes", são reclassificados para o resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação tivesse sido alienada.

Por se tratar de uma mensuração de valor justo, caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e as circunstâncias que existiam na data de aquisição, indiquem ajustes nos valores mencionados anteriormente ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revisada. A expectativa da Administração é que apenas as mensurações dos ativos intangíveis possam ter algum impacto nessa avaliação.

Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre:

- o valor que seria reconhecido de acordo com a IAS 37 (CPC 25); e
- o valor inicialmente reconhecido, deduzido da amortização acumulada da receita reconhecida de acordo com a IFRS 15 (CPC 47)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS

Em 16 de setembro de 2024, a controlada indireta Compass Dois, concluiu a aquisição de 51% da Compagas pelo montante de R\$962.125. Com essa aquisição, a Compass passou a deter uma participação indireta total de 63,5% na Compagas. Desse montante, R\$384.394 foram pagos até a data da conclusão da transação, enquanto R\$577.731 (R\$595.567 atualizado monetariamente pela Selic de 31 de dezembro de 2024) correspondem às parcelas remanescentes, que serão pagas até setembro de 2026 e estão registradas na rubrica de “Outros passivos financeiros”. O saldo devedor é atualizado pela taxa SELIC, totalizando R\$17.835 em 31 de dezembro de 2024.

A aquisição está alinhada à estratégia da Compass de focar em ativos irreplicáveis do setor de gás natural.

A Compagas, com sede em Curitiba, capital do Paraná, opera com exclusividade o serviço de distribuição de gás natural canalizado para esse estado, por meio de um contrato de concessão com vigência até julho de 2054.

Na avaliação preliminar realizada pela Compass, o preço de aquisição foi alocado, majoritariamente, ao direito de concessão e será amortizado durante o prazo de vigência do contrato de concessão. Adicionalmente, foi realizada uma alocação de passivo contingente, conforme detalhado na Nota Explicativa 16.

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos está demonstrado a seguir. O valor da participação de não controladores é mensurado pela sua participação proporcional no valor justo dos ativos e passivos adquiridos.

Contraprestação transferida

Transferência de caixa - na data da assinatura do contrato	47.270
Transferência de caixa - na data do <i>closing</i>	337.124
Parcelas remanescentes	577.731
Contraprestação transferida	962.125

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Caixa e equivalentes de caixa	53.801
Contas a receber de clientes	106.431
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	25.869
Outros tributos a recuperar	53.317
Outros ativos	81.269
Ativos de contrato	56.627
Intangível	2.905.516
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(285.033)
Fornecedores	(77.273)
Imposto de renda e contribuição social correntes a pagar	(21.258)
Outros tributos a pagar	(32.066)
Outras contas a pagar	(138.952)
Provisão para demandas judiciais	(98.126)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(743.602)
Participação de acionistas não controladores	(924.395)
Ativos líquidos adquiridos	962.125
Caixa recebido	(53.801)
Contraprestação transferida, líquida do caixa	908.324

A demonstração do resultado consolidada inclui, desde a data da aquisição, a receita operacional líquida e o resultado líquido do exercício, nos montantes de R\$314.288 e R\$22.746, respectivamente, gerados pela Compagas. Caso a Compagas tivesse sido consolidada desde 1º de janeiro de 2024, a demonstração do resultado consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 teria apresentado um acréscimo de receita operacional líquida e resultado líquido do exercício nos montantes de R\$651.206 e R\$26.448, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

9.3. PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

Política contábil:

As participações de não controladores em controladas são apresentadas separadamente da participação da Controladora no patrimônio líquido consolidado. As participações de não controladores que representam participações acionárias e que conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos da entidade em caso de liquidação pode ser mensuradas, inicialmente, pelo valor justo ou com base na parcela proporcional dos ativos líquidos identificáveis da entidade adquirida atribuível às participações de não controladores. A escolha do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações de não controladores são mensurados, inicialmente, pelo valor justo. Após a aquisição, o valor contábil das participações de não controladores é determinado pelo valor dessas participações no reconhecimento inicial, ajustado pela parcela das variações subsequentes no patrimônio líquido da controlada atribuível às participações de não controladores.

O resultado e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores, mesmo que isso resulte em saldo negativo para as participações de não controladores.

A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada controlada que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada controlada são antes das eliminações entre as empresas.

	<u>Número de ações da investida</u>	<u>Ações dos não controladores</u>	<u>Participação de não controladores</u>
Radar			
Tellus Brasil Participações S.A.	119.063.044	95.250.435	80,00%
Janus Brasil Participações S.A.	286.370.051	229.096.041	80,00%
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	3.573.842	2.859.074	80,00%
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	12.912.970	10.330.376	80,00%
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	737.500	368.750	50,00%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	160.693.378	80.346.689	50,00%
Terras da Ponte Alta S.A.	16.066.329	8.033.165	50,00%
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	32.336.994	16.168.497	50,00%
Nova Amaralina S.A.	30.603.159	15.301.580	50,00%
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	132.667.061	66.333.531	50,00%
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	128.977.921	64.488.961	50,00%
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	83.850.938	41.925.469	50,00%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	81.440.221	40.720.111	50,00%
Rumo			
Rumo S.A.	1.854.868.949	1.287.383.261	69,60%
Moove			
Moove Lubricants Holdings	34.963.764	10.489.129	30,00%
Corporativo			
Cosan Nove Participações S.A.	7.663.761.736	2.062.583.640	26,91%
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	160.000	3.000	1,88%
Cosan Dez Participações S.A.	3.473.458.688	805.963.829	23,20%

A tabela a seguir apresenta um resumo das informações referentes a cada uma das controladas da Companhia que possuem participações de não controladoras relevantes, antes de quaisquer eliminações intragrupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 1º de janeiro de 2024	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento (redução) de capital	Alienação de ativos mantido para venda	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Compass									
Comgás	32.145	14.726	—	—	—	(20.680)	—	446	26.637
Commit Gás S.A.	1.562.500	138.356	—	—	—	(456.045)	112.401	235	1.357.447
Norgás S.A.	372.030	—	—	(372.030)	—	—	—	—	—
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS	—	1.569	—	—	—	(3.446)	462.197	188	460.508
Biometano Verde Paulínia S.A.	237.981	1.228	—	—	—	(970)	—	—	238.239
Compass Gás e Energia	790.672	235.988	(179.999)	—	(19.254)	(269.808)	—	344	557.943
Rumo									
Rumo S.A.	11.104.589	(657.631)	—	—	904	(6.676)	—	16.266	10.457.452
Moove									
Moove Lubricants Holdings	695.848	118.209	—	—	26.028	(270.000)	—	(3.094)	566.991
Corporativo									
Cosan Limited Partners Brasil	7	(2)	—	—	—	—	—	—	5
Cosan Nove Participações S.A.	2.567.019	(365.149)	34.202	—	25.796	(105.000)	—	7.577	2.164.445
Cosan Dez Participações S.A.	1.512.041	501.890	(396.395)	—	(34.229)	(603.022)	—	(152)	980.133
Radar									
Janus Brasil Participações S.A.	4.743.201	513.119	—	—	—	(205.270)	—	—	5.051.050
Tellus Brasil Participações S.A.	3.156.328	359.813	(74.741)	—	—	(316.542)	—	—	3.124.858
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	472.244	128.911	—	—	—	(9.549)	—	—	591.606
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	66.715	7.911	(17.143)	—	—	(59.821)	—	—	(2.338)
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.089.154	113.818	(584)	—	—	(25.518)	—	—	1.176.870
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	204.444	67.872	—	—	—	(16.968)	—	—	255.348
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	417.013	21.574	—	—	—	(7.988)	—	—	430.599
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	29.893	12.140	—	—	—	(3.035)	—	—	38.998
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	197.833	8.239	—	—	—	(245)	—	—	205.827
Terras da Ponte Alta S.A.	84.251	(4.238)	—	—	—	10.237	—	—	90.250
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	199.303	24.339	—	—	—	(3.235)	—	—	220.407
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	199.584	23.397	—	—	—	(6.503)	—	—	216.478
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	291.078	(4.050)	—	—	—	(2.183)	—	—	284.845
	30.025.873	1.262.029	(634.660)	(372.030)	(755)	(2.382.267)	574.598	21.810	28.494.598

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 1º de janeiro de 2023	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento (redução) de capital	Ganho (perda) com aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Combinação de negócios	Reclassificação	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Compass										
Comgás	27.151	11.419	—	—	444	(6.869)	—	—	—	32.145
Commit Gás S.A.	2.058.651	185.312	—	—	—	(309.324)	—	(372.030)	(109)	1.562.500
Norgás S.A.	—	—	—	—	—	—	—	372.030	—	372.030
Biometano Verde Paulínia S.A.	—	521	—	—	—	—	237.460	—	—	237.981
Compass Gás e Energia	782.583	192.358	—	—	132	(183.126)	—	—	(1.275)	790.672
Rumo										
Rumo S.A.	10.797.146	503.029	(12.250)	(9.280)	704	(122.165)	—	—	(52.595)	11.104.589
Moove										
Cosan Lubes Investments Limited	702.001	82.979	—	—	(78.742)	(15.346)	—	—	4.956	695.848
Corporativo										
Cosan Limited Partners Brasil	9	(2)	—	—	—	—	—	—	—	7
Cosan Nove Participações S.A.	2.634.310	338.315	—	32.732	(14.728)	(436.566)	—	—	12.956	2.567.019
Cosan Dez Participações S.A.	1.302.661	573.987	1	—	454	(372.772)	—	—	7.710	1.512.041
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	14.911	(1.969)	21.959	(12.622)	—	—	—	—	(22.279)	—
Radar										
Janus Brasil Participações S.A.	3.773.279	924.908	—	—	—	(74.830)	—	—	119.844	4.743.201
Tellus Brasil Participações S.A.	2.584.058	562.713	(18.400)	—	—	(40.531)	—	—	68.488	3.156.328
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	505.681	19.233	(5.004)	—	—	(47.377)	—	—	(289)	472.244
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	70.857	26.185	—	—	—	(30.319)	—	—	(8)	66.715
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	878.879	174.346	(1.902)	—	—	37.831	—	—	—	1.089.154
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	212.065	4.331	(7.275)	—	—	(4.677)	—	—	—	204.444
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	365.807	35.196	—	—	—	16.010	—	—	—	417.013
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	2.041	12.971	—	—	—	14.881	—	—	—	29.893
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	201.389	(3.141)	—	—	—	(415)	—	—	—	197.833
Terras da Ponte Alta S.A.	73.421	14.440	—	—	—	(3.610)	—	—	—	84.251
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	157.784	40.115	—	—	—	1.404	—	—	—	199.303
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	160.553	40.163	(1.151)	—	—	19	—	—	—	199.584
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	210.995	52.944	—	—	—	27.139	—	—	—	291.078
	27.516.232	3.790.353	(24.022)	10.830	(91.736)	(1.550.643)	237.460	—	137.399	30.025.873

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Balço patrimonial resumido:

	Cosan Dez		Cosan Nove		Moove		Rumo		Radar	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante										
Ativo	1.590.825	1.020.790	46.918	4.903	31.765	91.412	3.451.323	3.846.647	559.288	819.887
Passivo	(1.336.052)	(127.876)	(40.018)	(392)	—	(3.603)	(1.267.586)	(1.135.917)	(137.056)	(184.004)
Ativo circulante líquido	254.773	892.914	6.900	4.511	31.765	87.809	2.183.737	2.710.730	422.232	635.883
Não circulante										
Ativo	4.091.608	5.798.291	9.310.850	10.373.285	1.858.568	2.218.429	23.288.895	22.572.211	17.179.276	16.152.441
Passivo	—	—	—	—	—	—	(10.741.388)	(9.611.588)	(602.315)	(613.705)
Ativo não circulante líquido	4.091.608	5.798.291	9.310.850	10.373.285	1.858.568	2.218.429	12.547.507	12.960.623	16.576.961	15.538.736
Patrimônio líquido	4.346.381	6.691.205	9.317.750	10.377.796	1.890.333	2.306.238	14.731.244	15.671.353	16.999.193	16.174.619

Demonstrações do resultado e outros resultados abrangentes resumidos:

	Cosan Dez		Cosan Nove		Moove		Rumo		Radar	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	—	—	—	—	—	—	1.064.286	1.013.446	1.441.809	743.411
Resultado antes dos impostos	1.556.754	1.396.633	(1.078.773)	1.005.640	394.309	207.982	(863.209)	769.233	1.936.036	2.820.202
Imposto de renda e contribuição social	(15.863)	(2.301)	(271)	(5.892)	—	—	(96.038)	(49.569)	(130.285)	(147.636)
Resultado do exercício	1.540.891	1.394.332	(1.079.044)	999.748	394.309	207.982	(959.247)	719.664	1.805.751	2.672.566
Outros resultados abrangentes	(122.246)	1.957	76.229	(54.731)	86.760	(262.473)	1.300	1.011	—	—
Resultados abrangente total	1.418.645	1.396.289	(1.002.815)	945.017	481.069	(54.491)	(957.947)	720.675	1.805.751	2.672.566
Resultado abrangente atribuído a acionistas não controladores	(34.229)	454	25.796	(14.728)	26.028	(78.742)	904	704	—	—
Dividendos pagos	1.667.187	372.772	—	571.261	(900.000)	—	(170.817)	122.231	917.530	530.576

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

	Cosan Dez		Cosan Nove		Moove		Rumo		Radar	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa (utilizado) gerado nas atividades operacionais	35.059	(176)	3.390	14.941	(3.079)	(359)	469.310	674.137	999.607	626.057
Caixa (utilizado) gerado nas atividades de investimento	2.366.296	757.196	63.262	555.408	896.369	(5.683)	(487.467)	(175.273)	22.667	(30.681)
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(2.770.208)	(372.772)	(65.000)	(571.261)	(900.000)	7.976	(692.256)	445.843	(1.029.179)	(581.012)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(368.853)	384.248	1.652	(912)	(6.710)	1.934	(710.413)	944.707	(6.905)	14.364
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	386.262	2.014	1.809	2.721	1.858	—	3.114.042	2.169.335	39.946	25.582
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	—	—	—	—	5.655	(76)	—	—	—	—
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	17.409	386.262	3.461	1.809	803	1.858	2.403.629	3.114.042	33.041	39.946

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

9.4. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Política contábil:

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa e que não se configura como uma controlada nem como uma participação em um *joint venture*. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que é contabilizado de acordo com a IFRS 5/CPC 31.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido, inicialmente, ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada é incluído no valor contábil do investimento e não é amortizado nem testado separadamente para fins de redução no valor recuperável dos ativos. Consequentemente, as reversões de desvalorizações podem incluir a reversão de desvalorizações do ágio. As desvalorizações e as reversões são apresentadas em conjunto com a rubrica "Equivalência patrimonial" na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial a partir da data em que o investimento deixa de ser uma coligada. Quando a Companhia detém uma participação na antiga coligada e essa participação é um ativo financeiro, a Companhia mensura a participação detida pelo valor justo naquela data, e esse valor justo é considerado seu valor justo no reconhecimento inicial. A diferença entre o valor contábil da coligada na data em que o uso do método de equivalência patrimonial é descontinuado e o valor justo de qualquer participação detida, bem como qualquer resultado da alienação parcial da participação na coligada, é incluída na determinação do ganho ou da perda na alienação da coligada. Adicionalmente, a Companhia contabiliza todos os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes em relação a essa coligada na mesma base que seria necessária caso essa coligada tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos e passivos. Portanto, se um ganho ou uma perda anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes pela coligada for reclassificada para o resultado na alienação dos correspondentes ativos e passivos, a Companhia reclassifica o ganho ou a perda do patrimônio líquido para o resultado (como um ajuste de reclassificação) quando a coligada é alienada.

As transações entre coligadas e seus acionistas não controladores que movimentam o patrimônio líquido são reconhecidas por equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis estejam alinhadas com as da Companhia.

Em 30 de novembro de 2023, a Companhia obteve evidências suficientes que demonstraram sua capacidade de exercer influência significativa nas políticas e operações da Vale. Essa evidência consistiu na participação do membro indicado pela Cosan no Conselho de Administração da Vale no processo de elaboração de políticas, incluindo decisões sobre dividendos e outras distribuições. Consequentemente, a partir dessa data, a Cosan passou a considerar a Vale como uma empresa coligada, registrando o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

a) Informações financeiras resumidas

A tabela a seguir apresenta um resumo das informações financeiras da Vale:

Valor justo em	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	83.476.000	71.488.000
Ativo não circulante mantido para venda	—	19.041.000
Ativo não circulante	601.493.249	559.608.737
Passivo circulante	82.297.159	69.424.316
Passivos destinados a venda	—	2.714.000
Passivo não circulante	247.509.879	234.756.474
Receita	206.005.000	208.066.000
Lucros e prejuízos de operações em continuidade	27.848.043	40.554
Outros resultados abrangentes	6.474.000	(2.467.000)
Total do resultado abrangente	34.322.043	38.087.000
Patrimônio líquido	338.900.211	326.980.947
Participação da Cosan no patrimônio líquido	4,15%	4,90%
Participação societária do investimento da Cosan	14.064.359	16.022.066

Método de equivalência patrimonial no período	31/12/2024	31/12/2023 ⁽ⁱ⁾
Resultado do período de participação da Cosan	31.592.400	2.189.734
Participação da Cosan no patrimônio líquido	4,15%	4,90%
Participação da Cosan no período	1.311.085	107.297
Amortização de ajustes de valor justo	107.193	(11.222)
Outros efeitos na equivalência patrimonial	106.049	—
Total do resultado de equivalência patrimonial	1.524.327	96.075

- (i) Resultado de equivalência patrimonial referente ao período de um mês, uma vez que a Companhia obteve influência significativa na Vale em 30 de novembro de 2023.

b) Impairment – Teste de recuperabilidade do investimento na Vale

A Companhia monitora periodicamente seus investimentos quanto à necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), em linha com a IAS 28/CPC 18.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia identificou uma perda prolongada e significativa do investimento na Vale observando a variação do preço das ações da Vale. Desta forma, em conformidade com os requerimentos da IAS 28:41A a 41C/ CPC 18:41A a 41C, a Companhia efetuou o teste de *impairment* do seu investimento na Vale em 31 de dezembro de 2024, reconhecendo uma provisão para perdas por redução ao valor recuperável no montante de R\$4.672.396, conforme demonstrado abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	<u>Vale S.A.</u>
Quantidade de ações detidas a Cosan em 31 de dezembro de 2024	177.342.515
Valor recuperável	9.112.136
Valor contábil	13.784.532
Provisão de perda por valor recuperável	(4.672.396)

Premissas para cálculo do *impairment*

O valor justo do investimento em 31 de dezembro de 2024 para o reconhecimento da provisão de perda por valor recuperável considera o preço da ação ajustado pelos custos de vendas que são (i) taxa de desconto, e (ii) *fee* de estruturação, considerando uma alienação via leilão na B3 por meio da operação *Book of Block Trade* (“BBT”).

10. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS EM CONJUNTO

Política contábil:

Uma *joint venture* é um acordo conjunto por meio do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos desse acordo.

A Companhia possui investimentos em *joint ventures*, os quais são demonstrados no balanço patrimonial pela participação nos ativos líquidos, utilizando o método de equivalência patrimonial, deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Quando aplicável, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis, caso existam diferenças. A participação da Companhia nos resultados e no patrimônio líquido da *joint venture* é incluída, respectivamente, na demonstração do resultado, no resultado abrangente e no patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas *joint ventures*, são eliminados na proporção do investimento da Companhia nas *joint ventures*, exceto quando as perdas não realizadas indicarem uma perda por *impairment* do ativo transferido. O ágio decorrente da formação das *joint ventures* é incluído como parte do investimento da Companhia nas *joint ventures* e, quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável, como um único ativo, comparando seu valor recuperável (o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido dos custos da alienação) com seu valor contábil.

O investimento em *joint venture* é classificado como ativo não circulante e é apresentado ao custo, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Quando um investimento em uma *joint venture* é classificado como mantido para venda, é contabilizado de acordo com a IFRS 5/CPC 31.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Os movimentos no investimento em controladas em conjunto na controladora foi o seguinte:

	Raízen S.A.	Radar Gestão de Invest. S.A.	Total
Número de ações da investida	10.352.509.484	24.800.000	
Quotas da investidora	517.625.474	12.400.000	
Percentual de participação direta	5,01%	50,00%	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.320.592	—	1.320.592
Resultado de equivalência	(138.430)	(3.731)	(142.161)
Ajuste de avaliação patrimonial	15.897	—	15.897
Aumento de capital	—	12.337	12.337
Dividendos	(13.593)	—	(13.593)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.184.466	8.606	1.193.072

Os movimentos no investimento em controladas em conjunto no consolidado foi o seguinte:

	Raízen S.A.	Terminal Alvorada S.A.	Radar Gestão de Invest. S.A.	Total
Número de ações da investida	10.352.509.484	100.197.076	24.800.000	
Quotas da investidora	4.557.597.117	50.098.538	12.400.000	
Percentual de participação direta	5,01%	50,00%	50,00%	
Percentual de participação indireta (via Cosan Nove)	25,86%	—	—	
Total ⁽ⁱ⁾	30,87%	50,00%	50,00%	
Saldo em 1º de janeiro de 2023	11.221.356	—	—	11.221.356
Resultado de equivalência	1.694.679	1.266	—	1.695.945
Ajuste de avaliação patrimonial	(7.428)	—	—	(7.428)
Aumento de capital	—	47.300	—	47.300
Dividendos	(1.214.731)	—	—	(1.214.731)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.693.876	48.566	—	11.742.442
Resultado de equivalência	(1.218.804)	(7.445)	(3.731)	(1.229.980)
Ajuste de avaliação patrimonial	139.892	—	—	139.892
Aumento de capital ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	12.337	12.337
Dividendos	(119.647)	—	—	(119.647)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.495.317	41.121	8.606	10.545.044

Raízen S.A.

- (i) A participação total da Companhia na Raízen S.A. é composta por 5,01% de participação direta e 39,09% de participação indireta, por meio da Cosan Nove. O percentual divulgado de 25,86% refere-se ao benefício econômico, calculado a partir do resultado da participação da Cosan S.A. em sua controlada Cosan Nove (66,16%), multiplicado pela participação indireta de 39,09%. Nas informações consolidadas da Companhia, as participações diretas e indiretas são somadas, e o impacto referente à participação de acionistas não controladores na Cosan Nove é apresentado na linha de resultado atribuído a acionistas não controladores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

A demonstração do balanço patrimonial e do resultado da controlada em conjunto Raízen S.A. estão divulgadas na Nota Explicativa 4 – Informações por segmento.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava em conformidade com os *covenants* do contrato que rege a joint venture.

Radar Gestão de Investimentos S.A

- (ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou aportes para a formação da *joint venture* Radar Gestão de Investimentos S.A., totalizando R\$12.337, em conjunto com a Nuveen Natural Capital Latam Gestora de Ativos Ltda. O objetivo dessa *joint venture* é a gestão e administração de propriedades imobiliárias do segmento Radar.

11. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E ÁGIO, ATIVOS DE CONTRATO, DIREITO DE USO E PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Política contábil:

Redução ao valor recuperável

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado, definido pela Administração com base em orçamentos que consideram as premissas relacionadas a cada negócio, informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Os fluxos de caixa descontados foram elaborados para um período de dez anos e extrapolados à perpetuidade, sem considerar uma taxa de crescimento real. A Administração considera que o uso de períodos superiores a cinco anos na preparação dos fluxos de caixa descontados é apropriado para fins de cálculo do valor recuperável, uma vez que reflete o tempo estimado de uso do ativo e dos grupos de negócios.

A Companhia realiza, anualmente, uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo líquido dos custos de venda e seu valor em uso.

As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado – estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto – são utilizadas na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma premissa-chave causaria prejuízo. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diferentes unidades geradoras de caixa às quais o ágio é alocado são explicadas a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

11.1. IMOBILIZADO

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo, deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando for provável que os benefícios econômicos futuros, associados a esses gastos, fluam para a Companhia. Reparos e manutenção de caráter contínuo são contabilizados quando incorridos.

Os ativos imobilizados são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo é concluído e está pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do ativo imobilizado, deduzido dos valores residuais estimados, utilizando o método linear durante sua vida útil estimada. A despesa de depreciação é reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados ao final de cada exercício ou quando houver uma mudança significativa no padrão de consumo esperado dos ativos, como a ocorrência de um incidente relevante ou obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada linearmente ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme detalhado a seguir:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Equipamentos de informática	20%
Outros	10% - 20%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

a) Reconciliação do valor contábil:

	Consolidado						Controladora	
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas ⁽ⁱ⁾	Via permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2023	2.135.403	1.942.798	7.994.336	10.416.500	4.315.087	720.953	27.525.077	82.094
Adições	11.356	18.671	898	710	4.577.377	15.497	4.624.509	1.380
Baixas	(199.080)	(34.872)	(118.414)	(116.957)	(2.157)	(16.961)	(488.441)	—
Transferências	281.621	196.158	821.701	2.552.077	(3.710.146)	33.451	174.862	(28)
Efeito de conversão de balanço	(11.626)	(23.492)	—	—	1.944	(13.668)	(46.842)	—
Ativos mantidos para venda	(89)	—	—	—	(396.150)	(535)	(396.774)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.217.585	2.099.263	8.698.521	12.852.330	4.785.955	738.737	31.392.391	83.446
Adições	5.626	3.787	—	—	6.673.050	4.657	6.687.120	7.523
Baixas	(9.310)	(81.099)	(519.465)	(209.845)	(11.116)	(46.538)	(877.373)	(24)
Transferências ⁽ⁱⁱ⁾	299.824	1.823.557	997.886	1.171.698	(4.371.472)	48.655	(29.852)	(16)
Perda por redução ao valor recuperável	—	—	—	—	(6.155)	—	(6.155)	—
Efeito de conversão de balanço	54.373	101.257	—	—	10.534	67.187	233.351	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.568.098	3.946.765	9.176.942	13.814.183	7.080.796	812.698	37.399.482	90.929
Valor de depreciação								
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(522.048)	(749.237)	(3.357.319)	(3.762.623)	(13.379)	(172.035)	(8.576.641)	(36.050)
Adições	(76.599)	(183.965)	(613.033)	(806.398)	—	(74.695)	(1.754.690)	(7.579)
Transferências	(49.649)	5.476	(6.838)	(31.199)	—	(45)	(82.255)	—
Baixas	17.769	14.870	110.237	89.725	—	15.192	247.793	—
Efeito de conversão de balanço	3.536	4.684	—	—	—	3.775	11.995	—
Ativos mantidos para venda	40	937	—	—	—	404	1.381	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(626.951)	(907.235)	(3.866.953)	(4.510.495)	(13.379)	(227.404)	(10.152.417)	(43.629)
Adições	(57.606)	(222.846)	(627.303)	(938.312)	—	(66.861)	(1.912.928)	(8.269)
Baixas	4.041	73.206	457.597	5.099	—	37.199	577.142	7
Transferências ⁽ⁱⁱ⁾	5.401	(6.881)	(23.170)	—	—	2.182	(22.468)	—
Efeito de conversão de balanço	(15.028)	(41.044)	—	—	—	(35.840)	(91.912)	—
Perda por redução ao valor recuperável	—	(213.621)	(891.604)	(1.267.439)	(401.513)	(3.706)	(2.777.883)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(690.143)	(1.318.421)	(4.951.433)	(6.711.147)	(414.892)	(294.430)	(14.380.466)	(51.891)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.590.634	1.192.028	4.831.568	8.341.835	4.772.576	511.333	21.239.974	39.817
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.877.955	2.628.344	4.225.509	7.103.036	6.665.904	518.268	23.019.016	39.038

(i) Em 31 de dezembro de 2024, ativos no valor de R\$1.390.404 (R\$1.390.404 em 31 de dezembro de 2023), foram dados em garantia para empréstimos bancários.

(ii) Transferências do imobilizado referente à capitalização e demais reclassificações dos ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

b) Capitalização de custos de empréstimos:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os custos de empréstimos capitalizados pela controlada Rumo totalizaram R\$95.138, a uma taxa média de 11,80% (R\$41.304 e 12,30% a.a. em 31 de dezembro de 2023), enquanto na controlada indireta TRSP, os custos capitalizados foram de R\$39.617, a uma taxa média ponderada de 7,36% a.a. (R\$98.214 e 8,87% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

c) Provisão de baixa de ativos e perda por redução ao valor recuperável da controlada indireta Rumo Malha Sul

Conforme mencionado na Nota 2, a Rumo identificou o valor residual dos ativos com o tráfego diretamente interrompido pelos eventos climáticos e provisionou o montante de R\$182.041, considerando que os ativos foram destruídos ou tiveram seu uso inviabilizado por período indeterminado.

A extensão dos danos gera incertezas sobre o processo de renovação da concessão, com vencimento inicial em fevereiro de 2027, embora a Rumo continue envidando seus melhores esforços nesse sentido.

Nesse contexto, no trimestre findo em 30 de junho de 2024 e em conformidade com o Ofício-Circular nº 01/2024-CVM/SNC/SEP, a Administração identificou a existência de indícios que levaram à realização do teste de recuperabilidade dos ativos não circulantes (imobilizados, intangíveis e direitos de uso) da unidade geradora de caixa ("UGC") da controlada Rumo, a Rumo Malha Sul, considerando o evento supramencionado e o prazo de uso dos ativos.

Na ocasião, o valor em uso da unidade geradora de caixa foi estimado em R\$980.352, inferior ao valor contábil de seus ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso, sendo constituída provisão para perda de valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2024 os indicadores identificados continuavam presentes. A Companhia realizou novo teste, sendo o valor em uso estimado em R\$633.943 e a provisão incrementada no montante de R\$465.364.

As provisões para perda por redução ao valor recuperável realizadas no exercício, no valor de R\$2.967.203, foram alocadas da seguinte forma: R\$2.777.884 no Imobilizado, R\$4.435 no Intangível (nota 11.2) e R\$ 184.884 no Direito de Uso (nota 11.4).

O valor recuperável da unidade foi determinado a partir de seu valor em uso, obtido por meio do fluxo de caixa descontado, elaborado com base em projeções atualizadas e aprovadas pela Administração. As principais premissas utilizadas foram:

- **Prazo de projeção:** até fevereiro de 2027.
- **Volume de vendas:** espera-se uma queda de 0,1% (2,1% em 30 de junho de 2024) na UGC Rumo Malha Sul em 2025, seguida de um crescimento anual de 0,9% durante o restante do período, com base nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.
- **Preço de venda:** considera queda de 4% na média anual em 2025 (crescimento de 3,1% em 30 de junho de 2024), seguido de crescimento em 2026 com base nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o Brasil.
- **Custos variáveis e manutenção:** incluídos conforme histórico e sem incrementos de capacidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

- **Investimentos projetados:** referem-se à manutenção da concessão e são baseados na experiência histórica da administração da controlada Rumo. Os investimentos não compreendem incrementos de capacidade. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.
- **Taxa de desconto nominal:** 11,43% (11,22% em 30 de junho de 2024), estimada pelo custo médio ponderado de capital ("WACC").

11.2. INTANGÍVEL E ÁGIO

Política contábil:

a) Goodwill

O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios (ver Nota 9.2). Seu valor é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado às UGCs da Companhia, ou grupos de UGCs, que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação.

b) Outros Ativos Intangíveis

Outros ativos intangíveis adquiridos pela Companhia, com vida útil definida, são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

c) Fidelização de Clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

Os custos incorridos com a carteira de clientes e contratos de direito de uso e operação são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo do contrato.

d) Direitos de Concessão de Distribuição de Gás

Os contratos de concessão pública para o serviço de distribuição de gás, nos quais o Poder Concedente controla os serviços a serem prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esses contratos de concessão representam o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, as controladas reconhecem esse direito como um ativo intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos, subjacentes à concessão necessária para a distribuição de gás, são amortizados durante o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam realizados pelas controladas, ou até o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Esse período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelos órgãos reguladores para determinar a base de cálculo da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

A amortização é reconhecida pelo método linear e reflete o padrão esperado de utilização dos benefícios econômicos futuros, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura, de acordo com as disposições do órgão regulador.

A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, ou quando não é mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

e) Direitos de Concessão Ferroviária

Os direitos de concessão ferroviária estão totalmente alocados à concessão da Rumo Malha Norte e são amortizados linearmente.

f) Autorização e licença portuária

A licença que autoriza a instalação de um terminal portuário de uso privado, para a qual não há prazo de extinção enquanto a propriedade estiver sendo operada com essa finalidade.

g) Contratos de Fornecimento

A amortização de contratos de fornecimento de biogás está relacionada ao prazo de vigência de cada contrato e condicionada ao início das operações.

h) Despesas Subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados ao ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

i) Amortização

Exceto pelo ágio (*goodwill*) e outros ativos de vida útil indefinida, os ativos intangíveis são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou são adquiridos.

j) Ativos com vida útil indefinida

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável. Este subgrupo é composto por *goodwill* e marcas e patentes. A Companhia espera que estas marcas e patentes possam gerar fluxos de caixa positivos pelo período em que a Companhia mantiver sua propriedade, contribuindo indefinidamente para seus fluxos de caixa visto que são marcas consolidadas nos mercados em que estão presentes.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de relatório e ajustados, se necessário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

								Consolidado	Controladora
	Ágio	Direito de Concessão	Licenças	Marcas e patentes	Fidelização de clientes	Outros	Contrato de Fornecimento	Total	Total
Valor de custo									
Saldo em 1º de janeiro de 2023	1.460.072	22.899.744	500.093	163.923	2.827.984	559.658	—	28.411.474	16.906
Adições	4.731	—	—	—	121.806	67.600	—	194.137	5.422
Baixas	—	(62.272)	—	—	(64)	(2.075)	—	(64.411)	—
Transferências	—	1.460.012	183.996	—	(219.318)	14.067	—	1.438.757	28
Efeito de conversão de balanço	(42.012)	—	(4.451)	(8.443)	(97.642)	5.315	—	(147.233)	—
Ativos mantidos para venda	(30.817)	—	(436.594)	—	(1.819)	(17.060)	—	(486.290)	—
Combinação de negócios	—	—	—	—	—	7.875	574.363	582.238	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.391.974	24.297.484	243.044	155.480	2.630.947	635.380	574.363	29.928.672	22.356
Adições	—	12.088	—	—	87.146	90.575	—	189.809	4.485
Baixas	—	(141.588)	—	—	(81)	(5.814)	—	(147.483)	—
Combinação de negócios	7.824	3.296.505	—	1.249	19.313	—	—	3.324.891	—
Transferências ⁽ⁱ⁾	—	1.431.644	(3.235)	—	(17)	41.662	—	1.470.054	16
Efeito de conversão de balanço	185.223	11.500	28.403	39.341	341.454	25.940	—	631.861	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.585.021	28.907.633	268.212	196.070	3.078.762	787.743	574.363	35.397.804	26.857
Valor de amortização									
Saldo em 1º de janeiro de 2023	—	(4.652.963)	(19.194)	(9.201)	(1.170.494)	(437.680)	—	(6.289.532)	(14.659)
Adições	—	(861.103)	(6.969)	—	(196.995)	(28.436)	—	(1.093.503)	(834)
Baixas	—	37.148	—	—	2	71	—	37.221	—
Transferências	—	—	(37.209)	—	75.265	19.873	—	57.929	—
Efeito de conversão de balanço	—	—	156	—	2.453	1.526	—	4.135	—
Ativos mantidos para venda	—	—	—	—	1.213	4.152	—	5.365	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	—	(5.476.918)	(63.216)	(9.201)	(1.288.556)	(440.494)	—	(7.278.385)	(15.493)
Adições	—	(960.471)	(6.978)	—	(364.926)	(44.359)	—	(1.376.734)	(1.491)
Baixas	—	87.433	—	—	—	659	—	88.092	—
Combinação de negócios	—	(391.372)	—	—	—	3.264	—	(388.108)	—
Transferências ⁽ⁱ⁾	—	—	—	—	—	(762)	—	(762)	—
Efeito de conversão de balanço	—	(11.500)	(9.674)	—	(82.913)	(2.597)	—	(106.684)	—
Perda por redução ao valor recuperável	—	—	—	—	—	(4.438)	—	(4.438)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	—	(6.752.828)	(79.868)	(9.201)	(1.736.395)	(488.727)	—	(9.067.019)	(16.984)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.391.974	18.820.566	179.828	146.279	1.342.391	194.886	574.363	22.650.287	6.863
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.585.021	22.154.805	188.344	186.869	1.342.367	299.016	574.363	26.330.785	9.873

- (i) O montante das transferências inclui, ainda, uma parcela de R\$152.137 do ativo intangível, que foi reclassificada para ativo financeiro (R\$ 103.084 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, o montante de R\$4.660 foi transferido do ativo imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

a) Métodos de amortização e vidas úteis:

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização	31/12/2024	31/12/2023
Direitos de Concessão:			
Compass ⁽ⁱ⁾	De 3,54% a 4,58%	15.762.227	12.307.964
Rumo ⁽ⁱⁱ⁾	1,59%	6.392.578	6.512.602
		22.154.805	18.820.566
Licenças e autorizações:			
Licença de operação portuário	3,70%	44.375	47.610
Moove	5,00%	143.969	132.218
		188.344	179.828
Marcas e patentes:			
Comma	Indefinida	59.255	47.015
Petrochoice ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Indefinida	125.175	96.826
Tirreno ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Indefinida	2.439	2.438
		186.869	146.279
Fidelização de clientes:			
Compass	20,00%	234.533	280.111
Moove ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5% a 30%	1.107.834	1.062.280
		1.342.367	1.342.391
Contrato de fornecimento:			
Compass	5,00%	574.363	574.363
		574.363	574.363
Outros:			
Licença de software	20,00%	220.084	90.162
Outros	20,00%	78.932	104.724
		299.016	194.886
Total		24.745.764	21.258.313

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos por:

- (i) **Direito de Concessão de Distribuição de Gás:** Ativo intangível decorrente da concessão pública para o serviço de distribuição de gás, que representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás. É composto por: (a) direitos de concessão reconhecidos na combinação de negócios; e (b) ativos da concessão.
- (ii) **Direito de Concessão Ferroviária:** Refere-se ao contrato de concessão de ferrovia da Rumo, cujo valor será amortizado até o final da concessão, em 2079.
- (iii) **Autorizações:** Autorizações para: (a) soluções de lubrificação e controle de contaminação; e (b) produção e comercialização de óleos lubrificantes, aditivos e fluidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

b) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

A tabela a seguir apresenta o valor contábil do ágio e dos ativos intangíveis de vida útil indefinida alocados a cada uma das unidades geradoras de caixa:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ágio	Marcas e patentes	Ágio	Marcas e patentes
UGC Moove	1.447.300	186.869	1.254.253	146.279
UGC Compass	100.192	—	100.192	—
UGC Rumo	37.529	—	37.529	—
	1.585.021	186.869	1.391.974	146.279

As projeções de fluxos de caixa futuros da Companhia geralmente aplicam taxas de crescimento de 3,55% (3,50% em 31 de dezembro de 2023), que, em nenhum caso, são crescentes ou superiores às taxas médias de crescimento de longo prazo para o setor e país em questão.

Os fluxos de caixa são descontados a uma determinada taxa, antes de impostos, para calcular seu valor presente. As taxas de desconto, antes de impostos e expressas em termos nominais, variaram entre 10,90% e 13,43% (entre 11,80% e 12,40% em 31 de dezembro de 2023).

As principais premissas para o primeiro ano do modelo financeiro consideram a inflação e o Produto Interno Bruto (“PIB”) por região onde a UGC está localizada, além das estratégias e oportunidades de mercado do Grupo Cosan. As principais premissas consideradas para os anos restantes do modelo estão relacionadas à inflação e ao crescimento do mercado do setor. A taxa de desconto utilizada é o WACC, para o qual as principais premissas são: taxa livre de risco, prêmio de risco de mercado e inflação. A maioria das premissas é obtida de fontes externas de informação.

Os fluxos de caixa futuros foram construídos considerando: (i) o EBITDA para a unidade geradora de caixa, ajustado por outros itens de caixa operacionais relevantes e despesas de capital recorrentes; (ii) a taxa de desconto do Grupo Cosan (WACC) antes dos impostos; e (iii) uma taxa de crescimento calculada usando o índice de inflação por região.

O teste anual de *impairment* utilizou as premissas listadas a seguir:

Premissas	% anual
Taxa livre de risco (T-Note 10y)	3,76%
Inflação (BR)	3,81%
Inflação (US)	2,18%
Inflação (UK)	1,90%
Prêmio de risco país (BR)	3,34%
Prêmio de risco país (UK)	0,80%
Prêmio de risco país (ARG)	16,01%
Prêmio de risco mercado	4,00%
Alíquota de tributo (BR)	34,00%
Alíquota de tributo (UK)	25,00%
Alíquota de tributo (ARG)	35,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas-chave, que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas e econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada. Dessa forma, não é possível determinar se ocorrerão perdas por redução da recuperabilidade no futuro e, caso ocorram, se estas serão materiais.

Exceto pelas provisões apresentadas nas Notas 9.4.b) e 11.1.c), a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment* durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Consequentemente, nenhum teste de *impairment* foi necessário para os demais ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida.

11.3. ATIVO DE CONTRATO

Política contábil:

Ativos do contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores depreciáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis. A vida útil desses ativos é reavaliada sempre que o período de amortização exceder o prazo do contrato de concessão. Uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, por representar um valor a receber do poder concedente. Essa classificação está em conformidade com a IFRIC 12/ICPC 01 – Contratos de Concessão.

	Compass	Moove	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	1.110.335	8.380	1.118.715
Adições	1.494.142	33.952	1.528.094
Baixas	—	(31.648)	(31.648)
Transferências	(1.563.056)	—	(1.563.056)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.041.421	10.684	1.052.105
Adições	1.602.284	16.564	1.618.848
Baixas	(4.650)	(22.881)	(27.531)
Transferências ⁽ⁱ⁾	(1.585.219)	—	(1.585.219)
Combinação de negócios	56.627	—	56.627
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.110.463	4.367	1.114.830

- (i) O montante das transferências inclui, ainda, uma parcela do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia adicionaram R\$137.399 aos ativos intangíveis gerados internamente (R\$126.522 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), por meio da capitalização de mão de obra.

a) Capitalização de Custos de Empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Comgás, controlada indireta da Companhia, capitalizou R\$78.980 em custos de empréstimos, a uma taxa média ponderada de 10,47% a.a. (R\$82.441 a 12,70% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sulgás, controlada indireta da Companhia, capitalizou R\$2.908 em custos de empréstimos, a uma taxa média ponderada de 5,81% a.a. (R\$973 a 5,81% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

11.4 DIREITO DE USO

Política contábil:

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início;
- custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário;
- estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que este está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento; e
- dedução de quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao final do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesses casos, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, a qual é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Adicionalmente, o ativo de direito de uso é periodicamente ajustado por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e por determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

As concessões ferroviárias são classificadas e mensuradas no âmbito da interpretação IFRIC 12/CPC 01 - Contratos de Concessão e, por não atender aos critérios definidos nessa interpretação, registrou seus contratos de concessão como direito de uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado							Controladora	
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Software	Veículos	Unidade flutuante de armazenamento e regaseificação	Infraestrutura ferroviária e portuária	Total	Total
Valor de custo									
Saldo em 1º de janeiro de 2023	453.718	268.470	943.096	85.949	34.743	—	7.961.141	9.747.117	37.901
Adições	81.911	233.155	—	—	25.541	1.533.969	45.271	1.919.847	—
Reajustes contratuais	17.917	3.426	332	—	—	—	96.257	117.932	4.754
Baixas	(25.110)	(7.084)	—	—	—	—	(6.384)	(38.578)	—
Transferências	—	34.742	—	—	—	—	—	34.742	—
Efeito de conversão de balanço	(11.347)	(11.589)	—	—	(120)	—	—	(23.056)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	517.089	521.120	943.428	85.949	60.164	1.533.969	8.096.285	11.758.004	42.655
Adições	54.516	62.354	4.420	—	98.445	60.465	801.375	1.081.575	1.414
Reajustes contratuais	3.928	298	9.412	1.771	20	—	82.927	98.356	10
Baixas	(14.196)	(550)	—	—	(190)	—	—	(14.936)	—
Combinação de negócios ⁽ⁱ⁾	21.531	—	—	—	2.626	—	—	24.157	—
Efeito de conversão de balanço	63.156	5.992	—	—	15.632	—	—	84.780	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	646.024	589.214	957.260	87.720	176.697	1.594.434	8.980.587	13.031.936	44.079
Valor de amortização									
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(125.497)	(108.651)	(434.208)	(20.974)	(21.723)	—	(1.023.195)	(1.734.248)	(14.869)
Adições	(74.850)	(47.435)	(34.347)	(4.380)	(13.128)	(38.349)	(320.280)	(532.769)	(5.586)
Baixas	10.166	1.151	—	—	—	—	—	11.317	—
Efeito de conversão de balanço	2.913	8.187	—	—	114	—	—	11.214	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(187.268)	(146.748)	(468.555)	(25.354)	(34.737)	(38.349)	(1.343.475)	(2.244.486)	(20.455)
Adições	(107.047)	(59.510)	(33.829)	(4.499)	(17.581)	(78.030)	(308.047)	(608.543)	(6.067)
Baixas	3.610	247	(2.761)	—	1.872	—	—	2.968	—
Efeito de conversão de balanço	(25.523)	(3.616)	—	—	(3.473)	—	—	(32.612)	—
Combinação de negócios ⁽ⁱ⁾	(4.902)	—	—	—	(726)	—	—	(5.628)	—
Perda por redução ao valor recuperável	—	—	—	—	—	—	(184.884)	(184.884)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(321.130)	(209.627)	(505.145)	(29.853)	(54.645)	(116.379)	(1.836.406)	(3.073.185)	(26.522)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	329.821	374.372	474.873	60.595	25.427	1.495.620	6.752.810	9.513.518	22.200
Saldo em 31 de dezembro de 2024	324.894	379.587	452.115	57.867	122.052	1.478.055	7.144.181	9.958.751	17.557

(i) Os valores de direito de uso identificados na aquisição da Compagas estão detalhados na Nota 9.2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

11.5. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Política contábil:

As propriedades para investimento são inicialmente avaliadas ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço, com as variações reconhecidas na demonstração do resultado.

A receita da venda de propriedades agrícolas é reconhecida no resultado somente quando as seguintes condições são satisfeitas:

- i. a venda é concluída;
- ii. a Companhia determina que o pagamento por parte do comprador é provável;
- iii. a receita pode ser mensurada de forma confiável; e
- iv. a Companhia transfere ao comprador os riscos de posse e não detém mais qualquer envolvimento na propriedade.

Os ganhos na venda de propriedades agrícolas são apresentados na demonstração do resultado como receita líquida, e o custo é apresentado como custo das propriedades vendidas.

O valor justo das propriedades agrícolas é determinado com base no método comparativo direto de dados de mercado, aplicado a transações com propriedades semelhantes (tipo, localização e qualidade). Em certa medida, também se baseia em cotações de venda para potenciais transações com ativos comparáveis (Nível 3).

A metodologia utilizada na determinação do valor justo considera comparações diretas de informações de mercado, como pesquisas de mercado, homogeneização de valores, preços no mercado à vista, vendas, distâncias, instalações, acesso à terra, topografia e solo, uso da terra (tipo de cultura) e nível pluviométrico, entre outros dados. Essa metodologia está em consonância com as normas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ("ABNT").

As taxas de desconto variam entre 6,06% a.a. e 10,40% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (11,12% a.a. e 11,20% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

O portfólio é avaliado anualmente por peritos externos e periodicamente revisado por profissionais internos tecnicamente qualificados para realizar esse tipo de avaliação.

	Propriedades para investimento
Saldo em 1º de janeiro de 2023	14.103.060
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	2.259.924
Adições	58.506
Transferências	(444.782)
Baixas	(582)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.976.126
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	1.273.033
Adições	7.055
Transferências ⁽ⁱ⁾	(437.080)
Baixas	(215)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.818.919

- (i) Transferência de fazendas para ativos mantidos para venda. Para mais detalhes, ver Nota 8.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

12. COMPROMISSOS

Fornecimento de gás

Considerando os contratos de fornecimento de gás vigentes, as controladas possuem compromissos financeiros que totalizam um valor presente estimado de R\$45.952.077.

Concessão da Rumo

Os contratos de subconcessão nos quais a Rumo, por meio de suas controladas, é parte, frequentemente incluem compromissos de investimentos com características específicas durante o prazo do contrato. Destacam-se:

- (i) O 2º termo aditivo de renovação da concessão da Malha Paulista, assinado em 27 de maio de 2020, previa a execução ao longo da concessão de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017). Parte deste montante compõe o caderno de obrigações citados no 2º termo aditivo.
- (ii) Em 27 de maio de 2024, através do 6º termo aditivo ao contrato de concessão da Malha Paulista, ocorreu a repactuação das obras e dos prazos do caderno de obrigações assumido por ocasião da celebração do 2º Termo Aditivo ao Contrato. Em 31 de dezembro de 2024, a execução física dos projetos do caderno de obrigações da Malha Paulista, contemplando a repactuação dos investimentos do 6º termo aditivo é de 11,34%.

13. CONCESSÕES A PAGAR

Política contábil:

A Companhia registra as concessões a pagar da seguinte forma:

- **Parcelas de Arrendamento em Litígio:** O saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente é registrado inicialmente pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “Passivos de Arrendamento”. Posteriormente, os valores são corrigidos pela Selic.
- **Saldos Parcelados com o Poder Concedente:** Os saldos parcelados com o Poder Concedente são registrados inicialmente pelo valor remanescente devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos pela Selic até o pagamento.
- **Outorgas por Direitos de Concessão:** Os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões e Outorgas”) são registrados inicialmente em contrapartida ao intangível (Nota 11.2). A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamento e concessão em litígio:		
Rumo Malha Oeste S.A.	2.442.600	2.206.945
	2.442.600	2.206.945
Arrendamentos parcelados:		
Rumo Malha Paulista S.A.	940.215	1.067.256
	940.215	1.067.256
Concessões:		
Rumo Malha Sul S.A.	68.487	76.191
Rumo Malha Paulista S.A.	238.146	190.282
Rumo Malha Central S.A.	31.742	24.699
	338.375	291.172
Total	3.721.190	3.565.373
Circulante	166.273	250.971
Não circulante	3.554.917	3.314.402
	3.721.190	3.565.373

a) Arrendamento e concessão em litígio

Em 21 de julho de 2020, a Rumo, controlada da Companhia, protocolou junto à ANTT um pedido de adesão ao processo de relicitação a terceiros do objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Rumo Malha Oeste e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes (Processo de Relicitação), nos termos da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, e regulamentado pelo Decreto nº 9.957, de 7 de agosto de 2019.

Em decorrência desse processo, foi celebrado um aditivo ao contrato de concessão e, por decisão conjunta das partes, houve a suspensão da ação de reequilíbrio econômico e financeiro ajuizada pela Rumo Malha Oeste contra a União. Essa ação teve sentença de procedência em primeira instância e aguardava julgamento de recurso no Tribunal Regional Federal.

Os depósitos judiciais relativos às ações mencionadas totalizam R\$ 27.897 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 26.064 em 31 de dezembro de 2023).

b) Arrendamentos e outorgas enquadradas no escopo do CPC 06 R2/IFRS 16

	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamentos:		
Rumo Malha Sul S.A.	309.269	452.701
Rumo Malha Paulista S.A.	363.588	422.173
Rumo Malha Oeste S.A.	82.331	131.038
	755.188	1.005.912
Outorgas:		
Rumo Malha Paulista S.A. (renovação)	1.673.889	919.011
Rumo Malha Central S.A.	1.111.043	940.456
	2.784.932	1.859.467
Total	3.540.120	2.865.379
Circulante	547.492	358.464
Não circulante	2.992.628	2.506.915
	3.540.120	2.865.379

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

14. OUTROS TRIBUTOS A PAGAR

Política contábil:

A Companhia está sujeita a diversos impostos e contribuições, incluindo impostos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques bancários, impostos sobre faturamento, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros. Além disso, a Companhia é obrigada a recolher impostos retidos na fonte de terceiros, os quais, em geral, não representam uma despesa para a Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamento de débitos tributários	219.429	211.226	254.302	217.348
ICMS	3	—	227.563	190.474
COFINS	53.496	96.905	152.066	177.720
PIS	2.893	12.951	24.054	27.073
Encargos previdenciários	17.163	62.249	50.975	87.214
IRRF	—	—	40.708	14.133
Outros	1.416	2.082	143.419	122.998
	294.400	385.413	893.087	836.960
Circulante	78.197	226.556	637.842	673.718
Não circulante	216.203	158.857	255.245	163.242
Total	294.400	385.413	893.087	836.960

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
de 13 a 24 meses	—	—	6.667	881
de 25 a 36 meses	—	—	7.957	572
de 37 a 48 meses	—	—	919	572
de 49 a 60 meses	—	—	996	572
acima de 60 meses	216.203	158.857	238.706	160.645
	216.203	158.857	255.245	163.242

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para algumas transações que são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber, esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, utilizando as alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar referente a exercícios anteriores.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de relatório financeiro e os valores utilizados para fins de tributação e prejuízo fiscal.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as alíquotas decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Ativos e passivos de impostos diferidos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

c) Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia considera o impacto das posições fiscais incertas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode levar a Companhia a mudar seu julgamento em relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que a determinação for realizada.

d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. A recuperabilidade do ativo fiscal diferido na controladora depende de projeções de lucros tributáveis. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é baixado. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia e suas controladas estão comprometidas com as boas práticas fiscais, cumprindo com o espírito e a letra das leis e regulamentos dos países onde atuam. Comprometem-se, ainda, com a prática de preços de transferência que respeitem os princípios da plena concorrência e as regras definidas pelas legislações fiscais das jurisdições onde operam, com transparência das operações, ética comercial e não se valendo de quaisquer práticas que impliquem redução artificial de tributação.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(8.893.751)	430.447	(5.245.119)	5.113.751
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	3.023.875	(146.352)	1.783.340	(1.738.675)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	(1.054.960)	825.704	(1.422.337)	672.947
Resultado de empresas no exterior	(70.643)	(44.101)	(93.121)	(62.870)
Lucro da exploração	—	—	407.231	279.941
Juros sobre capital próprio	—	(22.709)	(174.335)	(191.763)
Efeito amortização do ágio	—	—	1.271	1.271
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	—	—	(23.234)	(16.787)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(2.560.406)	—	(4.193.767)	(308.358)
Benefício ICMS – extemporâneo	—	—	20.490	5.506
Benefício ICMS – período corrente	—	—	(521)	68.409
Receita de dividendos	—	—	—	254.260
Provisão para não realização do benefício do pacto federativo	—	—	885	(307.099)
Provisão para não realização do benefício do pacto federativo – juros e multa	—	—	25.851	100.731
Selic sobre indébito	19.861	16.203	60.873	147.741
Diferencial de alíquota ⁽ⁱ⁾	—	—	534.837	805.725
Benefício adesão Programa Litígio Zero	(415)	19.710	(415)	23.276
Outros	(72.443)	(165)	(117.570)	(8.681)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(715.131)	648.290	(3.190.522)	(274.426)
Taxa efetiva - %	8,04%	150,61%	60,83%	(5,37%)

(i) Diferença de alíquota entre a taxa nominal de 34% e a taxa efetiva aplicável às entidades que apuram o tributo no regime de lucro presumido.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido:

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que originam partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais de IRPJ	—	945.685	1.699.262	2.714.996
Base negativa de contribuição social	—	340.981	560.110	929.055
Diferenças temporárias:				
Variação cambial – Empréstimos e financiamentos	2.159.160	1.165.734	2.669.489	1.292.954
Provisão para demandas judiciais	64.335	95.780	272.886	218.881
Provisão <i>impairment</i> (Rumo Malha Oeste)	—	—	23.436	27.072
Obrigação de benefício pós-emprego	—	—	128.046	150.336
Provisões para perdas de créditos esperadas	—	—	44.202	34.511
Provisão para não realização de impostos	2.580	6.985	70.719	73.641
Transações com pagamento baseado em ações	19.336	64.065	103.454	157.825
Arrendamento mercantil	2.347	2.497	312.402	161.840
Resultado não realizado com derivativos	—	165.978	390.622	823.286
Provisões de participações no resultado	11.212	36.020	131.254	159.994
Combinação de negócios – Intangível	—	—	124.628	124.379
Combinação de negócios – Imobilizado	—	—	1.854	24.795
Provisões diversas	140.077	—	682.385	691.162
Diferido sobre resultado pré-operacional	—	—	79.402	87.454
Conta corrente regulatória	—	—	8.396	6.661
Outros	48.365	208.331	321.966	391.444
Total	2.447.412	3.032.056	7.624.513	8.070.286
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias				
Variação cambial – Empréstimos e financiamentos	—	—	(347)	(195.232)
Provisão para demandas judiciais	—	—	(107)	(408)
Revisão de vida útil	—	—	(531.081)	(456.093)
Combinação de negócios – Imobilizado	—	—	(161.784)	(148.872)
Ágio fiscal amortizado	—	—	(645.297)	(618.758)
Resultado não realizado com derivativos	(156.611)	—	(369.763)	(299.965)
Ajuste valor justo sobre dívidas	—	—	(801.022)	(281.784)
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	(77.437)
Propriedades para investimento	—	—	(496.395)	(455.773)
Bens destinados a venda	—	—	(962)	(10.546)
Efeitos na formação da controlada em conjunto	(102.070)	(103.992)	(167.196)	(103.992)
Combinação de negócios – Intangível	—	—	(4.990.657)	(4.426.881)
Obrigação pós-emprego	—	—	(4.810)	(4.641)
Arrendamento mercantil	—	—	(11.557)	(10.034)
Provisões	(449.153)	(449.153)	(449.153)	(449.153)
Outros	18.832	—	(472.592)	(147.120)
Total	(689.002)	(553.145)	(9.102.723)	(7.686.689)
Total de tributos diferidos registrados	1.758.410	2.478.911	(1.478.210)	383.597
Diferido ativo	1.758.410	2.478.911	4.495.296	5.609.030
Diferido passivo	—	—	(5.973.506)	(5.225.433)
Total diferido, líquido	1.758.410	2.478.911	(1.478.210)	383.597

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, por meio da projeção de seu lucro tributável e do planejamento estratégico de longo prazo. A expectativa de realização em 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Dentro de 1 ano	668.093	1.149.570
1 a 2 anos	270.762	670.316
2 a 3 anos	42.632	297.644
3 a 4 anos	42.632	423.267
4 a 5 anos	82.052	330.416
5 a 8 anos	566.975	1.248.040
8 a 10 anos	85.264	376.043
	1.758.410	4.495.296

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos:

ATIVO

	Controladora						Total
	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Resultado não realizado com derivativos	Provisões	Arrendamento mercantil	Outros	
Saldo em 1º de janeiro de 2023	948.698	45.168	—	281.846	2.493	1.378.829	2.657.034
Impacto no resultado do exercício	337.968	54.917	165.978	(179.081)	4	129.079	508.865
Diferenças cambiais	—	—	—	—	—	(133.843)	(133.843)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.286.666	100.085	165.978	102.765	2.497	1.374.065	3.032.056
Impacto no resultado do exercício	(1.245.573)	(69.537)	(165.978)	104.227	(150)	(159.966)	(1.536.977)
Litígio zero	(41.093)	—	—	—	—	—	(41.093)
Diferenças cambiais	—	—	—	—	—	993.426	993.426
Saldo em 31 de dezembro de 2024	—	30.548	—	206.992	2.347	2.207.525	2.447.412

PASSIVO

	Controladora				Total
	Efeitos na formação da controlada em conjunto	Resultado do não realizado com derivativos	Provisões	Outros	
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(106.254)	(249.206)	(443.954)	—	(799.414)
Impacto no resultado do exercício	2.262	249.206	(8.762)	—	242.706
Outros resultados abrangentes	—	—	3.563	—	3.563
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(103.992)	—	(449.153)	—	(553.145)
Impacto no resultado do exercício	1.922	(156.611)	—	31.890	(122.799)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	(13.058)	(13.058)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(102.070)	(156.611)	(449.153)	18.832	(689.002)

Total impostos diferidos reconhecidos

1.758.410

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

ATIVO	Consolidado								
	Prejuízo fiscal e base negativa	Obrigações de benefícios pós emprego	Benefícios a empregados	Provisões	Arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Intangível	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	3.054.210	152.373	207.313	922.526	167.962	674.554	119.060	2.345.479	7.643.477
Impacto no resultado do exercício	589.841	(2.037)	110.506	122.741	(6.122)	148.732	5.319	(133.596)	835.384
Diferenças cambiais	—	—	—	—	—	—	—	(408.575)	(408.575)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.644.051	150.336	317.819	1.045.267	161.840	823.286	124.379	1.803.308	8.070.286
Impacto no resultado do exercício	(1.343.586)	(22.290)	(83.111)	5.398	4.990	(433.630)	249	(98.736)	(1.970.716)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	145.572	966	—	—	146.538
Litígio zero	(41.093)	—	—	—	—	—	—	—	(41.093)
Diferenças cambiais	—	—	—	—	—	—	—	1.376.535	1.376.535
Combinação de negócios	—	—	—	42.963	—	—	—	—	42.963
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.259.372	128.046	234.708	1.093.628	312.402	390.622	124.628	3.081.107	7.624.513

PASSIVO	Consolidado									
	Efeitos na formação da controlada em conjunto	Obrigações de benefícios pós emprego	Intangível	Resultado não realizado com derivativos	Imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Arrendamentos	Provisões	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(106.254)	(4.594)	(4.486.211)	(226.243)	(401.926)	(548.726)	(11.797)	(79.092)	(2.773.878)	(8.638.721)
Impacto no resultado do exercício	2.262	(47)	59.330	(73.722)	(54.167)	200.336	1.763	(370.469)	1.178.542	943.828
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	—	(58.402)	(58.402)
Passivos disponíveis para venda	—	—	—	—	—	66.606	—	—	—	66.606
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(103.992)	(4.641)	(4.426.881)	(299.965)	(456.093)	(281.784)	(10.034)	(449.561)	(1.653.738)	(7.686.689)
Impacto no resultado do exercício	(63.204)	(169)	126.999	(69.798)	(74.988)	(519.238)	(1.523)	301	(42.518)	(644.138)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	—	(45.513)	(45.513)
Combinação de Negócios ⁽ⁱ⁾	—	—	(690.775)	—	—	—	—	—	(35.608)	(726.383)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(167.196)	(4.810)	(4.990.657)	(369.763)	(531.081)	(801.022)	(11.557)	(449.260)	(1.777.377)	(9.102.723)

Total impostos diferidos reconhecidos (1.478.210)

- (i) O respectivo valor apresentado diverge do montante presente na nota 9.2, decorrente de baixa de passivo diferido, ora constituído vinculado a participação indireta na controlada Compagas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

d) Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas e Provisão para não realização de recuperabilidade de prejuízos fiscais no exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante de imposto de renda e contribuição social não ativados totalizou R\$4.193.767, referente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Atualmente, esses valores não atendem aos requisitos para a contabilização de ativo fiscal diferido, devido à falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributáveis.

O montante mencionado inclui:

- (i) provisão de não recuperabilidade de R\$2.560.406 na Cosan S.A. (R\$1.273.741 em 2024 e R\$1.286.666 em 2023);
- (ii) prejuízos fiscais não ativados de R\$1.311.233 da Rumo;
- (iii) baixa de R\$224.412 na Cosan Luxemburgo;
- (iv) baixa de R\$100.431 na Cosan Oito, devido à incorporação ocorrida em 8 de janeiro de 2025, conforme divulgado na Nota 25; e
- (v) R\$2.715 de consumo de prejuízo fiscal nas demais subsidiárias;

A administração continuará monitorando periodicamente as projeções de lucros tributáveis futuros e ajustará a provisão conforme necessário, de acordo com as mudanças nas condições econômicas e financeiras da Companhia.

16. PROVISÃO PARA DEMANDAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Política contábil:

As provisões são reconhecidas como outras despesas quando a Companhia possui uma obrigação presente, seja formalizada ou não, resultante de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante dessa obrigação pode ser estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e sua relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas de acordo com as circunstâncias, como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões judiciais.

A Companhia possui passivos contingentes relacionados a:

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	198.385	272.063	745.896	813.732
Cíveis, ambientais e regulatórias	59.989	73.744	818.422	512.979
Trabalhistas	50.233	55.286	480.315	387.692
	308.607	401.093	2.044.633	1.714.403

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias ⁽ⁱ⁾	390.148	373.779	801.723	652.236
Cíveis, ambientais e regulatórias	14.675	16.126	134.058	114.724
Trabalhistas	12.146	13.584	120.909	128.941
	416.969	403.489	1.056.690	895.901

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia, por meio de sua controlada indireta Comgás, realizou depósitos judiciais no montante de R\$ 110.170 em uma ação com prognóstico de perda possível. O objetivo da ação é discutir a dedutibilidade, da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, de juros de mora incidentes sobre débitos tributários.

A movimentação das provisões para processos judiciais, no exercício, foi a seguinte:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	227.481	53.835	68.041	349.357
Provisionado no exercício	17.579	29.080	2.899	49.558
Baixas por reversão / pagamento	(3.180)	(20.768)	(15.469)	(39.417)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	30.183	11.597	(185)	41.595
Saldo em 31 de dezembro de 2023	272.063	73.744	55.286	401.093
Provisionado no exercício	114.645	8.632	1.446	124.723
Baixas por reversão / pagamento	(114.865)	(14.556)	(7.512)	(136.933)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	(73.458)	(7.831)	1.013	(80.276)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	198.385	59.989	50.233	308.607

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	747.647	662.052	391.487	1.801.186
Provisionado no exercício	44.812	105.526	113.151	263.489
Baixas por reversão / pagamento	(33.427)	(258.021)	(168.160)	(459.608)
Transferência	—	3.793	607	4.400
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	54.700	(371)	50.607	104.936
Saldo em 31 de dezembro de 2023	813.732	512.979	387.692	1.714.403
Provisionado no exercício	129.619	181.734	154.193	465.546
Baixas por reversão / pagamento	(138.562)	(187.735)	(168.112)	(494.409)
Combinação de negócio	1.382	91.913	4.831	98.126
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	(60.275)	219.531	101.711	260.967
Saldo em 31 de dezembro de 2024	745.896	818.422	480.315	2.044.633

- (i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia possui ações indenizatórias adicionais às mencionadas, as quais, por serem consideradas prováveis, não foram registradas, por representarem ativos contingentes.

a) Perdas prováveis

Processos Tributários: Os principais processos judiciais tributários para os quais o risco de perda é considerado provável são descritos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Compensação com FINSOCIAL ⁽ⁱ⁾	—	—	337.351	326.220
INSS ⁽ⁱⁱ⁾	80.576	77.254	101.399	100.149
Crédito de ICMS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	14.217	99.864	64.708	174.860
PIS e COFINS	34.073	32.832	34.412	33.244
IPI	58.002	56.638	64.969	63.358
IRPJ e CSLL	6.292	1.102	12.532	10.698
Outros	5.225	4.373	130.525	105.203
	198.385	272.063	745.896	813.732

- (i) **FINSOCIAL:** Compensação de FINSOCIAL (Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL) com tributos federais, com base em decisão judicial transitada em julgado em setembro de 2003, nos autos de ação judicial em que foi discutida a constitucionalidade do FINSOCIAL. A compensação dos tributos permanece em discussão na esfera administrativa.
- (ii) **INSS:** Montante provisionado a título de INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), representado, substancialmente, por valores relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre o faturamento, nos termos do art. 22-A da Lei 8.212/91, cuja constitucionalidade está sendo discutida em juízo. Os valores envolvidos estão depositados judicialmente. O leading case – RE 611.601 (Tema 281) foi julgado de forma desfavorável pelo Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a constitucionalidade do art. 22-A da Lei nº 8.212/91.
- (iii) **ICMS:** Autuações fiscais lavradas pelo Fisco relacionadas a diversos tipos de créditos de ICMS, incluindo: (a) autuação, como devedor único, por suposto desrespeito às obrigações de retenção de ICMS em relação a contrato de pedágio, decorrente de parceria agrícola entre nossas usinas de cana-de-açúcar e a Central Paulista Ltda. Açúcar e Álcool; (b) ICMS relativo a operações interestaduais tributadas como operações internas e, portanto, sujeitas a alíquota mais elevada, entre outros.
- **Processos trabalhistas:** A Companhia e suas controladas integram o polo passivo de ações trabalhistas movidas por ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados, pleiteando adicionais à remuneração e indenizações. Adicionalmente, a Companhia é parte em ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho sobre o suposto descumprimento de normas trabalhistas, condições de trabalho e ambiente de trabalho. Para alegações julgadas procedentes, a Companhia firmou Termos de Ajustamento de Conduta (“TAC”) junto às autoridades brasileiras.
 - **Processos cíveis, ambientais e regulatório:** A Companhia e suas controladas possuem diversas Ações Indenizatórias, Ações Civis Públicas e Processos Administrativos que, individualmente, não são relevantes, e onde, segundo a avaliação de seus advogados, o risco de perda é provável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

b) Perdas possíveis

A seguir, são descritos os principais processos para os quais o risco de perda é considerado possível:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	4.720.016	4.934.309	15.677.036	15.703.294
Cíveis, ambientais e regulatórias	1.111.756	1.045.171	6.569.528	7.166.011
Trabalhistas	10.189	9.168	690.535	805.222
	5.841.961	5.988.648	22.937.099	23.674.527

Tributárias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Multa isolada – Tributos federais ⁽ⁱ⁾	—	—	847.582	792.496
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	1.395.568	1.280.245	6.862.000	6.316.155
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.151.523	1.205.621	2.996.998	2.962.716
IRRF ^(iv)	—	—	869.345	1.226.223
PIS e COFINS ^(v)	1.297.612	1.286.634	2.174.274	2.293.933
MP 470 parcelamento de débitos ^(vi)	253.793	232.104	430.374	381.060
Plano de Opção de Compra de Ações	—	—	32.087	60.863
IOF s/ Mútuo ^(vii)	—	—	195.098	154.606
Compensação com crédito prêmio ^(viii)	157.959	143.322	157.959	143.322
IPI - Imposto sobre produtos industrializados ^(ix)	189.971	233.464	333.185	374.471
INSS	76.763	79.019	159.983	159.007
Operações financeiras no exterior ^(x)	—	—	13.910	13.287
IPTU ^(xi)	—	—	128.700	—
Outros	196.827	473.900	475.541	825.155
	4.720.016	4.934.309	15.677.036	15.703.294

- (i) Dentre as demandas relacionadas à multa isolada, há autuação decorrente da: (a) descon sideração dos benefícios fiscais do REPORTE, com a consequente aplicação da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos; (b) lavratura de autos de infração sobre alegada ausência de recolhimento de tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) e alegado creditamento indevido de crédito-prêmio de IPI, com aplicação de multa isolada.
- (ii) A Companhia possui autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil e ações judiciais relativos à: (a) glosa de amortização de despesas de ágio fundado em rentabilidade futura decorrente de operações societárias; (b) ganho de capital na venda de participação societária; (c) provisões trabalhistas; e (d) retificação de declaração de compensação motivada por restituição parcial dos créditos objetos do pedido de compensação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

- (iii) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, à: (a) glosa de créditos de ICMS relativos à aquisição de óleo diesel; bens supostamente enquadrados como uso e consumo e fornecedores que tiveram suas inscrições estaduais cassadas (declarados inidôneos); (b) comprovação de entrega de bens vendidos com cláusula FOB; (c) ICMS sobre serviços de transporte para exportação; (d) divergência na aplicação da legislação de regência de operações com substituição tributária; e (e) aquisição de vagões em decorrência da alegada não isenção prevista pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO e (f) ICMS e multa sobre operações com documentos fiscais considerados inidôneos pelo fisco.
- (iv) Cobrança de IRRF sobre: (a) suposto ganho de capital decorrente de aquisição de empresas localizadas no exterior; e (b) glosa de compensação de IRRF sobre operações de swap.
- (v) Glosas de créditos de PIS e COFINS, apurados na sistemática não cumulativa, em virtude de divergência no conceito de insumos.
- (vi) Pedidos de parcelamento de débitos tributários federais indeferidos parcialmente pela Receita Federal do Brasil, sob o argumento de que os prejuízos fiscais são insuficientes para a quitação dos respectivos débitos.
- (vii) Cobranças de IOF relacionadas, substancialmente, à: (a) contas correntes mantidas por controladas da Companhia; e (b) transações financeiras entre as companhias do grupo.
- (viii) Declarações de compensação via sistema eletrônico PERD/COMP, referentes a “crédito-prêmio”, consideradas como não declaradas pela Receita Federal do Brasil.
- (ix) Cobrança de glosa de créditos de IPI relativos à aquisição de matéria-prima utilizada na fabricação de produtos imunes.
- (x) Cobrança de IRPJ/CSL e multas em razão de exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo governo da Áustria e pelo governo da Espanha, esse último por meio do Instituto de Crédito Oficial (“ICO”).
- (xi) Cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (“IPTU”) relativa aos imóveis ferroviários arrendados ou cedidos à empresa em razão do contrato de concessão e à faixa de domínio ferroviária sobre os quais recai imunidade tributária. A matéria está em discussão no STF e um resultado desfavorável deverá gerar nova cobrança (inclusive de municípios que atualmente não cobram o mencionado tributo), em valores que ainda não é possível mensurar e, caso isso ocorra, será possível ajuizar demanda para restabelecer o equilíbrio econômico do contrato de concessão mencionado.

Não identificamos efeitos da IFRIC 23 / ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro que possam afetar as políticas contábeis da Companhia e suas controladas, bem como essas demonstrações financeiras anuais.

Cíveis, ambientais e regulatórias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	1.059.547	983.867	3.355.370	3.184.240
Ambientais	51.540	60.549	1.691.409	2.330.683
Regulatórios	669	755	1.522.749	1.651.088
	1.111.756	1.045.171	6.569.528	7.166.011

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos nas esferas cível, ambiental e regulatória, com prognóstico de perda possível.

- **Esfera Cível:** A carteira de processos cíveis é composta majoritariamente por demandas indenizatórias de natureza contratual e extracontratual.
- **Esfera Ambiental:** Os processos ambientais versam sobre termos de compromisso, inquéritos civis e ações civis públicas.
- **Esfera Regulatória:** Os processos regulatórios versam, em geral, sobre processos administrativos sancionatórios instaurados por órgãos reguladores.

Cíveis:

- (i) A Companhia litiga em ação de cobrança de honorários advocatícios ajuizada por Alexandre Saddy Chade e outros, que requerem a condenação da Companhia e demais réus ao pagamento de supostos honorários advocatícios, no valor aproximado de R\$399. A ação foi julgada improcedente, decisão confirmada pelo Tribunal de Justiça. Será interposto Recurso Especial para majoração da condenação dos honorários de sucumbência.
- (ii) A controlada Moove é parte em um processo movido por Petroleum Comércio e Representações Ltda., que busca a condenação da companhia ao pagamento de danos materiais, lucros cessantes e multa, sob alegação de inadimplemento contratual. Este processo envolve o valor total de R\$160.508 e aguarda julgamento de mérito em primeira instância.
- (iii) A controlada indireta Rumo Malha Sul é parte em execução de termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público Federal ("MPF"). O MPF alega que a Rumo não estaria realizando transporte de cargas na região de Presidente Prudente e, em razão disso, requereu a execução de multa diária, bem como a majoração do valor da multa. A Rumo, por sua vez, ajuizou ação declaratória para dar a correta interpretação ao TAC, uma vez que seu compromisso era o de tentar conseguir carga em volume suficiente para a realização do transporte. Periodicamente, a companhia realiza seminários na região, mas até o momento não conseguiu angariar interessados na prestação dos serviços. As demandas encontram-se em primeira instância, aguardando decisão judicial. Houve pedido de suspensão da demanda para tentativa de acordo e, em paralelo, a Malha Sul, a União e a ANTT celebraram acordo com vistas a adequar os critérios utilizados para apuração do valor para devolução de trecho. A contingência total do caso é de R\$146.569, sendo que 50% dos valores estão provisionados e o restante está classificado como contingência possível.
- (iv) Em novembro de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), no julgamento do processo administrativo instaurado a partir de representação de ex-cliente, condenou a controlada Rumo ao pagamento de multa no valor atualizado de R\$339.811. A decisão foi mantida no julgamento dos embargos de declaração. A fixação de tal valor contraria precedentes do próprio CADE, seja com relação à base de cálculo, seja em relação à alíquota utilizada, razão pela qual a Companhia ajuizou ação anulatória da decisão, a qual se encontra em grau de apelação. Com base na análise técnica de seu corpo jurídico externo, a Rumo avalia como provável o risco de perda de parcela no valor de R\$31.262 (para a qual registrou provisão) e classifica a diferença como contingência possível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

- (v) A controlada indireta Rumo Malha Paulista é ré, junto ao Município de Jales e outros, em ação civil pública na qual o MPF alega falta de estrutura de passagens em nível ao longo dos municípios da subseção de Jales, bem como uso indiscriminado de buzina. O valor estimado é de R\$144.071.
- (vi) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a controlada indireta TRSP avaliou com prognóstico de perda possível em arbitragem de natureza cível em estágio inicial com fornecedor contratado para o período de obra do Terminal.

Ambientais:

- (i) A Moove é ré em uma Ação Civil Pública (“ACP”) que visava o pagamento de indenização pela poluição ambiental ocorrida na antiga área da Companhia Usina de Passivos. Foram ajuizadas diversas ACPs contra diferentes empresas. Em fevereiro de 2024, houve alteração em uma das ACPs, na qual o valor atribuído pelo Ministério Público era de R\$365.319, e a ação foi extinta e arquivada. Em outra ACP, houve delimitação da responsabilidade da Companhia, onde celebrou acordo em fevereiro/2025 no valor de R\$287.500, o qual está pendente de homologação.
- (ii) A Rumo Malha Paulista foi autuada, em 2013, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (“IBAMA”) por supostos danos em recursos hídricos. A companhia apresentou defesa e, em setembro de 2021, requereu o reconhecimento de prescrição intercorrente. Aguarda-se análise sobre o mérito da questão. O valor envolvido é de R\$243.955.

Em 2014, a Rumo Malha Sul foi autuada pelo IBAMA por supostos derramamentos de óleo em desacordo com a legislação ambiental. Foram lavrados dois autos de infração, nos valores de R\$117.596 e R\$195.992. A Companhia apresentou recursos administrativos e aguarda decisão na esfera administrativa desde 2015. Essa autuação também está sendo discutida na esfera regulatória.

Regulatórios:

- (i) A Rumo Malha Paulista é parte em ação indenizatória, ajuizada pela antiga Rede Ferroviária Federal S.A. (“RFFSA”), sucedida pela União, em razão da desativação do sistema de tração elétrica da ferrovia. O valor dos pedidos soma R\$356.284, para o qual não há provisão. Em fevereiro de 2023, houve prolação de sentença de improcedência. Dado parcial provimento ao recurso da União para reconhecer a existência de prejuízo a ser apurada em liquidação de sentença (condenação ilíquida).

Trabalhista:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Reclamações trabalhistas	10.189	9.168	690.535	805.222
	10.189	9.168	690.535	805.222

A Rumo Malha Paulista é parte em uma ACP que tramita na Justiça do Trabalho. O processo teve origem em uma fiscalização realizada na MS Teixeira, subcontratada da Prumo Engenharia Ltda. (Prumo Engenharia), que, por sua vez, era contratada da Rumo. A fiscalização alegou que os trabalhadores da MS Teixeira laboravam em condições degradantes e análogas à escravidão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

A Prumo Engenharia assumiu integralmente a responsabilidade pela situação dos empregados, incluindo as responsabilidades trabalhistas e contratuais, bem como todos os prejuízos decorrentes das alegadas condições de trabalho instituídas por seus subcontratados. A Prumo Engenharia realizou as rescisões dos contratos de trabalho desses trabalhadores, as quais foram homologadas perante o então Ministério do Trabalho e Emprego, sem qualquer participação da Rumo.

Além disso, foi instaurada investigação criminal contra a Rumo, que foi arquivada. No entanto, o Ministério Público do Trabalho ajuizou uma ACP contra a Rumo Malha Paulista, sem a inclusão da Prumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$100.000 (entre outros compromissos). A ação foi julgada parcialmente procedente, condenando a controlada em obrigações de fazer e não fazer, bem como em dano moral coletivo no valor de R\$15.000.

A Rumo celebrou acordo com o Ministério Público do Trabalho, no qual assumiu o cumprimento de diversas obrigações ligadas a condições de trabalho e efetuou o pagamento de indenização no valor de R\$ 20.000, destinados a diversas entidades sociais. O acordo foi homologado judicialmente pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Após a homologação, a Advocacia Geral da União (“AGU”) interpôs recurso questionando, apenas e tão somente, a destinação da indenização, uma vez que, na visão da Advocacia Geral da União, a indenização deve ser destinada ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (“FAT”). O recurso foi julgado e não provido mantendo-se a destinação dos valores conforme acordo firmado.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Política contábil:

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução do capital próprio. O imposto de renda relacionado aos custos de transação de uma operação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 15 – Imposto de Renda e Contribuição Social.

As transações envolvendo acionistas do grupo são alocadas em “Transações de Capital”, como pagamento baseado em ações e alterações na participação em controladas.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito era de R\$8.832.544 (R\$8.682.544 em 31 de dezembro de 2023), totalmente integralizado e representado por 1.866.570.932 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme o estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$9.000.000.

Em 29 de maio de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$150.000, sem emissão de novas ações, mediante a conversão de parte do saldo existente na conta de reserva estatutária e a distribuição de dividendos no valor de R\$840.000.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era composto por:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Composição acionária	Ações ordinárias	
	Quantidade	%
Grupo de controle	672.312.930	36,02%
Administradores	26.204.828	1,40%
Free float	1.164.305.209	62,38%
Total de ações	1.862.822.967	99,80%
Ações em tesouraria	3.747.965	0,20%
Total	1.866.570.932	100,00%

b) Ações em tesouraria

Política contábil:

Ações em tesouraria representam ações recompradas pela Companhia e disponíveis para fins específicos e limitados. Para fins contábeis, a Cosan mantém as ações necessárias para atender aos futuros planos de pagamento baseados em ações dos funcionários, e esse volume é tratado da mesma forma que as ações em tesouraria.

Em 14 de agosto de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o novo Programa de Recompra de Ações, de até 116.000.000 de ações ordinárias, representando 9,93% do total de ações disponíveis no mercado, com prazo de 18 meses. As ações recompradas podem ser utilizadas para cumprir obrigações decorrentes de potenciais exercícios de planos de remuneração baseados em ações, manutenção em tesouraria, alienação ou cancelamento, de acordo com a legislação aplicável.

Em 13 de agosto de 2024, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 7.500.000 ações ordinárias emitidas pela Companhia, adquiridas e mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social. Os efeitos desse cancelamento foram transferidos para o patrimônio líquido como “Cancelamento de Ações em Tesouraria”, entre “Transações de Capital” e “Ações em Tesouraria”, no montante de R\$118.975.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 3.747.965 ações em tesouraria (6.514.511 ações em 31 de dezembro de 2023), cujo preço de mercado era de R\$8,16.

c) Reserva estatutária – reserva especial

Política contábil:

A reserva estatutária tem por finalidade reforçar o capital de giro e financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

d) Reserva legal

Política contábil:

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social, de acordo com a Lei nº 6.404/76.

e) Dividendos

Política contábil:

Conforme o estatuto da Companhia, ao final de cada exercício social, é destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, em consonância com a legislação societária.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e o excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), serão objeto de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária.

i. A receber

<u>Controladora</u>	<u>Investimentos em controladas ⁽ⁱ⁾</u>	<u>Investimentos em controlada em conjunto</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2023	609.456	—	609.456
Dividendos declarados	348.493	571.033	919.526
Outros movimentos	(3.567)	—	(3.567)
Dividendos recebidos	(855.188)	(351.092)	(1.206.280)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	99.194	219.941	319.135
Dividendos declarados	3.171.126	13.593	3.184.719
Aumento de Capital	(127.080)	—	(127.080)
Outros movimentos	9.501	—	9.501
Dividendos recebidos	(3.138.556)	(228.342)	(3.366.898)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.185	5.192	19.377

(i) Veja composição do saldo na nota 9.1.a.

<u>Consolidado</u>	<u>Investimentos em coligadas ⁽ⁱⁱ⁾</u>	<u>Investimentos em controlada em conjunto</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2023	161.147	—	161.147
Dividendos declarados	273.346	626.653	899.999
Juros sobre capital próprio declarados	—	588.078	588.078
Imposto de renda retido na fonte	—	(88.256)	(88.256)
Operação descontinuada	(62.699)	—	(62.699)
Outros movimentos	(81.053)	—	(81.053)
Dividendos recebidos	(254.905)	(906.534)	(1.161.439)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.836	219.941	255.777
Dividendos declarados	1.175.775	119.647	1.295.422
Outros movimentos	(84.945)	—	(84.945)
Dividendos recebidos	(1.018.794)	(293.912)	(1.312.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	107.872	45.676	153.548

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

(ii) Veja composição do saldo na Nota 9.1.b.

ii. A pagar

Movimentação dos dividendos a pagar

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	279.979	892.006
Dividendos declarados	794.289	2.239.495
Dividendos pagos	(798.203)	(2.582.447)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	276.065	549.054
Dividendos declarados ⁽ⁱ⁾	566.401	2.994.771
Dividendos pagos acionistas preferencialistas	—	(668.022)
Dividendos pagos	(838.971)	(2.779.081)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.495	96.722

(i) O valor do dividendo por ação no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 1,58 (R\$ 1,27 em 31 de dezembro de 2023).

f) Outros resultados abrangentes

	31/12/2023	Resultado abrangente	31/12/2024
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	(1.487.128)	(393.651)	(1.880.779)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	1.838.413	537.111	2.375.524
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios definido	(291.213)	162.598	(128.615)
Imposto diferido sobre perdas atuariais de plano de benefícios definido	99.012	(55.283)	43.729
Perdas na mensuração de instrumento financeiro derivativo	(45.631)	—	(45.631)
Varição do valor justo de ativo financeiro	77.152	—	77.152
Imposto de renda diferido sobre ativo financeiro	(26.232)	—	(26.232)
Total	164.373	250.775	415.148

Atribuível aos:

Acionistas controladores	314.325	251.530	565.855
Acionistas não controladores	(149.952)	(755)	(150.707)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2022	Resultado abrangente	31/12/2023
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	(1.361.895)	(125.233)	(1.487.128)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	2.010.914	(172.501)	1.838.413
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios definido	(219.663)	(71.550)	(291.213)
Imposto diferido sobre perdas atuariais de plano de benefícios definido	74.685	24.327	99.012
Perda na mensuração de instrumento financeiro derivativo	(45.631)	—	(45.631)
Variação do valor justo de ativo financeiro	77.152	—	77.152
Imposto de renda diferido sobre ativo financeiro	(26.232)	—	(26.232)
Total	509.330	(344.957)	164.373
Atribuível aos:			
Acionistas controladores	567.546	(253.221)	314.325
Acionistas não controladores	(58.216)	(91.736)	(149.952)

18. RESULTADO POR AÇÃO

Política contábil:

O resultado por ação, tanto o básico quanto o diluído, é um indicador financeiro que demonstra o resultado líquido de uma empresa por ação ordinária em circulação.

a) Resultado Básico por Ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

b) Resultado Diluído por Ação

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da controladora pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o ano mais a média ponderada do número de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em ações ordinárias.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Básico e diluído – Operação continuada

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro básico por ação	(9.608.882)	1.078.737
Efeito dilutivo do plano baseado em ações das controladas	—	(814)
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro diluído por ação	(9.608.882)	1.077.923
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação – básico (em milhares de ações)		
Básico	1.862.704	1.867.005
Diluído do plano de pagamento baseado em ações	—	7.341
Recompra de ações	(257)	—
Diluído	1.862.447	1.874.346
Resultado por ação		
Básico	(R\$5,1586)	R\$0,5778
Diluído	(R\$5,1593)	R\$0,5751

Básico e diluído – Operação descontinuada

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro básico e diluído por ação	185.087	15.654
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro diluído por ação	185.087	15.654
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação – básico (em milhares de ações)		
Básico	1.862.704	1.867.005
Diluído do plano de pagamento baseado em ações	7.354	7.341
Diluído	1.870.058	1.874.346
Resultado por ação		
Básico	R\$0,0994	R\$0,0084
Diluído	R\$0,0990	R\$0,0084

Instrumentos diluidores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, 256.753 ações relacionadas ao plano de recompra de ações da Companhia foram consideradas na análise do lucro por ação diluído, pois aumentam o prejuízo por ação.

Instrumentos antidiluidores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, 7.353.624 (12.269.677 em 31 de dezembro de 2023), relacionadas ao plano de pagamento baseado em ações da Companhia, foram consideradas na análise do lucro por ação, mas não geraram impacto no cálculo, pois aumentam o lucro por ação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil:

A Companhia apresenta a receita bruta das vendas e serviços, as deduções de vendas, os abatimentos e os impostos, conforme exigido para empresas brasileiras de acordo com a lei nº 6.404/76, secção V, Art. 187. As principais fontes de receita são:

i. Venda de produtos

As receitas de vendas são reconhecidas no momento da entrega dos produtos aos clientes. A entrega é considerada o momento em que os clientes aceitam as mercadorias e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida nesse momento, desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos.

Os lubrificantes são vendidos em contratos identificados com clientes individuais e em conjuntos, como um pacote de bens e serviços.

Alguns contratos de venda de lubrificantes não podem ser adquiridos separadamente de um pacote de serviços. No entanto, os bens e serviços são claramente distintos nos contratos. Essa modalidade de venda representa duas obrigações de desempenho separadas e, portanto, a receita será reconhecida para cada uma dessas obrigações de desempenho quando o controle dos respectivos bens e serviços for transferido para o cliente. O preço da transação é alocado às diferentes obrigações de desempenho com base no preço de venda independente, no qual as receitas são identificadas, mensuradas e registradas separadamente. Incentivos comerciais, incluindo incentivos em dinheiro, descontos e abatimentos por volume e bens ou serviços gratuitos ou com desconto, são contabilizados como uma redução da receita.

ii. Receita faturada

A receita referente à distribuição de gás natural proveniente dos direitos de concessão possui valor justo e preços de venda de serviços individuais amplamente semelhantes.

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes, com base nas medições mensais realizadas.

iii. Receita não faturada

A receita de distribuição de gás natural não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Esse montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

iv. Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida ao longo do tempo, com base no método do custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os adiantamentos recebidos são incluídos nos passivos de contrato.

v. Serviços prestados

A receita é reconhecida ao longo do tempo, conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão, para determinar o valor da receita a ser reconhecida, é avaliado com base em avaliações do progresso do trabalho realizado.

Se os serviços, sob um único contrato, ocorrerem em períodos diferentes, a contraprestação é alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que o Grupo Cosan vende os serviços em transações separadas.

vi. Serviços de logística prestados

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando a controlada transfere para a contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação de serviços, quando é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a controlada, e quando o valor relacionado e os custos incorridos podem ser mensurados com segurança.

Os preços dos serviços são fixados com base em ordens de serviço ou contratos. A receita é basicamente composta por frete ferroviário, frete rodoviário, transporte de contêineres e serviços de elevação portuária, razão pela qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço de logística é prestado.

vii. Receita de arrendamentos

A receita de aluguel é reconhecida linearmente ao longo do prazo de cada contrato, na medida em que os contratos transferem aos clientes o direito de usar os ativos por um período em troca de contraprestações à controlada, que podem ser medidas de forma confiável.

viii. Venda de propriedades para investimento

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela alienação de propriedades para investimento no curso normal das atividades das controladas. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, e nas demonstrações financeiras consolidadas, após a eliminação das vendas dentro da controlada. A receita é reconhecida quando a controlada cumpre todas as obrigações e promessas identificadas no contrato de transferência dos bens ao cliente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta na venda de produtos e serviços	50.141.542	45.298.287
Receita de construção	1.602.284	1.494.142
Impostos sobre vendas e outras deduções	(7.793.084)	(7.323.932)
Receita operacional líquida	43.950.742	39.468.497

A tabela a seguir apresenta a receita desagregada por linhas de produtos e serviços, e por tempo de reconhecimento:

Momento específico no tempo	31/12/2024	31/12/2023
	Distribuição de gás	16.186.691
Lubrificantes, óleo básico e outros	9.424.869	9.285.675
Arrendamento e venda de propriedades	1.441.809	743.411
Outros	596.633	538.445
	27.650.002	26.304.981
Ao longo do tempo		
Transporte ferroviário	13.251.052	10.379.017
Operações de contêineres	685.337	558.699
Receita de construção	1.602.284	1.494.141
Outros serviços	823.500	792.951
	16.362.173	13.224.808
Eliminações	(61.433)	(61.292)
Total das receitas líquidas	43.950.742	39.468.497

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Política contábil:

A Companhia e suas controladas aplicam o modelo de ativo intangível, conforme o IFRIC 12/ ICPC 01 e o IAS 38/ CPC 04, para a contabilização dos contratos de concessão de distribuição de gás natural, e classificam a amortização do contrato de concessão em custos de vendas.

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das receitas, custos e despesas por natureza/finalidade é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Matéria-prima e material de uso na prestação de serviços	—	—	(7.134.069)	(7.291.453)
Custo do gás e transporte	—	—	(12.083.199)	(11.919.415)
Despesas com transporte ferroviário e elevação	—	—	(3.129.514)	(2.696.333)
Outros transportes	—	—	(484.136)	(523.747)
Depreciação e amortização	(15.862)	(14.401)	(3.868.583)	(3.364.943)
Despesas com pessoal	(234.779)	(317.936)	(3.115.478)	(2.893.919)
Custo de construção	—	—	(1.602.284)	(1.494.141)
Despesas com serviços de terceiros	(55.483)	(46.816)	(901.372)	(952.294)
Despesas comerciais	(81)	(29)	(42.815)	(37.451)
Custo das propriedades vendidas (Nota 8)	—	—	(746.956)	(153.470)
Outras despesas	(61.949)	(58.208)	(1.548.827)	(1.101.274)
	(368.154)	(437.390)	(34.657.233)	(32.428.440)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	—	—	(30.236.061)	(28.549.896)
Despesas com vendas	—	—	(1.575.890)	(1.350.570)
Gerais e administrativas	(368.154)	(437.390)	(2.845.282)	(2.527.974)
	(368.154)	(437.390)	(34.657.233)	(32.428.440)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Créditos fiscais extemporâneos	15.861	—	60.282	43.835
Mudança no valor justo de propriedades para investimento - Nota 11.5	—	—	1.273.033	2.259.924
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(16)	13.563	141.863	(17.016)
Resultado na venda de investimentos ⁽ⁱ⁾	—	—	(383.205)	—
Efeito líquido das demandas judiciais, recobráveis e parcelamentos tributários	(47.391)	(86.619)	(313.876)	(204.158)
Dividendos recebidos da Vale S.A.	—	—	—	1.339.340
Acordo contratual e outros ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	689.764	(143.221)
Reversão de outras provisões ⁽ⁱⁱⁱ⁾	—	—	291.032	—
Realização de receita diferida	—	—	—	923.214
Receitas eventuais	78.059	66.850	168.245	303.825
Provisão para baixa e por redução ao valor recuperável ^(iv)	—	—	(3.155.400)	—
Ganho com reestruturação societária ^(v)	—	—	168.855	—
Outros	(172.664)	(63.050)	(546.159)	(581.366)
	(126.151)	(69.256)	(1.605.566)	3.924.377

- (i) Conforme detalhado na Nota 2, este item refere-se ao efeito líquido da operação de venda de participação societária na Vale S.A.
- (ii) Este item refere-se, principalmente, a um acordo comercial com fornecedores da controlada indireta Compass.
- (iii) No segundo trimestre de 2024, a controlada Comgás reavaliou e concluiu, segundo os critérios do CPC 25/IAS 37, que não existe atualmente expectativa provável de saída de recursos para parte do montante então registrado em seu balanço patrimonial na rubrica "Outros Passivos", procedendo, assim, com sua reversão.
- (iv) O saldo inclui provisão para baixa do valor residual dos ativos com o tráfego diretamente interrompido pelos eventos climáticos extremos ocorridos no Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 182.041, e *impairment* da controlada indireta Rumo Malha Sul S.A. Inclui, também, um saldo de *impairment* da controlada indireta Rota 4 Participações S.A., no valor de R\$ 6.155.
- (v) Este montante se refere ao preço de aquisição adicional que a CLI SUL se comprometeu a pagar à controlada Rumo, nos termos do contrato de compra e venda.

22. RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil:

As receitas financeiras compreendem:

- Receitas de juros sobre fundos investidos;
- Dividendos;
- Ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

- Ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação pré-existente em uma aquisição em uma combinação de negócios;
- Ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado;
- Reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A receita de juros é reconhecida no resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido, que, no caso de títulos cotados, é normalmente a data ex-dividendo.

As despesas financeiras compreendem:

- Despesas com juros sobre empréstimos;
- Liquidação do desconto de provisões e diferimento;
- Perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda;
- Dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos;
- Perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e contraprestação contingente;
- Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber);
- Perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidas no resultado;
- Reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(1.820.040)	(969.613)	(5.767.426)	(4.267.829)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(1.969.526)	60.798	(5.795.089)	1.921.632
Resultado com derivativos e valor justo	1.827.880	(1.253.705)	3.787.479	(2.684.111)
Amortização do gasto de captação	(21.009)	(9.529)	(113.136)	(64.588)
Fianças e garantias sobre dívida	—	—	(36.079)	(38.773)
	(1.982.695)	(2.172.049)	(7.924.251)	(5.133.669)
Rendimento de aplicações financeiras e variação cambial de caixa	200.927	222.839	1.975.811	2.057.369
Atualização de investimento financeiro sobre entidades listadas	—	—	—	(3.147.031)
	200.927	222.839	1.975.811	(1.089.662)
Custo da dívida, líquida	(1.781.768)	(1.949.210)	(5.948.440)	(6.223.331)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	63.336	45.285	464.883	450.478
Atualização de outros ativos financeiros	—	1.777	—	1.777
Arrendamento e concessão	—	—	(387.044)	(514.236)
Arrendamento mercantil	(3.005)	(3.574)	(641.144)	(444.850)
Juros sobre capital próprio	(1.295)	481.753	(44.464)	(46.212)
Juros sobre contingências e contratos	(19.362)	(217.481)	(605.231)	(781.087)
Juros sobre ativo e passivo setorial	—	—	(88.170)	(97.845)
Despesas bancárias e outros ⁽ⁱ⁾	(40.703)	(36.319)	155.624	(107.747)
Variação cambial e derivativos não-dívida	(3.513.820)	186.321	(1.655.731)	(133.974)
	(3.514.849)	457.762	(2.801.277)	(1.673.696)
Resultado financeiro, líquido	(5.296.617)	(1.491.448)	(8.749.717)	(7.897.027)
Reconciliação				
Despesas financeiras	(2.357.419)	(1.934.520)	(7.637.116)	(11.337.430)
Receitas financeiras	291.426	829.235	2.655.899	3.028.134
Variação cambial	(3.557.941)	712.582	(5.741.359)	1.777.438
Efeito líquido dos derivativos	327.317	(1.098.745)	1.972.859	(1.365.169)
Resultado financeiro, líquido	(5.296.617)	(1.491.448)	(8.749.717)	(7.897.027)

- (i) Em 9 de dezembro de 2024, a controlada indireta Comgás, a partir da Nota Técnica nº SEI-0048454038 emitida pela Arsesp e pelo direito garantido oriundo de seu Contrato de Concessão vigente revisou a mensuração da sua estimativa do ativo financeiro indenizável impactando a forma de reconhecimento da indenização. Essa mudança de estimativa teve maior impacto no resultado financeiro, além de impactos menos significativos nas rubricas “Receita operacional líquida” e “Outros ativos”.

23. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Política contábil:

O custo dos planos de pensão de benefício definido e de outros benefícios pós-emprego, bem como o valor presente da obrigação de aposentadoria, são determinados com base nos resultados de avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de diversas premissas que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estas incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela Administração em cada data de balanço.

i. Planos de Contribuição Definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego segundo o qual a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado dos períodos em que os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições para um plano de contribuição definida com vencimento superior a 12 meses após o final do período em que os funcionários prestam o serviço são descontadas ao seu valor presente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia patrocina um plano de contribuição definida chamado Plano de Aposentadoria FuturaFlex (para os funcionários da Compass, Comgás e Commit), administrado pela FuturaMais – Entidade de Previdência Complementar (anteriormente denominada RaizPrev – Entidade de Previdência Privada, que incorporou a Futura II – Entidade de Previdência Complementar). A Entidade é dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tendo como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, conforme definido nos Regulamentos dos Planos de Benefícios.

A Companhia não possui obrigações legais e contratuais que possam gerar a necessidade de realizar contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano apresente resultado deficitário.

ii. Contribuição variável

Um plano de contribuição variável, também conhecido como misto, reúne aspectos do Benefício Definido (“BD”) e da Contribuição Definida (“CD”).

As demais empresas do Grupo patrocinam um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, chamado Plano de Aposentadoria Futura II. Também administrado pela FuturaMais – Entidade de Previdência Complementar (anteriormente denominada RaizPrev – Entidade de Previdência Privada, que incorporou a Futura II – Entidade de Previdência Complementar), ele reúne as características da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio e pensão por morte).

iii. Benefício definido

O plano de benefício definido é um plano em que os participantes têm o benefício devido determinado por força das disposições regulamentares. O custo é estabelecido por meio de avaliações atuariais, com periodicidade mínima anual, realizadas com base em premissas.

Plano de Aposentadoria

O Plano de Aposentadoria, administrado pela Futura – Entidade de Previdência Complementar e patrocinado pela Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A., encontra-se fechado e em extinção desde 2011.

De acordo com o regulamento, a Companhia adota provisão no valor presente dos benefícios, e os assistidos recebem anuidade de acordo com o plano. Os principais riscos atuariais são:

- a) Maior sobrevida em relação ao especificado nas tabelas de mortalidade;
- b) Retorno sobre o patrimônio líquido inferior à taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial, acrescida do IGP-DI acumulado; e
- c) Estrutura familiar real divergente das hipóteses de aposentadoria estabelecidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Plano médico

A Companhia possui planos de benefícios definido relacionados a assistência médica nas subsidiárias Comgás e Compagas. A controlada Comgás oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedido aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após essa data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a esse plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria, estejam trabalhando na Companhia.

Já na Compagas é oferecido o Plano Pró-Saúde para funcionários e dependentes, com contribuições mensais da patrocinadora e empregados. Os beneficiários na aposentadoria terão direito de permanecer de forma vitalícia no plano.

Os principais riscos deste plano são maior sobrevida dos beneficiários e maior custo de inflação médica em relação àqueles considerados nos cálculos.

Plano de previdência

A Compagas oferece plano de contribuição definida do tipo misto, que é caracterizado pela acumulação de poupança durante a fase de atividade dos empregados e quando da aposentadoria é convertido em renda vitalícia.

Os principais riscos deste plano são maior sobrevida dos beneficiários e maior crescimento salarial em relação àqueles considerados nos cálculos.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação ao plano de pós-emprego de benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício pós-emprego representa o valor presente das obrigações, deduzido do valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidas imediatamente em outros resultados abrangentes ("ORA"). Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos no resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição definida		
Futura II	298	333
Benefício definido		
Futura	141.050	175.150
Plano médico	385.272	442.164
	526.322	617.314
Total	526.620	617.647

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

DETALHAMENTO DOS PLANOS VIGENTES

a) Contribuição definida

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor das contribuições pagas pela empresa foi de R\$111 (R\$103 em 31 de dezembro de 2023).

b) Benefício definido

A controlada indireta Cosan Lubrificantes Especialidades (“CLE”) patrocina a Futura – Entidade de Previdência Complementar (“Futura”), anteriormente denominada Previd Exxon – Entidade de Previdência Complementar. A Futura tem como objetivo principal os benefícios complementares, dentro de certos limites estabelecidos no regulamento do Plano de Aposentadoria. Esse plano foi alterado para ser fechado a novos participantes e aprovado pelas autoridades competentes em 5 de maio de 2011. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as contribuições totalizaram R\$16.252 (R\$13.199 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). A duração média ponderada da obrigação é de 8,9 anos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Em 2025, a CLE espera efetuar uma contribuição no valor de R\$16.328 em relação ao seu plano de benefício definido.

c) Plano de previdenciário

A controlada Compass registrou no resultado do exercício o montante de R\$15.076 (R\$14.647 em 31 de dezembro de 2023), referente às contribuições para o plano previdenciário de contribuição definida.

Ademais, a controlada indireta Compagas realizou a análise atuarial do plano previdenciário de benefício definido, o qual está superavitário e, portanto, não foram registrados saldos. Os detalhes estão a seguir:

	<u>31/12/2024</u>
Obrigação no final do exercício	(32.604)
Ativos financeiros no final do exercício	42.435
Superavit apurado	9.831
Efeito do limite do ativo	(9.831)
Passivo a ser reconhecido	-

d) Plano médico

As obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego incluem assistência médica, incentivo à aposentadoria, pagamento de auxílio-doença e pensão por incapacidade.

O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados pelo índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade da aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as contribuições totalizaram R\$31.169 (R\$27.088 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). A duração média ponderada da obrigação é de 8,9 anos (10,9 anos em 31 de dezembro de 2023) na subsidiária Comgás e 20,4 anos (27,5 anos em 2023) na subsidiária Compagas. Em 2025, controladas esperam efetuar uma contribuição no valor de R\$46.643 em relação ao seu plano de benefício definido.

COMPOSIÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DOS PLANOS VIGENTES

Os detalhes do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são apresentados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigação de benefício definido no início do exercício	1.141.841	1.097.982
Custo dos serviços correntes	386	157
Combinação de negócios	9.560	—
Juros sobre obrigação atuarial	105.302	107.057
Liquidação antecipada no plano	—	—
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(170.791)	62.807
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	23.181	(62.889)
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	505	22.116
Benefícios pagos	(91.684)	(85.389)
Obrigação de benefício definido no final do exercício	1.018.300	1.141.841
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(524.527)	(522.474)
Receitas de juros	(46.423)	(49.720)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	34.709	2.443
Liquidação antecipada no plano	—	—
Contribuições do empregador	(43.340)	(40.278)
Benefícios pagos	87.603	85.502
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(491.978)	(524.527)
Passivo líquido de benefício definido	526.322	617.314

A despesa total reconhecida no resultado é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos serviços correntes	(386)	(157)
Juros sobre obrigação atuarial	(58.879)	(57.337)
	(59.265)	(57.494)

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2024	31/12/2023
Montante acumulado no início do exercício	180.311	204.788
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	168.351	(62.807)
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(23.575)	62.889
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	—	(22.116)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	(34.709)	(2.443)
Montante acumulado no final do exercício	290.378	180.311

Os ativos do plano são compostos do seguinte:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
Renda fixa	491.194	100,00%	523.743	100,00%
	491.194	100,00%	523.743	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos do plano são compostos por ativos financeiros com cotação em mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios da Companhia e suas controladas são as seguintes:

	Futura		Plano médico	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto	11,07%	9,29%	12,14% a.a.	10,12% a.a.
Taxa de inflação	3,50%	3,50%	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Futuros aumentos salariais	N/A	N/A	N/A	n/a
Morbidade (aging factor)	N/A	N/A	3,00%	3,00%
Futuros aumentos de pensão	3,50%	3,50%	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	N/A	N/A	AT-2000 (suavizada em 10%)	AT-2000 (suavizada em 10%)
Mortalidade de inválidos	N/A	N/A	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	N/A	N/A	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	N/A	N/A	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/ (tempo de serviço +1)

Análise de sensibilidade

A taxa de desconto é uma das premissas atuariais relevantes, pois afeta a obrigação de benefício definido. A tabela a seguir demonstra a sensibilidade da obrigação de benefício definido a mudanças na taxa de desconto, mantendo as demais premissas constantes:

	Taxa de desconto		Inflação médica	
	Aumento 0,50%	Redução (0,50)%	Aumento 0,50%	Redução (0,50)%
Futura	611.199	654.754	—	—
Plano médico	(17.382)	18.988	(432)	520

Não houve alteração nas premissas biométricas e demográficas em relação aos anos anteriores, nem nos métodos adotados na elaboração da análise de sensibilidade.

24. PAGAMENTO COM BASE EM AÇÕES

Política contábil:

O valor justo dos benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido como despesa de pessoal, com um aumento correspondente no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios e proporcionalmente ao longo do período de aquisição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e as condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atenderem às condições de serviço e às condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições, e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa, com um aumento correspondente no passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, com base no valor justo dos direitos sobre a valorização das ações. Quaisquer alterações no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

A Companhia e suas controladas possuem Planos de Remuneração Baseada em Ações que são liquidáveis em ações e em caixa. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações:

Programas outorgados até 31 de dezembro de 2023 e ainda vigentes

- Concessão de ações (liquidadas em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de 5 anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*).
- Concessão de ações (liquidadas em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao longo ou ao final do período de carência de 3 a 5 anos, condicionada:
 - (i) Parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*); e
 - (ii) Parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*).
- Plano de remuneração baseado em ações (liquidado em caixa) no qual é atribuído aos beneficiários um determinado número de unidades referenciadas a um preço teórico de ações calculado com base no EBITDA do Grupo Cosan de cada ano. As unidades serão pagas à vista, mediante cumprimento das condições contratuais de 3 a 5 anos de *vesting period*. Os pagamentos acontecem no final de cada ciclo (de 3 a 5 anos após a data de outorga), com base no valor referenciado convertido da ação naquele momento.

Outorgas realizadas em 2024

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram estabelecidos os seguintes Programas de pagamento baseado em ações:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Programa	Condições de aquisição de direito
Investe Sócios	<p><u>Outorga 30 de janeiro de 2024.</u></p> <p>O programa de incentivo está condicionado a tempo de serviço (<i>service condition</i>) e metas de desempenho (<i>performance conditions</i>). Do total de ações do programa, 60% estão relacionadas a tempo de serviço pelo período de 5 anos sendo as ações outorgadas anualmente. O restante, equivalente a 40% do programa, estão relacionadas a metas de desempenho sendo necessário o atingimento de métricas específicas que podem variar entre 0% e 110% (para cálculo do valor justo foi considerado o atingimento de 100%). Ações ficam em <i>lock-up</i> por um ano. A outorga de 2024 é referente apenas à parcela outorgada anualmente, que é atrelada a <i>service condition</i> (<i>vesting</i> de 12 meses).</p>
Investe Cosan 2024	<p><u>Outorga 31 de julho de 2024.</u></p> <p>O programa de incentivo está condicionado a tempo de serviço (<i>service condition</i>) e metas de desempenho (<i>performance conditions</i>). Do total de ações do programa, 50% estão relacionadas a tempo de serviço pelo período de 3 anos. O restante, equivalente a 50% do programa, estão relacionadas a metas de desempenho sendo necessário o atingimento de métricas específicas que podem variar de 0% e 150%.</p>
Programa Investe 2024 – Rumo	<p><u>Outorga 22 de agosto de 2024.</u></p> <p>Programas de opções, sem <i>lock-up</i>, com entrega das ações ao final do período de carência de três anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (<i>service condition</i>) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (<i>performance conditions</i>), sendo que a quantidade das opções de performance outorgadas que poderá variar entre 0% e 200% a depender do desempenho.</p>
<i>Phantom shares</i> - Compass	<p><u>Outorga 01 de agosto de 2024.</u></p> <p>Plano de <i>phantom shares</i> que prevê a concessão de direitos de valorização de ações (“SARs”). Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Compass.</p>
Programa SOP 2024 Moove.	<p><u>Outorga 20 de novembro 2024.</u></p> <p>O programa de incentivo está condicionado a tempo de serviço (<i>service condition</i>) e atrelado a ocorrência de um evento de liquidez definidas no programa (<i>performance conditions</i>). As opções outorgadas aos participantes somente poderão ser exercidas após se tornarem opções vestidas, sendo que o prazo máximo para o exercício das Opções será de 6 (seis) anos a partir da data de outorga.</p>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Tipo de prêmio / Data de concessão	Empresa	Expectativa de vida (meses)	Concessão de planos	Exercido / cancelado / transferido	Disponível	Valor justo na data de outorga - R\$
Programa de concessão de ações						
31/07/2019	Cosan S.A.	60	229.020	(229.020)	—	13,44
31/07/2020	Cosan S.A.	60	68.972	(29.720)	39.252	20,93
31/07/2021 - Invest I	Cosan S.A.	36	424.839	(424.839)	—	24,38
10/09/2021 - Invest II	Cosan S.A.	48	5.283.275	(5.283.275)	—	22,24
11/10/2021 - Invest III	Cosan S.A.	60	806.752	(552.900)	253.852	23,20
31/07/2022 - Invest I	Cosan S.A.	36	846.506	(301.499)	545.007	18,74
22/11/2022 - Investe Sócios	Cosan S.A.	60	377.173	(20.936)	356.237	17,14
30/01/2023 - Investe Sócios	Cosan S.A.	36	12.472.325	(7.864.867)	4.607.458	15,26
31/07/2023 - Investe Cosan I - Regular	Cosan S.A.	36	1.047.845	(409.020)	638.825	17,53
01/12/2023 - Investe Cosan III - Associados	Cosan S.A.	60	546.734	(70.697)	476.037	17,68
30/01/2024 - Investe Sócios	Cosan S.A.	12	2.322.324	(2.322.324)	—	18,18
31/07/2024 - Programa Investe Cosan 2024	Cosan S.A.	36	1.428.479	—	1.428.479	13,54
			25.854.244	(17.509.097)	8.345.147	
01/07/2023 - Programa SOP A	Moove	72	699.276	(699.276)	—	142,62
01/07/2023 - Programa SOP B	Moove	72	279.710	(279.710)	—	88,32
01/07/2023 - Programa SOP C	Moove	72	223.768	(223.768)	—	76,54
01/07/2023 - Programa SOP D	Moove	72	139.855	(139.855)	—	71,45
20/11/2024 - Programa SOP 2024	Moove	72	610.940	—	610.940	50,05
			1.953.549	(1.342.609)	610.940	
15/08/2019	Rumo S.A.	60	843.152	(843.152)	—	22,17
11/11/2020	Rumo S.A.	60	776.142	(404.206)	371.936	20,01
05/05/2021	Rumo S.A.	60	1.481.000	(1.377.718)	103.282	20,84
15/09/2021	Rumo S.A.	36	1.560.393	(1.560.393)	—	18,19
01/09/2022	Rumo S.A.	36	1.781.640	(290.869)	1.490.771	20,36
06/09/2023	Rumo S.A.	36	1.724.867	(201.544)	1.523.323	21,86
22/08/2024	Rumo S.A.	36	2.433.432	(61.015)	2.372.417	23,37
			10.600.626	(4.738.897)	5.861.729	
Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa						
31/07/2019 - Invest I	Moove	60	132.670	(132.670)	—	50,79
31/07/2020 - Invest II	Moove	60	106.952	(18.341)	88.611	61,89
31/07/2021 - Invest III	Moove	36	80.729	(80.729)	—	102,73
31/07/2022 - Invest IV	Moove	36	77.967	(6.114)	71.853	135,05
31/07/2023 - Invest V	Moove	36	82.204	(1.856)	80.348	150,98
31/07/2024 - Invest VI	Moove	36	61.732	—	61.732	234,43
01/08/2022	Compass	36	950.994	(128.164)	822.830	25,59
01/08/2022	Edge Comercialização	36	31.409	(25.531)	5.878	25,59
01/08/2022	TRSP	36	35.604	(5.120)	30.484	25,59
01/08/2023	Compass	36	275.746	(38.408)	237.338	34,12
01/08/2023	Edge Comercialização	36	27.006	(16.740)	10.266	34,12
01/08/2023	TRSP	36	26.246	—	26.246	34,12
01/08/2024	Compass	36	277.262	—	277.262	42,21
01/08/2024	Edge Comercialização	36	97.535	(18.906)	78.629	42,21
01/08/2024	TRSP	36	2.867	—	2.867	42,21
01/11/2024	Compass	33	12.751	—	12.751	42,21
			2.279.674	(472.579)	1.807.095	
Total			40.688.093	(24.063.182)	16.624.911	

a) Reconciliação de opções de ações em circulação

O movimento no número de prêmios em aberto são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	7.426.957	17.876.508
Outorgado	14.066.904	16.868.466
Exercidos/cancelados/outros	(1.456.999)	(3.187.476)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.036.862	31.557.498
Outorgado	3.750.803	6.856.907
Acréscimo de ações ⁽ⁱ⁾	—	605.005
Exercidos/cancelados/outros ⁽ⁱⁱ⁾	(15.442.518)	(22.394.499)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.345.147	16.624.911

- (i) O total de ações acrescidas corresponde ao valor proporcional dos dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital próprio eventualmente pagos ou creditados pela controlada Compass aos seus acionistas, entre a data da outorga e o término do referido exercício de *vesting*.
- (ii) Durante o mês de agosto de 2024, houve a antecipação de 100% da provisão do plano “30/01/2024 - Investe Sócios” e da primeira tranche do plano “11/10/2021 – Invest III”. Os planos foram liquidados em setembro de 2024, e a provisão antecipada foi de R\$ 14.585, considerando valor principal e encargos.

b) Mensuração de valores justo

O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e as principais premissas utilizadas na aplicação dos modelos Black-Scholes e Binomial foram as seguintes:

		Preço médio de mercado na data de outorga	Taxa de juros	Volatilidade
Cosan S.A.	31/12/2024	13,54	N/A	N/A
	31/12/2023	16,82	N/A	N/A
Compass	31/12/2024	45,29	N/A	N/A
	31/12/2023	42,21	N/A	N/A
Rumo ⁽ⁱ⁾	31/12/2024	23,37	10,41%	25,84%
	31/12/2023	21,87	10,41%	25,84%
Moove ⁽ⁱⁱ⁾	31/12/2024	66,97	4,05%	42,85%
	31/12/2023	105,98	4,05%	42,85%

A volatilidade foi determinada da seguinte forma:

- (i) Para ações com capital aberto, com base na volatilidade histórica do preço da ação nos trinta dias anteriores à data da outorga.
- (ii) Para ações sem capital aberto, como as da Moove, com base na volatilidade histórica do preço da ação da empresa controladora, no período proporcional ao prazo do plano.

c) Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de remuneração com base em ações incluídas na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 65.901 (R\$ 207.713 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

COSAN CORPORATIVO

INCORPORAÇÃO DA COSAN OITO S.A.

Em 8 de janeiro de 2025, a Companhia finalizou o processo de incorporação da Cosan Oito, após a obtenção das aprovações regulatórias necessárias. Todos os ativos, direitos e obrigações dessa controlada foram integralmente transferidos para a Companhia.

ALIENAÇÃO PARCIAL DO INVESTIMENTO NA VALE

Em 16 de janeiro de 2025, a Cosan alienou 173.073.795 ações ordinárias da Vale, correspondentes a 4,05% do capital social da coligada, por R\$9.050.029. A Companhia manteve 4.268.720 ações ordinárias, correspondentes a 0,10% do capital social da coligada.

RESGATE ANTECIPADO DE DEBÊNTURES

Em 22 de janeiro de 2025, a Companhia solicitou o resgate antecipado facultativo total da 1ª Série da 3ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em Ações, da espécie quirografária, com vencimento original em 2028. O valor total do resgate é de R\$750.000, acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da remuneração até a data do efetivo pagamento, e do prêmio.

CALL ANTECIPADO – BOND 2027

Em 29 de janeiro de 2025, a Companhia informou ao mercado que decidiu exercer a cláusula de *call* antecipado relativo aos *Bonds* com vencimento em janeiro de 2027. A data de exercício do resgate integral, no montante de U.S.\$392 milhões, será em 14 de março de 2025, pelo valor de face dos títulos.

OFERTAS DE RECOMPRA BONDS 2029, 2030 E 2031

Em 30 de janeiro de 2025, a Companhia comunicou ao mercado o envio de notificações referentes às ofertas de recompra (*tender offers*) dos títulos emitidos pela Cosan Luxembourg: *Bonds 2029, Bonds 2030 e Bonds 2031*.

O valor total previsto para a recompra era de até U.S.\$900.000 mil. Em 5 de março de 2025, o processo foi concluído, e o montante total ofertado pelos detentores dos títulos e aceito pela Companhia para recompra atingiu U.S.\$778.511 mil, conforme detalhado na tabela abaixo:

Títulos	Vencimento	Valor agregado do principal	Valor agregado aceito para recompra
		Em milhares de dólares norte-americanos (U.S.\$)	
5,500% <i>Senior notes</i>	20 de setembro de 2029	740.750	236.522
7,500% <i>Senior notes</i>	27 de junho de 2030	550.000	273.253
7,250% <i>Senior notes</i>	27 de junho 2031	600.000	268.736

RETIFICAÇÃO DE DIVIDENDOS COSAN NOVE

No dia 12 de fevereiro de 2025 os acionistas aprovaram a retificação de dividendos mencionados na Assembleia Geral Ordinária na data de 27 de novembro de 2024 no valor de R\$40.000 para R\$371.000 e em 28 de fevereiro de 2025 realizou a liquidação financeira para o acionista detentor das ações preferenciais no montante de R\$331.000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

LIQUIDAÇÕES ANTECIPADAS

Em 12 e 13 de fevereiro de 2025, respectivamente, a Companhia liquidou antecipadamente o Loan 4131 no montante de U.S.\$600.000 mil, equivalentes a R\$3.462.660, e de Debênture no montante de U.S.\$300.000 mil, equivalentes a R\$1.733.640, adquiridas em fevereiro de 2024 e em dezembro de 2023, respectivamente.

Com a liquidação antecipada destas dívidas, também foram liquidadas as operações de *Total Return Swap* ("TRS") e *Time Deposit*, e que tinham sido utilizadas para internalização de dívidas, conforme nota 5.4 (a).

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS DA VALE S.A.

Em 19 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Vale S.A. aprovou remuneração aos acionistas no valor bruto por ação de R\$2,141847479, deliberado como remuneração adicional, a serem pagos em 14 de março de 2025, considerando a base de acionistas do dia 07 de março de 2025.

COMPASS

EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Em 10 de janeiro de 2025, a controlada indireta Compagas captou, através da 5ª emissão de debêntures, o montante de R\$ 410.000 com incidência de juros correspondentes a variação acumulada das taxas médias diária do DI mais um *spread* de 0,50% a.a. e com vencimento do principal e dos juros em 07 de janeiro de 2027, para pagamento em parcela única na data do vencimento.

Em 18 de fevereiro de 2025, a Subsidiárias TRSP concluiu a captação da 2ª emissão de debêntures simples e não conversíveis no montante de R\$800.000 com remuneração de IPCA + 7,4367% a.a., juros semestrais e principal com vencimentos entre 15 de janeiro de 2030 e 15 de janeiro de 2033. Os recursos obtidos com a emissão serão destinados para reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas ao projeto de construção de um terminal de regaseificação de gás natural liquefeito localizado na cidade de Santos.

MOOVE

CONTRATO DE COMPRA DA DIPI HOLDINGS S.A

Em 29 de setembro de 2024, a controlada CLE, celebrou contrato de compra e venda para adquirir 100% das ações da DIPI Holdings S.A. pelo preço de R\$410.000, sendo R\$310.000 à vista, que após ajustes de endividamento e capital de giro na data do fechamento resultaram em um desembolso de R\$232.886, e R\$100.000 a serem pagos em duas parcelas até 2027, relacionados ao desempenho da empresa adquirida no *earn-out*.

O grupo é composto por três empresas operacionais: Pax Lubrificantes Ltda., Elvin Lubrificantes Industria e Comercio Ltda. e Lubripack Industria e Comercio Ltda., que fabricam e comercializam graxas e óleos lubrificantes para uso automotivo e industrial, além de uma unidade de moldagem por sopro de plástico.

Em 02 de janeiro de 2025, a transação foi concluída após todas as condições de compra serem integralmente cumpridas. O processo de *Purchase Price Allocation* ("PPA") está em andamento para avaliação dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

INCÊNDIO NA FÁBRICA DE LUBRIFICANTES

Em 8 de fevereiro de 2025, ocorreu um incêndio no Complexo Industrial (“CIG”) da Moove, localizado no Rio de Janeiro. O incidente afetou parte da área de produção e dos escritórios administrativos, que não estavam operacionais no momento do incêndio, representando 10% da área total do complexo.

Todos os protocolos de emergência e gerenciamento de riscos foram imediatamente acionados para controlar o incidente. As medidas de contenção, implementadas por meio do plano de contingência da Empresa, funcionaram satisfatoriamente para minimizar danos à estrutura, à comunidade local e ao meio ambiente. Não houve vítimas ou feridos, e não foram identificados impactos ambientais ou sociais relevantes.

As operações a granel de lubrificantes e óleos básicos, o terminal de tanques, as operações marítimas e as operações de píer, que representam cerca de um terço da produção, não foram afetadas e continuam operando normalmente. A empresa já iniciou seu plano de continuidade para restabelecer as operações de mistura e enchimento.

- **Avaliação financeira**

- a) **Interrupção Operacional**

Com as medidas eficazes de contenção e segurança, o incêndio foi controlado, e apenas a fabricação de produtos acabados de lubrificantes foi afetada. Essa área permanece fechada para inspeções e avaliações. As demais operações do complexo industrial - operações a granel de lubrificantes e óleos básicos, terminal de tanques, operações marítimas e operações de píer - continuam em funcionamento, representando atualmente de 30% a 35% da produção total.

Como parte do plano de continuidade e resposta da empresa para uma crise dessa natureza, quatro medidas principais estão sendo implementadas:

- (i) Realocação da mistura e do enchimento para outras plantas produtivas da empresa;
- (ii) Disponibilidade do produto e da cadeia de suprimentos por meio da aliança estratégica da Moove;
- (iii) Produção por parceiros terceirizados aprovados pela empresa;
- (iv) Utilização do estoque de segurança distribuído na rede de centros de distribuição.

- b) **Cobertura de Seguros**

Em virtude da complexidade do segmento operacional da Moove, todas as operações globais possuem ampla cobertura de seguros, com apólices que abrangem riscos operacionais, danos por interrupção de negócios, responsabilidade civil e responsabilidade ambiental. A Companhia iniciou a avaliação e as inspeções junto às seguradoras. O limite de indenização totaliza aproximadamente R\$1.200.000 para este incidente na região afetada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

c) Baixa de Ativos

Em decorrência do evento, a Moove registrará, em 2025, a baixa dos ativos afetados na fábrica de lubrificantes do CIG, que fazem parte da sua unidade geradora de caixa da América do Sul, impactando o balanço patrimonial e a demonstração do resultado. O valor da baixa/perda está em análise, com estimativa atual entre R\$190.413 e R\$285.620 para perdas de estoque e ativos fixos. As perdas por interrupção de negócios não são quantificáveis neste momento.

d) Teste de *Impairment* e Continuidade Operacional

A Companhia reavaliou as premissas de sua modelagem financeira de longo prazo, considerando o incidente e revisando cenários com múltiplas variantes, incluindo testes de estresse. A principal premissa testada foi o volume de vendas em litros, com variação da Taxa de Crescimento Anual Composta (“CAGR” ou *Compound Annual Growth Rate*) de 2,4% para 1,6% em 5 anos. Após essa revisão e considerando as informações disponíveis, é altamente provável que não haja necessidade de reconhecer provisões para *impairment* em 31 de dezembro de 2024. A Companhia mantém suas operações em regime de continuidade.

RAÍZEN

DESCONTINUAÇÃO DA OPERAÇÃO RECORRENTE DA PLANTA PILOTO DE ETANOL DE SEGUNDA GERAÇÃO (“E2G”) DA COSTA PINTO (PLANTA 1)

Em 17 de janeiro de 2025, a controlada em conjunto Raízen anunciou que, a partir da próxima safra, com início em 1º de abril de 2025, a planta piloto de E2G da Costa Pinto (Planta 1) localizada em Piracicaba no estado de São Paulo e inaugurada em 2015, terá sua operação recorrente descontinuada e passará a operar como uma unidade dedicada a testes e futuros desenvolvimentos do biocombustível.

Todos os compromissos comerciais que estavam vinculados à operação da Planta 1 serão performados por meio da Planta de Bonfim (Planta 2), que já está operacional, e pelas plantas Univalem (Planta 3) e Barra (Planta 4), que estão em fase de comissionamento e iniciarão operação após obtenção das autorizações necessárias.

RUMO

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA DA RUMO MALHA NORTE

Em 19 de fevereiro de 2025, a Rumo S.A. e Rumo Malha Norte S.A. comunicaram seus acionistas e ao mercado em geral que seus respectivos Conselhos de Administração aprovaram uma potencial proposta de reorganização societária a ser oportunamente submetida à aprovação dos acionistas das companhias envolvidas em suas respectivas assembleias gerais, bem como a constituição de comitês especiais independentes e a eleição dos membros para compor os referidos comitês, que atuarão na negociação da relação de troca envolvida na potencial reorganização societária. Se e quando aprovada, a reorganização societária irá otimizar a estrutura societária, por meio da incorporação de ações dos acionistas minoritários (0,26% do capital social) da Malha Norte pela Rumo, resultando na conversão da Malha Norte em subsidiária integral da Rumo. Os acionistas minoritários da Malha Norte que permanecerem acionistas até a data de aprovação da Reorganização Societária pelas respectivas assembleias gerais das companhias envolvidas, receberão ações ordinárias da Rumo, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Rumo Malha Norte.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

26. NOVAS NORMAS CONTÁBEIS

26.1 NORMAS CONTÁBEIS RECENTES ADOTADAS PELA COMPANHIA

As normas e alterações que passaram a vigorar a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja em vigor.

Alteração CPC 32 - Item 4A referente a nova regra tributária Pilar Dois

As alterações introduzidas pela CPC 32 em dezembro de 2023 estabeleceram uma isenção temporária para o reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois, medida que vem sendo adotada pela Companhia desde dezembro de 2023.

As regras do Pilar Dois entraram em vigor em 2024 em diversos países europeus, impactando multinacionais que operam nesses países. Durante os três primeiros anos, as empresas poderão utilizar regras de transição simplificadas (*Safe Harbour*), que buscam reduzir a complexidade dos cálculos no período inicial de adaptação.

Como a Companhia possui operações em jurisdições onde as regras do Pilar Dois estão em vigor desde 1º de janeiro de 2024, realizamos avaliações acerca da potencial exposição dessas entidades aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois. Essa avaliação foi conduzida com base nas informações contábeis e fiscais mais recentes, tendo sido aplicados testes de *Safe Harbour* a partir desses dados. A partir da aplicação das regras de *Safe Harbour*, concluiu-se que as entidades da Companhia não estão sujeitas a ajustes de IR e CS, não tendo sido, portanto, identificados impactos materiais até o momento.

Alterações à IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A inclusão de requerimentos sobre pagamentos variáveis para um *sale and leaseback* visa fornecer orientações sobre como contabilizar os pagamentos variáveis para o vendedor-arrendatário em uma transação de *sale and leaseback*. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan, pois não são aplicáveis à Companhia.

Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) – Apresentações das Demonstrações Contábeis

O IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para melhorar as informações fornecidas por uma entidade que possui cláusulas restritivas (*covenants*) que podem afetar a classificação de suas dívidas, dependendo do cumprimento ou não dessas cláusulas. Em particular, as alterações visam esclarecer que o não cumprimento dessas cláusulas dentro do período de reporte pode afetar a classificação entre circulante e não circulante, determinando que não há reclassificação a ser feita se os *covenants* tiverem impacto apenas após o período de reporte.

Na demonstração financeira, não houve impactos referentes à alteração da norma, pois essa avaliação já é realizada, e as dívidas da Companhia estão classificadas conforme o monitoramento dos *covenants*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7) - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado")

As alterações introduzidas nas normas contábeis IAS 7 e IFRS 7 estabelecem dois novos objetivos de divulgação, visando aprimorar a transparência dos acordos de financiamento de fornecedores. As empresas devem fornecer informações detalhadas sobre esses acordos, permitindo que os usuários das demonstrações financeiras avaliem seus efeitos nos passivos e nos fluxos de caixa. Adicionalmente, as empresas devem divulgar o tipo e o efeito das alterações não monetárias nos valores contábeis dos passivos financeiros decorrentes de acordos de financiamento de fornecedores.

Embora a Companhia possua empresas no grupo que realizam operações de risco sacado, esses valores não são considerados materiais para fins de divulgação nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme detalhado na Nota 5 - Instrumentos Financeiros.

26.2 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir, exceto por aquelas as quais, na avaliação da Administração não possuem o potencial de produzir efeitos sobre as demonstrações financeiras. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando estas entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 21/CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que trouxe alterações no CPC 02 (R2) e no CPC 37 (R1). As mudanças definem o conceito de moeda conversível e orientam sobre o tratamento de moedas não conversíveis, que devem ser avaliadas na data de mensuração conforme o propósito da transação. Se a moeda não for conversível, a taxa de câmbio a ser usada deve refletir as condições de mercado, e, em caso de múltiplas taxas, deve-se usar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também reforça a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis para que os impactos financeiros e riscos sejam compreendidos. As alterações entram em vigor para demonstrações financeiras iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2025, mas não se espera impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1. O IFRS 18 estabelece novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais específicos. Além disso, as entidades devem classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias seguintes: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras categorias são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e impõe novos requisitos para a agregação e desagregação das informações financeiras, com base nas “funções” identificadas nas demonstrações financeiras primárias e nas notas explicativas.

Além disso, foram feitas alterações pontuais ao IAS 7, como a modificação do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, que passa de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional”, e a remoção da opção de classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

As alterações do IFRS 18 entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, devendo ser aplicado retrospectivamente. Atualmente, a Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que essas alterações terão nas suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas para estar em vigor com o novo requerimento dentro do prazo estabelecido.

IFRS 19 - Controladas sem Responsabilidade Pública

Em maio de 2024, o IASB divulgou o IFRS 19 que terá início em 01 de janeiro de 2027, que permite que entidades qualificadas escolham aplicar requisitos de divulgação reduzidos, mantendo os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação de acordo com outros padrões contábeis IFRS. Para ser qualificada, ao final do período de reporte, a entidade deve ser considerada controlada conforme o definido no IFRS 10 (CPC 36 – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis ao público, em conformidade com os padrões IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Não se espera que essas modificações causem impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, Demonstrações separadas, Demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) publicou modificações no Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e na Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o intuito de alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do CPC 18 trata da aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a mudança nas normas internacionais, que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Esse ajuste visa harmonizar as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem causar impactos significativos em relação à norma vigente, limitando-se a ajustes na redação e à atualização das referências normativas. As alterações entram em vigor para períodos de demonstrações financeiras iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que essas modificações causem impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

